



FÁBIO DE VASCONCELLOS AQUINO

**O Debate Marxista Contemporâneo Sobre Capitalismo e
Império Americano**

**Campinas
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

FÁBIO DE VASCONCELLOS AQUINO

**O Debate Marxista Contemporâneo Sobre Capitalismo e
Império Americano**

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO FÁBIO
DE VASCONCELLOS AQUINO E ORIENTADO PELO
PROF. DR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS.**

Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

Aq56d Aquino, Fábio de Vasconcellos, 1981-
O debate marxista contemporâneo sobre capitalismo e império americano /
Fábio de Vasconcellos Aquino. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Pedro Paulo Zahluth Bastos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Capitalismo. 2. Imperialismo - Estados Unidos. 3. Financeirização. 4.
Americanização. I. Bastos, Pedro Paulo Zahluth, 1971-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The contemporary marxist debate on capitalism and american empire

Palavras-chave em inglês:

Capitalism

Imperialism - United States

Financialization

Americanization

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Pedro Paulo Zahluth Bastos [Orientador]

Fábio Antonio de Campos

Angelita Matos Souza

Data de defesa: 18-07-2014

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FÁBIO DE VASCONCELLO AQUINO

O Debate Marxista Contemporâneo Sobre Capitalismo e Império Americano

Defendida em 18/07/2014

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. FÁBIO ANTONIO DE CAMPOS
Instituto de Economia / UNICAMP



Profa. Dra. ANGELINA MATOS SOUZA
UNESP

*Dedico essa dissertação aos meus pais (Ana e Ricardo),
Aos meus irmãos (Tati e Bri),
À minha amada Dora,
Ao meu querido filho Tom, e
Em Memória do meu pequeno filho Leo*

Agradecimentos

Meus agradecimentos se iniciam como uma homenagem a minha mãe que sempre parafraseia Violeta Sparra na voz de Mercedes Sosa em nossos brindes familiares:

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”

Aqui, gostaria não só de agradecer a vida, mas a tudo aquilo que me despertou suas pulsões. Agradeço, portanto, em primeiro lugar, àqueles que me deram o dom de viver, minha mãe e meu pai. Para além do fato óbvio que essas páginas estariam em branco se não fossem vocês me conceberem, elas também assim estariam se vocês não tivessem sido os pais que sempre foram, me despertando para o pensamento crítico, a curiosidade e o respeito à vida em todas suas formas, fundamental para minha trajetória na academia. Meu muito obrigado. Agradeço também aos meus irmãos, que estiveram sempre do lado na caminhada da vida.

Nada também seria concretizado não fosse a minha vida bafejada pelos bons ventos acadêmicos (e nunca academicistas) que sopraram de vários mestres. Alguns desses mestres nas figuras de grandes professores do início de trajetória como Angelita e Mariutti, e especialmente em tempos mais recentes, na pessoa do meu orientador Professor Pedro Paulo Zahluth Bastos. Agradeço, Pedro, por ao mesmo tempo me dar liberdade para desbravar novos caminhos e cobrar o devido rigor necessário para esse tipo de empreitada. Agradeço também ao professor Fábio Campos por suas importantes contribuições nas arguições de qualificação e defesa. Outros mestres estão nas figuras de grandes amigos que dividiram comigo os bancos acadêmicos dessa trajetória. Outros ainda são os que não traçaram o caminho acadêmico, mas são “mestres da vida”, na figura de meus queridos amigos de longas jornadas.

Agradeço também aos funcionários do IE/UNICAMP sempre prestativos em nossas necessidades. Agradeço a coordenação do curso pelo suporte e compreensão da grande dificuldade pela qual passei já na reta final desse trabalho.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer três pessoas muito próximas de mim que chamo de minha família. Em primeiro, minha querida esposa Dora. Sem a sua ajuda em todos os sentidos (você sabe em quais todos) esse trabalho não estaria feito. Acima de tudo, te agradeço por ter me dado o prazer e a felicidade de ser pai de filhos tão lindos em quanto escrevia essa dissertação. Certamente você e esses meninos são responsáveis por muito do gás que fez com que isso se concretizasse. Agradeço a meu filho Tom, pela alegria e energia que você traz para essa casa! Isso é muito contagiante! Mas também agradeço inclusive por ter

sempre dormido tão bem dando possibilidade para o papai escrever mais e mais. Obrigado por existir em nossas vidas. Agradeço e dedico esse trabalho a meu filho Leo, que em sua curta passagem pela Terra (que coincidiu com as primeiras linhas dessa dissertação), com seu meio coração, me deu longas lições sobre o valor de uma vida inteira. Obrigado por ter me escolhido como seu pai nessa passagem, mesmo que breve, por esse plano.

Resumo

Ciclos Hegemônicos, imperialismo e relação dos Estados com a expansão nacional e internacional do capitalismo sempre foram temas caros à História Econômica. Partimos da hipótese de que a crise econômica iniciada em 2007 tem seus determinantes principais tanto nas contradições imanentes do capital quanto nas transformações ocorridas a partir dos anos 70 no seio da economia política capitalista, ou seja, na articulação entre política e leis imanentes do capital. O objetivo do trabalho é a análise do debate contemporâneo sobre capitalismo e imperialismo a partir de uma revisão bibliográfica marxista. Especificamente procuramos observar como o poder global americano erigido no imediato pós-guerra se renova depois dos anos 70, permanecendo até hoje por uma hegemonia expressa na sua tutela sobre a financeirização, colocada em questão pela crise atual. No primeiro capítulo passamos por uma breve etapa conceitual sobre o capital fictício e uma revisitação ao debate clássico sobre capitalismo e imperialismo. No segundo capítulo, colocamos em debate as posições de Brenner, Panitch e Gindin, Arrighi, Wallerstein, Callinicos e por fim Gowan. A leitura dos autores teve como guia a questão da causalidade da crise dos anos 1970; a dinâmica da economia política internacional, desde o esgotamento de Bretton Woods até a ascensão do “dólar flexível”; o neoliberalismo com solução permanente ou temporária à crise dos anos 70; e a própria inflexão ou não da crise dos anos 1970 para entender a trajetória atual da projeção de poder estadunidense, de alguma forma lidando com a temática do desenvolvimento capitalista e do imperialismo. Pretendemos, ao fim de tal debate, uma reflexão acerca da relação desses autores contemporâneos com os clássicos, em que pontos se aproximam e em quais se afastam, trazendo assim nossa tentativa de contribuição às discussões referidas. Ao longo do trabalho, buscamos uma análise das transformações ocorridas nas formas de organização do capitalismo a partir do fim dos anos 70 para buscar entender a relação entre financeirização, neoliberalismo e poder americano. Nesse contexto de “novo imperialismo” (?), concluímos que as transformações do capitalismo após os anos 70 reforçaram o poder americano e promoveram uma nova forma de integração internacional capaz de conservar a valorização capitalista, aprofundando suas contradições. No entanto, apesar de ter fornecido respostas temporárias (até quando não sabemos) ao problema de superacumulação que sobreveio em fins dos 60, não eliminou tendências estruturais do capital, que podem apontar para desafios ao poder americano.

Palavras-chave: Capitalismo, Imperialismo, financeirização, poder americano.

Abstract

Hegemonic cycles, imperialism and the relationship between States and the national and international expansion of capitalism have always been important topics for the Economic History. We depart from the hypotheses that the economic crisis started in 2007 has its main determinants both on the immanent contradictions of the capital and on the transformations which have occurred since the 70s within the core of the capitalist political economy. The objective of this work is the analysis of the contemporary Marxist debate on capitalism and imperialism. More specifically, we seek to observe how the American power built after the II World War was renewed right after the 70s. On the first chapter we first take a conceptual step about fictitious capital and the classic debate about capitalism and imperialism. On the second chapter we attempt to put in debate the positions of Brenner, Panitch and Gindin, Arrighi, Wallerstein, Callinicos and finally Gowan. The reading of those authors sought to understand the causalities of the 70s crises; the dynamics of the international political economy, since the demise of Bretton Woods to the ascension of the flexible dollar; neoliberalism as a permanent or temporary solution to accumulation difficulties; and the question whether the 70s represented a turning point on the current trajectory of US' power. After this debate we hope to debate these contemporary authors against the classics, looking for the things that bring them closer and for the ones that make them apart. Throughout this work, we hope to build an analysis of the transformations which have been occurring on capitalism's forms of organization since the 70s and the relationship between this development and financialization, neoliberalism and American power. In this context of "new imperialism" (?), we conclude that the transformations taking place after the 70s have reinforced the American power and promoted a new form of international integration able to maintain capitalist value creation, reinforcing its contradictions. However, in spite of having given at least temporary answers to the overaccumulation problem that arose at the end of the 60s, those changes haven't eliminated capital's structural tendencies, which can, in the future, point to challenges to the American power.

Key Words: Capitalism, Imperialism, financialization, American Power.

Sumário

Agradecimentos	IX
Resumo.....	XI
Abstract	XIII
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Breve Quadro Conceitual e resgate do debate clássico sobre capitalismo e imperialismo.	15
1.1: Interpretações sobre o capital fictício de Marx	15
Hobson	18
1.2.: O Clássico Debate Marxista sobre Capitalismo e Imperialismo	20
Kautsky	21
Rosa Luxemburgo	23
Hilferding.....	25
Lenin	27
Capítulo 2 – O Segundo Debate Brenner	33
2. 1.: A interpretação de Brenner	34
2.2.: O Debate pós EGT	53
Capítulo 3 – Capitalismo e Imperialismo.....	75
3.1.: Outros debates relacionados e um breve retorno ao debate clássico	75
3.2.: O velho e o novo imperialismo	99
Considerações Finais	105
Referências Bibliográficas	111

Introdução

Ciclos Hegemônicos, imperialismo e relação dos Estados com a expansão nacional e internacional do capitalismo sempre foram temas caros à História Econômica. Desde o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, passando pelas discussões acerca do imperialismo britânico, o tema das relações ora simbióticas, ora conflitantes entre a expansão do poder econômico e sua expressão na esfera do poder político sempre ocupou um grande espaço nas pesquisas dos historiadores econômicos.

A primeira década do século XX, nesse sentido, é profícua em pontos de discussão para o retorno a tal debate, agora em termos mais contemporâneos, acerca da projeção de poder e posição dos EUA no capitalismo global. Não só a atuação militar americana após 2001, como polícia do mundo contra os Rogue States, mas fundamentalmente a Crise econômica que se arrasta desde idos de 2007 traz à tona elementos para a discussão histórica sobre a capacidade e poder americano de tutelar a expansão do capitalismo. Assim, portanto, o objetivo mais geral dessa dissertação é buscar sintetizar e se possível contribuir para o debate contemporâneo em torno da relação entre capitalismo e imperialismo hoje, a partir da revisão bibliográfica de obras de autores de alguma forma identificados com o marxismo. Desde os fins da década de 1990 esse debate ganhou força, principalmente com a primeira publicação da *Economics of Global Turbulence*¹, de Robert Brenner e a “turbulência” que gerou na esquerda, entre diversos autores e pontos de vistas (marxistas ou não) diferentes, exposto em vários artigos dos periódicos *New Left Review*, *Historical Materialism*, *International Socialism* e *Socialist Register*, passando pelos debates propostos por acadêmicos brasileiros em *Poder Americano*, organizados por Fiori e, culminando no recente *The Making of Global Capitalism*, de Panitch e Gindin, que sintetiza as posições desses autores e alguns de seus orientandos que seguiram seus passos.

A recente crise econômica, que afetou praticamente todos os países do globo, apesar de seu caráter sistêmico, de sua profundidade e impacto na vida de grande parte da população mundial, parece não ter suscitado mudanças substanciais nem na organização do sistema financeiro internacional, muito menos na hierarquia e estrutura do capitalismo global. Seja por meio de pacotes do governo (os famosos *Bail-Outs*), por “Re-regulação” do mercado financeiro pregada pelos líderes do G-20 ou ainda das atividades bancárias (Acordos de Basel), a suposta

¹ Desde início, gostaríamos de enfatizar que o livro de Brenner não tem o objetivo de lidar com esse binômio capitalismo e imperialismo, mas apenas com o primeiro dos dois, o capitalismo e sua possibilidade.

superação da crise possivelmente procederá à custa de diversas intervenções estatais (em magnitudes diversas) defendidas até mesmo pelos que advogavam que os mercados seriam “eficientes” e “auto-regulados”. Porém, em nossa opinião, estas intervenções têm agido somente em fatores superficiais. Os governos que as empreendem não têm se ocupado com a eliminação de seus fatores determinantes. E tendo em mente que estes fatores determinantes são em grande medida os mesmos que provocaram inúmeras outras que a precederam é provável que a superação da atual crise, da forma como procede, signifique não mais que a mera reposição de condições para outras crises que inevitavelmente virão.

Durante a década de 1990, inúmeras crises se sucederam e não faltaram opiniões que buscaram as raízes das mesmas na “irresponsabilidade” dos países envolvidos, como resultado de uma década em que cada um desses países se endividou para além de sua capacidade de pagamento. Buscar as raízes nas assimetrias do processo de globalização capitalista estava fora das possibilidades do discurso único que vinha acompanhado da exposição dos países em crise às forças da livre concorrência. De forma semelhante, também é dada explicação superficial sobre a atual crise, que aparece como falência do sistema financeiro habitacional norte americano, corroído pela ganância especulativa e práticas predatórias. De forma alguma negamos a falência do sistema financeiro habitacional dos EUA, muito menos seu caráter especulativo e predatório (como reconhecem todos autores envolvidos em nosso debate bibliográfico), no entanto, nos parece evidente que existem fatores profundos e estruturais que permanecem mais ou menos intocados em ambos os momentos de crise. Em nossa opinião, os fundamentos de todas essas crises deitam raízes no processo de consolidação de um capitalismo global sob tutela dos EUA e nas transformações da ordem econômica, política e social mundial a partir da derrocada do sistema de Bretton Woods².

Apesar do fim formal do acordo de Bretton Woods ter ocorrido posteriormente, em 1973, com a desvalorização do dólar, seguindo a negativa de conversibilidade da moeda norte-

² A ideia de que o capitalismo global sofreu mudanças significativas nos anos 70 é entoada em uníssono por praticamente todas as correntes do pensamento econômico. Mas o consenso parece ficar por aí. Se para alguns a década de 70 foi o início de um período glorioso do capitalismo – a Era da Globalização – na qual sua maturidade permitiria que o mercado global trabalhasse autonomamente na alocação do capital, levando a todos os cantos seu poder ao mesmo tempo disciplinador e autorregulador; para outros, a grande mudança se deu com a reorganização do sistema econômico para a formação por meio de incontáveis “inovações” de um padrão preponderantemente financeiro no qual o rendimento patrimonial adquiriria maior importância do que o rendimento produtivo (BELLUZZO, 1998). Para estes analistas, esse padrão de acumulação se beneficiou em larga escala da própria característica globalizante da nova organização do capitalismo que permitiu que os instrumentos de garantia da valorização patrimonial da riqueza fossem disseminados por todo o mundo de modo que agora não somente as empresas, mas também as “famílias” passassem a alocar grande parte de seus “recursos” na esfera financeira.

americana que ocorrera em 1971³, as bases de sustentação de tal Sistema Monetário Internacional já haviam ruído e colapsado. Assim, o presente ano de 2013 marca 40 anos do fim de fato de um sistema monetário internacional no qual as mais diversas nações puderam gozar dos “benefícios” de um período de forte expansão global do capitalismo, representando “o mais longo ciclo de expansão ininterrupta do crédito da história do capitalismo” (BASTOS, 1996: 54) e que, se por um lado, deu condições a boa parte dos europeus ocidentais e ao Japão de atingirem um alto grau de desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo, consolidou as bases para a afirmação da dominância americana no contexto de um novo imperialismo.

De fato os anos 70 representaram um momento em que contradições potenciais do Sistema de Bretton Woods se tornaram latentes. O objetivo americano implícito nos acordos de 1944, de reconciliação entre estabilidade monetária e mobilidade de capital, que seriam atingidos com a conversibilidade das moedas (e do dólar em ouro) e da manutenção de um câmbio fixo, começou a se revelar contraditório a partir do momento em que a conversibilidade monetária alcançou toda a Europa em 1958. O dólar, que supostamente garantiria a estabilidade desse sistema, seria constante e crescentemente pressionado, paradoxalmente, pela expansão da posição estadunidense na Europa do pós-guerra. O crescimento europeu, fomentado pelo Plano Marshall e a enxurrada de investimento direto privado, colocava pressão sobre o comércio exterior norte americano, que voara em céu de brigadeiro nos anos de recuperação europeia e escassez de dólares no imediato pós-guerra. A expansão da indústria multinacional americana para a Europa e o crescimento do Euromercado⁴ de dólares representava a oportunidade que o capital financeiro americano precisava para o processo de internacionalização dos bancos do EUA. Os vastos fluxos internacionais de capital privado, que isso agora determinava, estavam fadados a eventualmente minar o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas⁵, já que o aludido tênue equilíbrio entre estabilidade monetária e mobilidade de capitais houvera se desfeito em favor do último.

³ Sacramentada nos Acordos Smithsonian, quando as nações signatárias, além de formalizarem a aceitação da não conversibilidade do dólar em ouro, acordaram em valorizar suas moedas em relação ao dólar.

⁴ Bastos (1996: 126) argumenta que com esse mercado desregulado e oferecendo remunerações satisfatórias, mesmo para depósitos de curto prazo, cresceu a tanto a demanda privada quanto pública por dólares do Euromercado: “De um lado, tal mercado aumentou a demanda privada por dólares, de maneira que firmas de outros países que recebessem dólares nem seriam incentivadas a trocar seus excedentes dolarizados por ouro, nem de trocar por suas moedas nacionais – afinal, mesmo depósitos a curto prazo em dólar, em mercados desregulados, ofereciam boas remunerações. Por outro lado, os bancos centrais dos demais países também eram incentivados a reter seus saldos excedentes em dólares, ao invés de demandar conversibilidade imediata por ouro, junto ao FED.”

⁵ Argumentação já presente em Parboni, 1981, reafirmada por Panitch e Gindin, 2012: 111.

Na esfera política o plano Marshall foi importante contrapeso a alguma possibilidade de expansão soviética para a parte europeia sob a zona de influência americana. Já na esfera econômica foi fundamental no aumento dos laços de dependência econômica europeia aos EUA. Como nos lembra Bastos (1996: 121), “durante o Plano Marshall, o governo americano fez a exigência de que os países que recebessem fluxos de ajuda americana não poderiam tomar financiamento junto ao FMI, sob a justificativa de que seria “redundância””. Isso determinava um aumento da dependência dos países capitalistas avançados em relação aos Estados Unidos e garantia maior poder para articularem “seus aliados em torno à constituição de um bloco ocidental relativamente coeso politicamente, e progressivamente voltado ao multilateralismo econômico”. Assim, como recorda Parboni (1981: 49), os EUA usavam seu superávit e sua capacidade de emitir moeda-reserva para financiar a acumulação de reservas no resto do mundo por meio de programas de transferência de ajuda econômica e militar.

Outra contradição que se acumulava no plano interno dos países capitalistas avançados (problema que se manifestava internamente, mas intrinsecamente ligado com o desequilíbrio internacional) dizia respeito à relação capital-trabalho e o consequente balanço de forças de classes. Para Panitch e Gindin (2012: 112) a realização dos objetivos de pleno emprego keynesiano nos anos 1960 trouxe à baila a velha questão de como o capital e o Estado lidariam com as demandas de uma classe trabalhadora praticamente não mais restrita pelo medo da “conscrição involuntária ao Exército industrial de reserva”. Nesse contexto ficava claro que os Estados capitalistas não poderiam se voltar para a austeridade doméstica como forma de tentar corrigir os desequilíbrios internacionais referidos no parágrafo anterior. Ao contrário, a militância crescente dos trabalhadores conquistou maiores salários e forçou o aumento dos gastos dos *Welfare State* gerando pressões inflacionárias, sobre a produtividade e sobre os lucros.

Nesse panorama de desequilíbrio econômico internacional e novo balanço doméstico de classes, com pressões inflacionárias e contra o papel do dólar, a sustentação da reconciliação entre estabilidade monetária e mobilidade de capitais, dentro dos ditames do sistema monetário internacional de Bretton Woods não era mais possível. Nas palavras de Panitch e Gindin “já estava claro que nem agarrar-se nem abandonar totalmente o sistema de Bretton Woods oferecia uma solução de longo-prazo para esse conjunto de contradições que se acumulavam” (2012, 112. Tradução nossa). Um objetivo caro a essa dissertação é justamente entender como o Estado norte-

americano equacionou esse “conjunto de contradições”, e como se beneficiou dos encaminhamentos das mesmas, em prol da construção de um capitalismo global sob sua tutela.

Assumindo que os desdobramentos das crises dos anos 70 foram consequências de decisões políticas em grande medida influenciadas pelos Estados Unidos (em cooperação com os grandes estados capitalistas europeus) e que abriram ainda mais caminho para seu transnacionalizado capital financeiro e suas empresas multinacionais tomarem a liderança na integração de um capitalismo global, o processo de globalização não pode ser aqui entendido como um processo neutro, e, fundamentalmente, ser visto como um processo no qual os estados nacionais foram aliçados de seu poder. Ou seja, um processo no qual o capital financeiro e as empresas multinacionais tenham escapado ao poder dos estados. O neoliberalismo, nas suas práticas, não pode ser considerado um conjunto de “não-políticas”, de ausência do estado. Aberturas comerciais, aberturas financeiras, fins de controles de capital, regulação de mercados financeiros (novas formas de derivativos e outras inovações), austeridade monetária e redução de gastos públicos (para satisfazer os *Money markets*), privatização dentre outros, sim, beneficiaram sobremaneira o capital financeiro e as empresas multinacionais e aumentaram seu poder – não frente ao, mas dentro do, Estado. No entanto, não foram resultados de “tendências econômicas inerentemente expansivas”, mas dependeram da agência dos estados. Mas, enfatizar esse papel dos Estados e o fato de não terem sido aliçados do poder não pode significar que os Estados não foram constrangidos pelas próprias contradições ensejadas pela crescente autonomização do capital financeiro, inclusive na diminuição do raio de manobra em termos de política econômica determinada pelo “veto dos rentistas”(BASTOS, 1996).

Dois pontos são interessantes de serem notados em respeito à participação ativa dos estados no processo de globalização. Primeiro, se em outros momentos de crises financeiras internacionais os grandes estados capitalistas buscaram interromper o, ou reagir ao, processo de globalização⁶, de livre comércio e de intensificação de fluxos de capital ao redor do mundo, adotando políticas econômicas mais nacionalistas (como na crise que levou a Primeira Guerra Mundial ou as Políticas de *Beggar My Neighbour*); nesse momento de crise dos anos 70, sob tutela americana, os grandes (e os que se enquadraram depois como o Brasil e outros “em

⁶ Aqui não falamos propriamente do processo de globalização acentuado a partir das crises dos anos 70, mas sim das tendências de expansão dos limites geográficos do capitalismo no seu processo de concentração e centralização do capital. Aceitamos os comentários de Fiori (2007: 47): “Um processo lento e secular que deu um grande passo depois da generalização do padrão ouro e da desregulação financeira promovido pela Inglaterra, na década de 1870, e deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão “dólar-flexível” e da desregulação financeira, promovido pelos Estados Unidos, a partir da década de 1970.”

desenvolvimento”) cooperaram pelo avanço do processo de globalização e não pela sua interrupção ou eventual retrocesso. O segundo ponto diz respeito à participação mais que ativa de um estado no processo de globalização: os Estados Unidos da América. O estado norte-americano, representado na sua diplomacia, na força de suas armas, mas também (e muito importante) no Tesouro americano e no FED (e nas suas instituições asseclas, FMI e Banco Mundial) não mediu esforços, por um lado, em patrocinar a penetração de práticas econômico-financeiras estadunidenses nos mais diversos cantos do globo, o livre movimento de capitais e o livre comércio, e, por outro lado, fundamentalmente importante e algumas vezes negligenciado, também não mediu esforços para conter crises econômicas internacionais que um capitalismo globalizado e integrado gera⁷.

Se capitalismo e estado são produtos de um mesmo momento de transição e estiveram em simbiose por quase cinco séculos (o primeiro dependendo do segundo para a garantia da propriedade privada, pelo cumprimento dos contratos e garantia da competição “livre”, e o segundo dependendo do primeiro para a coleta de tributos e do seu sucesso para ter legitimidade política), não há porque acreditar que, por ter se tornado global, o capitalismo e os mercados capitalistas estejam escapando ao ou diminuindo o poder dos estados. Aqui, o processo de financeirização, ou internacionalização das finanças, ou globalização financeira tem o selo de chancela norte-americano e consiste de dois movimentos em direções opostas: um processo de externalização (ou internacionalização, ou ainda americanização) das práticas e formas financeiras americanas; acompanhado de um processo de “internalização de uma variedade de práticas e relações heterogêneas e geograficamente dispersas em espaços estruturados pelas regras e instituições americanas” (KONINGS e PANITCH, 2009: 225). Assim, relações e sistemas de créditos estrangeiros foram sugados para a órbita do sistema financeiro estadunidense.

Essa internacionalização financeira aumentava o papel do dólar como meio de financiamento e pagamento, mas o enfraquecia na sua função de standard universal (BELLUZZO, 1999), função esta que de fato estava em cheque desde inícios dos anos 70 com o já referido desmonte de Bretton Woods. Dentro dos marcos da conversibilidade e da ideia de um lastro material da moeda reserva em ouro, a crise do dólar era inevitável, vez que as massas de capital circulando pelos sistemas financeiros não mais se referiam a uma base material. Para

⁷ Ponto já afirmado por Helleiner (1994) e reafirmado por Panitch e Gindin, 2012, prefácio, vii.

Tavares (1997), o fim das paridades fixas e a enxurrada de petrodólares do primeiro choque (1973) impulsionaram uma tendência de especulação com moedas, que minavam o poder do dólar americano e, paradoxalmente, fortaleciam o marco e o iene. Essa crise do dólar ficou evidente próximo do final da década, quando, em 1978, a especulação contra o dólar chegou próximo de determinar um redireção de fluxos para longe dos EUA. Segundo Bastos (1996: 141),

Nesse período (1977 – 78), as respostas japonesas e, particularmente, a alemã às exigências de cooperação foi vacilante – o Bundesbank continuava buscando evitar pressões inflacionárias internas. Além do mais, o déficit comercial americano piorou bastante, enquanto os especuladores exercitaram um movimento de fuga em relação ao dólar. Aumentaram também as pressões para reformar o sistema monetário internacional, inclusive com propostas que limitavam sensivelmente o “direito” americano de senhoriagem internacional.

Os EUA continuavam uma potência dominante, porém, tendências policêntricas se desenhavam para o sistema financeiro internacional. Para a autora luso-brasileira, essas tendências se consubstanciavam em possibilidades a partir do fortalecimento do marco e/ou do iene, ou ainda de uso de Direitos Especiais de Saque do FMI⁸.

No entanto, sublinhamos que essa crise do dólar, e mesmo o crescimento econômico e importância financeira de outros centros monetários, não representou uma ameaça de fato à hegemonia americana, muito menos representou a emergência de uma nova rivalidade interimperial como a do início do século. Para Panitch e Gindin (2009: 30) as tensões interestatais estavam limitadas à renegociação dos termos da relação imperial, não questionando sua essência. Ou ainda, dos mesmos autores em diferente artigo (2010: 387): A hegemonia americana não fora desafiada então (anos 70); os EUA estavam sendo requisitados a agirem responsabilmente para derrotar a inflação e validar o dólar como moeda global. A validação do dólar como standard do sistema dependeria da capacidade de debelar os medos da instabilidade cambial que poderia emergir com o fim do lastro da moeda reserva. Com a criação de derivativos cambiais nos mercados financeiros americanos esse medo foi controlado, garantindo, assim, a possibilidade de abrigo sob a guarida do dólar em momentos de crise, aumentando sobremaneira a centralidade dos mercados financeiros estadunidenses. O combate à inflação dependeria também do enquadramento da classe trabalhadora com sua forte militância por aumentos de salário e de gastos do Estado, que, da perspectiva do capital, eram tidos como barreiras à acumulação.

⁸ “Esta crise do dólar chegou a suscitar, no final dos anos 70, as tentativas de sua substituição por Direitos Especiais de Saque, ou seja, ativos líquidos emitidos pelo Fundo Monetário Internacional e lastreados em uma “cesta de moedas””. (Tavares e Belluzzo, 2007: 125).

A partir do choque Volcker em 1979 e com o desenvolvimento posterior do neoliberalismo, esses dois conjuntos de anseios (a derrota da inflação e afirmação do dólar como moeda global) foram contemplados: estabeleceu-se um “parâmetro anti-inflacionário permanente que garantiria que o dólar, apoiado nos títulos do Tesouro americano, forneceria uma âncora confiável para as finanças internacionais” (PANITCH e GINDIN, 2012: 19). A barreira à acumulação que a militância do trabalho representava foi quebrada com a recessão que o aumento de juros causou e, principalmente com a quebra de barreiras nos mercados de trabalho que o neoliberalismo determinou. Na outra ponta, a possibilidade de uma moeda universal, fiduciária e sem lastro, restaurando de vez o dólar como standard internacional, foi efetivada. Para além dessa efetivação, como nos mostra Bastos (1996: 65), as “moedas nacionais voltaram a serem fáceis e lucrativos objetos de especulação financeira internacional” e com isso “as autonomias regulatórias domésticas estavam fadadas a não caber mais dentro do tamanho das restrições externas geradas por uma instabilidade cambial sistêmica.” (BASTOS, 1996: 139-140).

Era a diplomacia do dólar forte. Tavares (1997) atesta que isso mergulharia o EUA e o resto do mundo em uma recessão contínua por três anos; submeteria a própria economia americana à violenta tensão estrutural; e, promoveria um ajuste recessivo no resto do mundo, levando à bancarrota os países devedores. Portanto, como continua Tavares (1997: 34), os EUA retomaram o “controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articularam em seu proveito os interesses do rebanho disperso”. Foi a concretização do referido processo de “internalização de uma variedade de práticas e relações heterogêneas e geograficamente dispersas em espaços estruturados pelas regras e instituições americanas” (KONINGS e PANITCH, 2009: 225).

Assim, os EUA conseguiram impor, exportando para o resto do mundo a “santíssima trindade das providências neoliberais” (eliminação de controles cambiais; liberação da taxa de juros; e, desregulamentação bancária), “a sua moeda, a sua “dívida pública”, o seu “sistema de crédito” e o seu sistema de “tributação”, como lastro monetário do seu capital financeiro dentro desses territórios econômicos supranacionais e em expansão contínua” (FIORI, 2007: 46). Braga e Cintra (2007: 287) sintetizam a posição:

(Dinâmica financeira americana) se impôs como paradigma ao resto do mundo, fornecendo a dinâmica da globalização financeira, ancorada nos títulos do Tesouro americano, na dimensão e sofisticação dos seus mercados de ativos privados (ações, títulos e moedas), nos portfólios diversificados dos investidores institucionais, nas operações cambiais estruturadas com instrumentos derivativos

pelos bancos e na atuação das grandes empresas americanas que se transnacionalizaram, levando suas formas de produção e gestão.

Ressaltamos que a ideia de imposição, da perspectiva dos Estados que foram sendo incorporados ao Sistema financeiro americano, sugerem uma abordagem com um viés *outside-in* muito acentuado. Não devemos nunca olvidar do caráter *inside-out*, por exemplo, dessa “adoção” da moeda americana, da dívida pública americana, do sistema de crédito americano, do sistema de tributação americano pelos Estados do globo. Preferimos a ideia de uma articulação e hierarquização de interesses a partir dos interesses plutocráticos do capital financeiro dentro dos Estados “submetidos”. Ou ainda, não podemos pensar que o estado americano apenas usou de seu poder para garantir um tratamento favorável dos mercados financeiros; o que ocorreu foi que os bancos centrais e investidores privados, estruturalmente dependentes dos EUA ou atraídos pela segurança (lembramos que os derivativos tão mal falados na crise atual surgiram nos anos 70 como uma opção de proteção e fuga do risco das instabilidades cambiais) e retornos dos mercados financeiros norte-americanos, tinham interesses em transferir fundos aos EUA. Ao passo que os mercados financeiros e de capitais locais se tornaram cada vez mais internacionalizados, os EUA poderiam se beneficiar da profundidade e alcance de seus mercados financeiros para suplementar suas transações comerciais com seus serviços financeiros internacionais⁹. Dessa maneira, déficits comerciais não mais levavam a uma crise do dólar, e ainda mais, crises internacionais passavam progressivamente a favorecer o dólar e sua centralidade, quando o capital financeiro internacional buscava o porto seguro da moeda americana e de seus mercados financeiros.

Como analisa Parboni (1981: 48), “nenhum país pode se permitir registrar um balanço de conta corrente negativo ano após ano sem irremediavelmente perder seu *credit rating*.” No entanto, com o fim da conversibilidade e os rumos que se desenhavam para o sistema financeiro internacional, os EUA não estiveram sujeitos a esse constrangimento. Ao contrário, uma vez que a ameaça de conversão de dólares (em mãos estrangeiras) por ouro estava eliminada, os limites à injeção de dólares na circulação internacional também desapareciam. Nas palavras de Bastos (1996: 135), “não havia mais limitação metálica à expansão oficial da liquidez internacional” e os déficits em balanço de pagamento, que haviam preocupado as autoridades internacionais durante os 60, agora, já no início dos 70, seria a base para o aprofundamento de

⁹ Panitch e Gindin, 2012: 20.

uma expansão do crédito baseada no dólar e de inovações financeiras, tanto em plano doméstico como internacional. Processava-se, assim, uma concentração de poder americano através do dólar.

Peter Gowan, um dos primeiros a apontar para o caráter imperialista das respostas americanas as crises dos anos 70, identifica essa dinâmica financeira americana que havia se tornado paradigma global com o que chama de Regime Dólar Wall Street. Caracterizado pela centralidade do dólar e dos mercados financeiros americanos, a configuração de tal regime deu ao governo dos EUA mais influência sobre as relações financeiras e monetárias globais do que era possível sob o regime de Bretton Woods. (GOWAN, 1999b: 12).

Com o estabelecimento do dólar como divisa-chave e o fim do padrão do câmbio fixo, os EUA podiam expandir a liquidez sem necessidade de nenhum lastro externo como fora o ouro anteriormente. Ademais, com o fim do controle de capitais e a emergência de uma forte praça de negócios em Wall Street¹⁰, a economia mundial passou a ser cada vez mais dependente da dinâmica econômica estadunidense, seja na necessidade de crédito, seja na possibilidade de valorização financeira de seus capitais.

Esses mecanismos centrais (o dólar e os mercados financeiros americanos) se comportam em simbiose. Sendo o dólar a moeda central, a maioria das nações busca acumular suas reservas internacionais nesta moeda, aumentando o poder de atração do sistema financeiro de Wall Street. Deste modo, a centralidade do dólar leva as pessoas às finanças de Wall Street. Por outro lado, a centralidade do mercado de capitais anglo-americano reforça a centralidade do dólar: quanto maior for um determinado mercado, maior será a credibilidade de sua segurança perante os agentes portadores de capital, aumentando assim sua capacidade de oferecer uma taxa de juros mais baixa (cf. GOWAN, 1999b: p. 12). Assim, maiores montas são dirigidas, em dólar, a esse mercado, constituindo um considerável mecanismo de retroalimentação centrado na dinâmica econômico-financeira dos Estados Unidos da América.

Com essa centralidade, a economia goza de alguns privilégios, por não ter que ajustar sua economia doméstica à dinâmica global. Algumas dessas exclusividades seriam: Balanço de pagamentos não enfrenta o mesmo tipo de constrangimentos; Há possibilidade de aumento de

¹⁰ Gowan também concede importância significativa à *city* Londrina como um desenvolvido Mercado de capitais. No entanto, sua dinâmica é em grande medida influenciada pelo movimento de *Wall Street*.

gastos criando novas bases militares sem os mesmos custos¹¹; *Money-capitalists* podem emitir maior fluxo de capitais com custos menores; e, em momentos de crise, os americanos sofrem menos que os demais – devido ao porto seguro de sua moeda.

Esses encaminhamentos das crises econômicas e políticas dos anos 70 – que derrubariam eventuais barreiras postas à acumulação capitalista no seu trajeto de concentração e centralização do capital – representaram um importante momento de transição no projeto (político) americano do pós-guerra de articulação de uma ordem capitalista global sob sua tutela. O neoliberalismo temporizaria tanto as aspirações do Estado americano para a constituição de um capitalismo global à sua moda quanto à necessidade, do ponto de vista do capital, de uma nova integração internacional capaz de conservar a valorização capitalista. O neoliberalismo viria como resposta às ineficiências atribuídas pelos economistas do *mainstream* ao crescimento inquestionado do poder dos sindicatos, ao estado intervencionista e ao protecionismo nacional. Portanto, significou o fim da era de ouro do capitalismo “keynesiano” do pós-guerra, caracterizado pela regulação e intervenção do Estado para garantir estabilidade do mercado e prover serviços de bem-estar adequados aos mais necessitados. O capitalismo nesta nova etapa, com sua ênfase nos mercados competitivos, quer se ver livre das barreiras à acumulação de capital e novamente garantir o direito de seus “proprietários” maximizarem o lucro. Isso posto, percebemos que as fundações da globalização financeira recente se confundem com o desenvolvimento do projeto neoliberal nos anos 1980, nascido a partir da percepção dos problemas estruturais do capitalismo na década anterior.

A resposta dos EUA às crises políticas e econômicas dos 70 pode ser acusada de ser extremamente unilateral, no entanto, como nos recorda Mariutti (2009: 17)

A despeito das eventuais acusações de unilateralismo, as vítimas do açoite americano, paulatinamente, foram se juntando ao agressor, ao perceberem que a nova ordem internacional em gestação poderia servir aos seus novos interesses: a primazia do capital financeiro e uma ordem social crescentemente plutocrática.¹²

Aos poucos todos Estados capitalistas e suas classes dominantes estavam conectados a uma hierarquia financeira global, de cuja estabilidade todos dependiam. Começando pelos grandes Estados capitalistas europeus (que haviam ensaiado uma tentativa de descolamento do capitalismo americano, mas foram devidamente enquadrados) e passando pelos Estados

¹¹ De fato, como demonstra Mariutti (2009), a existência das bases também reforça a própria hegemonia monetário-financeira dos EUA.

¹² Em nossa percepção esse argumento denota muito bem a ideia de um processo também *inside-out*.

capitalistas da periferia e pelos ex-soviéticos, no início dos anos 90 estava concretizada a constitucionalização no plano internacional do neoliberalismo nos níveis econômicos, políticos e financeiros.

Nesse panorama do capitalismo contemporâneo, integrado de forma global por mercados financeiros “profundos, com grande liquidez e mobilidade, e com grande volatilidade dos preços de ativos” (BELLUZZO, 1999) qualquer aspiração de estabilidade mundial estaria fora de questão e as crises mostrariam sua cara muito mais frequentemente¹³. Muito mais frequente também seria a necessidade dos EUA legitimarem seu papel como gestor de crises mundiais.

Longe da falácia da diminuição do poder e participação estatal, o papel dos Estados-nação nesse processo foi, primeiramente, garantir as condições ideológicas e institucionais para a legitimação e implementação do neoliberalismo, via participação na rede de acordos internacionais de agências supranacionais – FMI, OMC, Banco Mundial, Grupo dos Sete e etc. Um dos recursos ideológicos foi a sedimentação de um discurso único, com valor de verdade e estatuto de ciência (na maioria das vezes embasadas em sofisticada estatística), sobre a inevitabilidade, irreversibilidade e benefícios comuns e simétricos (neutralidade) do processo de globalização e da adesão ao livre-mercado.

O mito da eficiência dos mercados e ineficiências dos governos faz com que o neoliberalismo seja identificado como um recuo institucional, encolhimento ou diminuição de capacidades políticas e não como justamente a construção de novos mecanismos institucionais, sociais, políticos e econômicos de controle¹⁴. Segundo Konings (2010b: 6, Tradução nossa), “devemos entender a dramática expansão capitalista da era neoliberal como um processo de construção e consolidação institucional que envolveu não a destruição, mas, precisamente, a criação de novas conexões sociais, afinidades culturais e capacidades políticas”. Nesse sentido

¹³ A ocorrência de mais e profundas crises internacionais (lembramos que o período de Bretton Woods, pelo menos até os anos 60, havia sido de pouquíssimas crises financeiras que possam ser ditas internacionais) também poderia ser usada para um argumento a favor da ideia de declínio do poder americano, no entanto, falhariam em perceber que as crises, além de inerentes ao desenvolvimento capitalista, nesse momento histórico foram favoráveis ao próprio poder imperial norte-americano.

¹⁴ Nesse trecho de Mariutti (2009: 21) fica clara a criação de “mitos” para despistar a construção de novos mecanismos institucionais de controle: “O mito do *Laissez Faire* impede os mais incautos de constatar algo cada vez mais evidente: a conexão direta entre os interesses econômicos privados - sobretudo financeiros - e o governo americano. “(...) devemos notar uma outra característica marcante dos últimos vinte anos: a extraordinária harmonia entre os operadores de Wall Street e os reguladores de Washington. Tipicamente na história americana houve fases de grande tensão, não só entre Wall Street e o Congresso, mas também entre Wall Street e o Poder Executivo. Isto ocorreu, por exemplo, em grande parte da década de 1970 e início de 1980. Mesmo assim, tem ocorrido uma clara convergência entre ambos ao longo do último quarto de século, o que é o sinal de um projeto bastante integrado” (GOWAN, 2009: 20).”

também se dá a relação entre as finanças e o contexto social dos países bafejados pelo neoliberalismo: aqui a financeirização é entendida como a “penetração das formas financeiras no tecido da vida cotidiana” (PANITCH et al, 2009: 289), nesse sentido se tornando um “padrão sistêmico de riqueza” e alocação de gastos e capital que permeia a sociedade de alto a baixo, válido para empresas, Estados e famílias.

Um objetivo geral que permeia toda essa dissertação é uma interpretação da transformação e evolução das formas de organização do capitalismo mundial a partir da década de 1970 que busque escapar de alguns mitos, discursos e armadilhas que essa própria evolução e transformação do capitalismo ensejam. Partindo da premissa de que a construção desse capitalismo integrado globalmente se fez (no mínimo desde o fim da II Guerra Mundial) sob a tutela estadunidense, fica claro que durante toda a empreitada nos afastamos de qualquer possibilidade de neutralidade dos processos econômicos, bem como da aceitação de automatismos sobre os mesmos.

Por tratarmos de um debate sobre capitalismo e imperialismo (no qual a dimensão do capital financeiro se sobressai), no primeiro capítulo fazemos um breve retorno epistemológico ao debate clássico sobre o imperialismo, bem como de discussões acerca do capital financeiro. Tal discussão será importante a posteriori para debatermos o quanto do “novo” imperialismo se aproxima ou se distancia dos primeiros debates marxistas em torno dessas questões. Fazemos a discussão sobre o imperialismo clássico cotejando com a observação de Mazzucchelli de que muitas das explicações marxistas possuem seus devidos méritos (virtudes), mas que na maioria das vezes por se restringir às tendências gerais do capital, sem outras mediações, acaba por não conseguir perceber a natureza das transformações em curso (seriam os seus vícios).

Nossa análise, no capítulo 2, partirá do debate ventilado após a primeira publicação do seminal *Economics of Global Turbulence* de Robert Brenner¹⁵ e de algumas das respostas que gerou no seio da esquerda acadêmica mundial, principalmente daquelas associadas à Panitch e Gindin e aqueles em seu entorno, em parte sistematizadas no livro *Varieties of Capitalism, Varieties of Approaches*, editado por David Coates, que conta com uma resposta de Konings (orientando de Panitch) à EGT, bem como com uma réplica de Brenner a Konings (e Panitch e Gindin também). Esse debate se relaciona ao primeiro capítulo, pois acreditamos que se por um

¹⁵ Apesar da primeira publicação ter ocorrido em 1998 em artigo/revista da *New Left Review*, utilizamos a edição de 2006, que conta com aprofundamentos e atualizações dos dados utilizados por Brenner.

lado a abordagem de Brenner sofre do vício de uma consideração exclusiva dos seus determinantes gerais, a abordagem que a ele se contrapõe mais radicalmente (a de Panitch e Gindin) padece do outro polo da análise de Mazzucchelli: o abandono das determinações gerais do capital. Por esse abandono das determinações gerais sua interpretação é marcada por um forte triunfalismo com relação à posição americana na economia política.

Cotejamos o debate, mais próximo de seu fim com a posição “intermediária” de Gowan. Buscando fugir do determinismo econômico de Brenner por um lado, e do determinismo político de Panitch e Gindin de outro, o falecido autor nos fornece um percurso que reconhece as profundas mudanças levadas a cabo pelos EUA, e principalmente de sua relação com o resto dos países capitalistas, durante os anos 70 (o que falta em Brenner), mas que por outro lado não aceita a ideia de império americano como um projeto acabado (o que seria deveras teleológico) livre de contradições. Gowan identifica tensões estruturais advindas de tendências gerais do capital, mas também afirma a forma conjuntural como algumas determinantes gerais foram arrefecidas pelas transformações ocorridas.

A leitura dos autores aqui elencados tem como guia a questão da causalidade da crise dos anos 70, a dinâmica da economia mundial, desde o esgotamento de Bretton Woods até a ascensão do “dólar flexível”, o neoliberalismo e a financeirização como solução permanente ou temporária à crise dos anos 70, e a própria inflexão ou não da crise dos anos 70 para poder entender a trajetória atual da hegemonia norte-americana.

Com esses questionamentos intentamos um balanço do (e talvez uma posição no) debate dentro de parte do marxismo acerca do uso dos termos/conceitos de hegemonia, imperialismo e império, declínio hegemônico e rivalidade interimperial. Tal contenda esquerdista dá seguimento àquela já exposta na primeira parte entre Brenner (em um extremo) e Panitch e Gindin (no outro extremo) e aqui ainda será cotejada por outros autores, tais como Alex Calinicos, Peter Gowan e Wallerstein (como representante por excelência da Teoria do Sistema Mundo), além de alguns economistas políticos conterrâneos (Tavares, Belluzzo, Braga, Fiori dentre outros). Por fim, faremos uma tentativa de diálogo entre esse “novo imperialismo” e o imperialismo clássico, buscando suas semelhanças e acentuando suas diferenças.

Capítulo 1 – Breve Quadro Conceitual e resgate do debate clássico sobre capitalismo e imperialismo.

Apesar do objeto desse trabalho ser, como aponta seu título, o debate marxista contemporâneo, necessitamos um breve retorno às primeiras contendas entre os escritores inspirados em uma análise derivada do arcabouço do autor d'O Capital. Tal retorno epistemológico é importante, para sabermos como esses autores hodiernos dialogam com os clássicos, e assim poder compreender melhor de onde derivam suas concepções para a intrincada relação Capital e Estado. Relação esta de suma importância para entendermos como se coloca, na visão dos autores contemporâneos elencados nessa dissertação, a articulação, particularmente entre Estado norte-americano e financeirização do capital a partir da crise dos anos 70.

Porém, necessitamos, cumprir dois passos importantes anteriores ao dito debate marxista clássico. Primeiro, voltamos (principalmente também através de leituras “da casa”) ao próprio Marx, que, apesar de não ter desenvolvido o tema do imperialismo em si, nem muito menos presenciado o grau de autonomização que o capital fictício alcançaria na passagem para a etapa monopolista (para não dizer do mais elevado grau ainda após o movimento de financeirização do último quarto do século XX), abriu caminho para a discussão. Não voltaremos as suas fundamentais contribuições sobre o caráter da mercadoria e caracterização do capital como uma relação social específica, muito mais do que uma soma monetária, mas passaremos brevemente pelas apreciações com relação ao capital fictício, conceito fundamental tanto para o já referido debate da virada para o século XX, quanto para o debate contemporâneo central dessa dissertação. Segundo, passaremos por uma breve análise da contribuição de Hobson ao debate, por ter sido o primeiro a utilizar o termo imperialismo para as relações econômicas capitalistas internacionais e articular o conceito de capital financeiro a esse imperialismo.

1.1: Interpretações sobre o capital fictício de Marx

Aqui, de início, podemos qualificar o capital financeiro como as formas mais complexas do capital, como o capital a juros e o capital fictício, que se definem pela busca da riqueza em sua forma mais abstrata. O próprio Marx (acompanhado por Hilferding e Hobson, cada qual a sua maneira) percebia o caráter do capitalismo como sendo um sistema de acumulação de riqueza abstrata, no qual a concorrência impulsionada pelo fio do crédito fomenta um processo de concentração e centralização de capital na mão daqueles que controlam a

“riqueza sob a forma líquida, que permite ao sistema de crédito impor seu comando sob todas as outras formas de riqueza” (BELLUZZO, 1999: 88). Com o desenvolvimento cada vez mais aprofundado desse processo, a “classe financeira utiliza sua função legítima e profícua de direção da parte mais importante dos fluxos de capital para desenvolver métodos de ganho privado, todos eles um abuso e uma corrupção de sua verdadeira função” (BELLUZZO, 1999: 91/92).

Em nossa vida cotidiana, nos defrontamos com essas formas de capital fictício corporificada na forma de ações de empresas, duplicatas comerciais e títulos públicos. Todos títulos de propriedade sobre a riqueza futura. Segundo Pedro Paulo Zahluth Bastos (2012: 2), “Marx chegou a incluir na categoria de capital fictício mesmo os novos depósitos criados pelos bancos em suas atividades de empréstimo, uma vez que eles não equivalem às reservas reais de moeda nos bancos e sim a um múltiplo delas, e dependem de uma crença fictícia quanto aos retornos futuros dos empréstimos.”

Outro aspecto caro a nossa dissertação, vindo desde Marx, é o crédito e o capital financeiro como poderosas alavancas da acumulação, e, portanto, da tendência à concentração e centralização de capitais, porém, exacerbando também tendências a crise. Recentemente Belluzzo expos esse raciocínio (2011)¹⁶, no qual ainda enfatiza as tendências de concentração e centralização de capital, expressas na lei geral da acumulação de Marx, comandadas pelo capital a juros e com predomínio do sistema de crédito sobre as orbitas mercantil e produtiva. Esse sistema de crédito é gerido pelos bancos, que concentram massas de capital líquido, e são gestores dos fundos coletivos de riqueza monetária e financeira. Em seu início, ainda visto por Marx, os Bancos forneciam crédito de capital (como o finance keynesiano), que por mais que levassem a acumulação além do permitido pelo volume de dinheiro gerado no processo de circulação do capital, ainda guardava uma base real com os investimentos em capital fixo ligado à acumulação. O capital mercantil, agindo na base do desconto de letras, cumpria sua função mercantil, portanto também “real”.

Porém, o capital almeja a expansão ilimitada e o sistema de crédito revelou que a limitação da simultaneidade entre produção de bens de consumo e produção dos valores dos elementos do capital constante pode ser ultrapassada na esfera financeira. Assim, o sistema de crédito aumentou a elasticidade da acumulação e permitiu a autonomização do capital dinheiro

¹⁶ O texto Belluzzo, 2011 é um capítulo de livro do referido professor intitulado “Capítulo V – Sistema de Crédito, Capital Fictício e Crise” e foi enviado aos alunos dos cursos de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Econômico, pelo professor Wilson Cano no dia 3 de outubro de 2011.

sob a forma de capital a juros, e o conseqüente aumento da tendência de centralização do capital, que, por sua vez, permite que se esquive da tendência de queda nas taxas de lucro. Com essas leis de movimento do regime de capital, a concorrência se torna mais generalizada conforme se desenvolva o capitalismo. De acordo com Belluzzo, o sistema de crédito – permitindo a “criação de formas de negócios e de enriquecimento que parecem independentes das leis da produção da mais-valia e das formas de reprodução e acumulação do capital produtivo” (BELLUZZO, 2011: 6) – impulsiona a acumulação capitalista, mas torna mais iminente a ocorrência de crises de “realização” e superacumulação, que, segundo o autor, provocam “com violência a reunião daquilo que não deveria ter se separado” (BELLUZZO, 2011: 7).

Ainda importante para a continuidade de nosso trabalho é a ideia de “autonomização do capital dinheiro sob a forma juros”. Já na segunda metade do século XIX, Marx enxergava a possibilidade da “função corruptora” do capital a juros, por permitir a criação de dinheiro a partir de dinheiro (D-D’), prescindindo de qualquer mediação do capital produtivo. Dessa forma o capital se via livre de percorrer a sua “dura peregrinação” do circuito de valorização pelo trabalho. Esse mesmo capital a juros em seu movimento, com o predomínio do sistema de crédito e pela concorrência dos capitais “líquidos e livres”, reforça a lei geral da acumulação capitalista em direção da centralização e concentração de capitais. Com a classe financeira (controladora das relações intersticiais do sistema) regendo as estratégias da grande empresa (mas não a sua gestão direta), não é de se espantar o “caráter universal e permanente dos processos especulativos e de criação contábil de capital fictício” da gestão empresarial moderna. A ampliação de consolidação dessas práticas só é possível com o alargamento do crédito, e assim, a classe que o controla se torna cada vez mais poderosa, “tomando para si – como seus lucros – uma proporção cada vez maior do produto da indústria”.

Os títulos transacionados em mercados secundários, segundo Bastos (2012: 2), “levam a aparência e a ficção a um estágio superior, pois são cotados em mercados secundários nos quais os preços dos ativos financeiros podem flutuar autonomamente em relação à riqueza real cuja propriedade representam”. Mas, por outro lado, ainda como nos atesta Bastos, na página seguinte,

Embora o capital fictício possa ter desenvolvido sua trajetória de valorização de modo relativamente independente da reprodução do capital real, Marx considerava que a facilidade de expansão do crédito durante os momentos cíclicos de recuperação e euforia acelerava o processo de superinvestimento do capital real, levando à superprodução também nos mercados de bens e serviços.

Esgotadas as ilusões de valorização, a crise financeira tende a reforçar ou provocar crises agudas do capital em funções reprodutivas, e a facilitar o processo de centralização de capital nas mãos daqueles que dispõem de dinheiro líquido para comprar ativos deflacionados.

Por fim, quedamos com uma citação de Marx (1988: 318) acerca do caráter ambíguo do capital fictício de ao mesmo tempo em que serve de impulso para espalhar relações sociais capitalistas por todos os espaços, serve como dinamizador de suas contradições e tendência a crise:

Se o sistema de crédito aparece como a alavanca principal da superprodução e da superespeculação no comércio é só porque o processo de reprodução, que é elástico por natureza, é forçado aqui até seus limites extremos, e é forçado precisamente porque grande parte do capital social é aplicada por não-proprietários do mesmo, que procedem, por isso, de maneira bem diversa do proprietário, que avalia receosamente os limites de seu capital privado, à medida que ele mesmo funciona... O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais, enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção

Hobson

Antes de passarmos propriamente aos autores do clássico debate marxista sobre o imperialismo, devemos trazer algumas contribuições de Hobson. Tal autor foi um dos pioneiros no uso do conceito do imperialismo aplicado às relações capitalistas do momento da passagem ao capitalismo monopolista. Apesar de um conservador que via o imperialismo como uma degeneração do capitalismo, ao contrário dos autores marxistas que, de forma ou de outra, entendiam o imperialismo como um fenômeno do próprio desenvolvimento capitalista; Hobson também foi o primeiro a identificar a importância do capitalismo financeiro, e em seu caso, principalmente do que chama de classe financista, na consolidação dessa etapa monopólica que se consolidava.

O livro em que aborda essas questões é *A Evolução do Capitalismo Moderno*. Já próximo ao fim do capítulo 10, Hobson (1983) lança mão do exemplo do triângulo das forças financeiras nos EUA (as ferrovias, os trustes industriais e os bancos) para ilustrar sua análise sobre o papel do financista na evolução do capitalismo moderno. Baseado na óbvia vantagem da concentração de capital no crédito, Hobson atesta que essas forças financeiras inclinam-se cada vez mais a assumir a forma de um poder puramente financeiro: uma massa de crédito orientada

para qualquer ponto em que possa favorecer a concentração. Assim, no último parágrafo do capítulo, Hobson avança para demonstrar como esse “bloco de capital financeiro concentrado” exerce sua influência política e financeira para desenvolver mercados estrangeiros (seja por meios violentos ou pacíficos), primeiramente para dar lugar a novos investimentos. É esse, de forma sumarizada, o Imperialismo de Hobson. Imperialismo que deriva das ações e anseios do poder da classe financista, objeto de Hobson durante o capítulo estudado.

A primazia dessa classe se desenvolveu sob a exigência de grandes fluxos de capitais necessários ao desenvolvimento do capitalismo moderno. Esses homens que manejam o mecanismo monetário do crédito concentram poder cada vez maior e são alçados ao posto de autoridade. A mudança das estruturas empresárias, com a tendência de separação entre administração presencial e propriedade (pela criação e proliferação das Empresas S.A), foi um processo que retroalimentou esse aludido movimento de concentração de capitais. A aparência de “Democracia econômica” da S.A. esconde a realidade de uma oligarquia fechada que deseja o apoio monetário do público (do investidor comum, pelo qual passaremos adiante), mas não a sua direção: é uma situação de propriedade dispersa com controle centralizado, que, segundo Hobson, é a base racional de um poder financeiro responsável por grandes e perigosos abusos.

O investidor comum, que compra ações ou para vender ou para possuir, precisa alienar o uso de seu capital, e, assim, não pode com sua ação na indústria controlá-la. Entre essa figura do investidor comum (a qual Hobson chama de “proletariado dos grandes capitalistas”) e o empresário que necessita de crédito – seja para uma expansão, para a aquisição de outra unidade fabril ou para ressurgir de um infortúnio – estão os financistas, negociantes atacadistas de dinheiro.

O financista não está necessariamente empenhado na promoção de empresas, mas sim na obtenção de lucros auferidos com a manipulação de ações e obrigações no mercado. Sua função social é ajudar a colocar o capital onde ele mais se faz necessário, a partir de um cálculo influenciado por sorte e especulação. No entanto, aqui, Hobson faz uma importante distinção entre essa especulação do financista e a de um investidor comum. A do investidor comum é uma aposta. Já a especulação do financista é justamente o anverso da moeda: com seu poder financeiro concentrado ele manipula preços, e, se o investidor se esforça para prever mudanças de preços, o financista se esforça (e consegue) provocá-las. No jogo da especulação o investidor comum é o jogador, o financista é o dono da casa de jogos.

Porém, para além de lançar S.A.s baseadas na vendabilidade de ações e criar ou estimular (manipular) flutuações de preços, um tipo de empresa o financista está empenhado em promover e controlar: as formas mais lucrativas do monopólio natural e de outras empresas anormalmente prósperas. Isso assegura “uma força e solidez à nova oligarquia financeira, que lhe permitem firmar mais ainda o jugo no pescoço do proletariado do capital, que, dessa forma, privado cada vez mais de investimentos seguros, é levado a especular com ações e obrigações nos “subterrâneos do jogo” mantidos por esses senhores das finanças” (HOBSON, 1983: 186).

Os empréstimos bancários e o suprimento da necessidade de crédito são ainda faces dos negócios financeiros. Esse crédito é um suplemento da estrutura financeira de ações da S.A.. Assim, a indústria capitalista está sujeita a uma dominação financeira exercida pelos banqueiros (também da classe financista). Caímos, dessa forma, em um paradoxo na relação coletivo/individual: coletivamente o capitalismo moderno tem a necessidade de um mecanismo financeiro complexo, contudo, esse mecanismo, operado com finalidade de lucro individual, pode conseguir frequentemente os lucros mais elevados, provocando transtornos e desajustamentos industriais.

1.2.: O Clássico Debate Marxista sobre Capitalismo e Imperialismo

Se buscamos uma visão do “debate marxista contemporâneo sobre capitalismo e império americano”, é a Kautsky, Lenin, Hilferding e Rosa Luxemburgo que devemos retornar, por terem sido os primeiros, a partir da obra de Marx, e profundamente inspirados pelo momento em que viveram (monopolização do capitalismo e auge da corrida imperialista que acabou na Era da Catástrofe), que lidaram com a relação desse binômio capitalismo/imperialismo e temas correlatos a que somos remetidos, e caros à nossa discussão, como o capital financeiro, internacionalização do capital, dinâmica da acumulação, causas e sentido das crises e tendências gerais do capitalismo. Como essa disputa clássica não é o objeto central dessa dissertação, a despeito de sua importância, nos valem, na crença de que expõe uma das melhores sínteses que o IE-UNICAMP produziu sobre referido debate, da exposição do Professor Frederico Mazzucchelli em *A Contradição em Processo*.¹⁷

¹⁷ MAZZUCHELLI, 2004. Além da fundamental contribuição pela síntese no debate, Mazzucchelli, já em sua introdução deixa claro uma posição fundamental para essa dissertação que busca discutir algumas interpretações contemporâneas de inspiração marxista. Segundo o autor, a maior limitação da literatura econômica de inspiração marxista “decorre de uma tentativa obsessiva em “aplicar” os resultados teóricos de Marx ao “movimento real do capital”, sem mediações de qualquer índole, sejam teóricas ou

Kautsky

A partir da leitura de Mazzucchelli, fica claro que a contribuição de Kautsky¹⁸ para a questão do imperialismo tem relação direta com sua explicação para a natureza das crises na dinâmica capitalista. Para Kautsky, o subconsumo não pode ser utilizado como a causa direta das crises (a causa direta seriam as desproporções), no entanto, é para o autor causa última das mesmas e de onde resulta uma das tendências fundamentais da produção capitalista, notadamente sua evolução rumo à “depressão crônica”. Com isso, o ímpeto da produção se chocaria com um mercado cada vez mais limitado (ao menos relativamente) daí advindo a tendência estrutural à superprodução. Para Mazzucchelli (2004: 137)

Fica claro que o ponto central da argumentação de Kautsky consiste na admissão do caráter dominante, determinante e independente da demanda de bens de consumo. Dominante, no sentido de que a produção de meios de produção a ela estaria subordinada. Determinante, no sentido de que seria seu ritmo de crescimento que configuraria a tendência ao agravamento da superprodução. E independente, no sentido de que suas variações são admitidas por Kautsky sem qualquer relação teórica consistente com a acumulação de capital. O que se tem, assim, é a contraposição de dois movimentos independentes, que transcorreriam paralelamente: de um lado, o crescimento da demanda de bens de consumo, e, de outro, o avanço da acumulação que, para Kautsky, resultaria no crescimento continuado da produção de bens de consumo. E, na medida em que a produção (de bens de consumo) tenderia a crescer mais rapidamente que a demanda (de bens de consumo), o espectro de superprodução se tornaria inexorável.

Essa desproporção entre crescimento da produção de bens de consumo e demanda dos mesmos não somente é a raiz da crise, como causa um aumento dos antagonismos entre capital e trabalho e figura como causa do imperialismo para Kautsky. Antecipando conclusões semelhantes a de Rosa Luxemburgo: se o “mercado não cresce com a mesma rapidez que a acumulação de capital” a alternativa seria suplementar esses mercados “fora de seu próprio âmbito”. Porém, mesmo mercados externos se tornarão “estreitos” e assim, além de aumentar antagonismo entre capital e trabalho dentro de cada nação, “aumentam os antagonismos entre os exploradores das diferentes nações na medida em que o mercado mundial se estreita.”

históricas. O resultado é a vulgarização da teoria e a correspondente perda de compreensão de “fenômenos reais”. A nosso ver, a notável construção de Marx esclarece definitivamente as determinações imanentes e as leis gerais de movimento do modo capitalista de produção. O conhecimento, contudo, não se esgota na consideração de tais leis e determinações. Seu avanço exige mediações, tanto no plano da teoria como no plano da história.” Com o objetivo apreender as transformações fundamentais do regime de produção a fim de localizar como a realização de suas tendências imanentes redundam no estabelecimento de novas formas estruturais de existência, Mazzucchelli parte da hipótese de que: “movimento real do capital” torna-se incompreensível, quer com o abandono, quer com a consideração exclusiva de suas determinações gerais. Se possível, buscaremos em nosso debate salientar se os autores partem para um caminho ou outro.

¹⁸ Para a visão de Mazzucchelli acerca da posição de Kautsky veja Mazzucchelli, 2004: 133 – 140.

(MAZZUCHELLI, 2004: 139). Segundo Mazzucchelli, esse raciocínio induz uma falsa visão do “colapso” da ordem capitalista.

Apesar de essa tese subconsumista ser de veras controversa¹⁹, Kautsky contribui em nosso debate com suas análises sobre a nova feição que assumem as crises na etapa monopólica do capitalismo. Segundo Mazzucchelli (2004: 139/140),

Embora sua argumentação seja, neste particular, pouco elaborada, o fato fundamental consiste na distinta forma que assume a desvalorização do capital. Assim, com o advento das “associações de empresários”, a destruição de capitais, característica de crises anteriores, tende a se tornar mais problemática. O “excesso de capital” assume, então, a forma de capacidade ociosa não planejada com que as grandes empresas passam a se defrontar, e que apenas lentamente se elimina. Isso significa que, uma vez desencadeada a crise, esta não mais assume a forma, genialmente descrita por Tugán, de “uma tormenta que destrói as árvores, mas que depura a atmosfera e refresca os campos”, e sim de uma estagnação de duração prolongada. Dada, por outro lado, a crescente internacionalização do capital, as crises assumem um caráter propagador, de maneira que “a duração da crise e a extensão e peso da desocupação não só crescem dentro da nação, senão que também cresce cada vez mais o círculo das nações que sucumbem ao ciclo de crises” (Kautsky, 1978: 226). É neste sentido que o perfil dos movimentos cíclicos tende a se transformar: ao invés de explosivos auges e agudas depressões localizadas, uma expansão menos frenética, seguida de crises mais prolongadas e abrangentes. As crises tornar-se-iam, assim, menos violentas, mas mais profundas: “depressões permanentes tomaram o lugar das crises agudas”

Para Mazzucchelli, Kautsky faz reafirmação da progressiva impossibilidade estrutural do capitalismo e a decorrente agudização dos conflitos nacionais e internacionais, e em “seu afã em “demonstrar” – à maneira da socialdemocracia alemã – a iminência da grande “crise geral” do capitalismo o impediu de estabelecer uma reflexão mais sistematizada a propósito da natureza das transformações em curso.” (MAZZUCHELLI, 2004: 140).

É verdade que as leituras de Kautsky do início do século (aquelas utilizadas por Mazzucchelli) apontam para esse caráter de progressiva impossibilidade do capitalismo. Quase catorze anos mais tarde (em “Ultra-imperialism”, 1914), contudo, em certa retificação dessa posição anterior identificada por Mazzucchelli, Kautsky verifica que uma nova fase do imperialismo pode ser a solução das contradições postas pelo próprio imperialismo. Diante dos custos das guerras, Estados poderiam abandonar a rivalidade para continuar explorando as colônias e as classes trabalhadoras, coordenando ações para criar um superimpério.

¹⁹ Para Mazzucchelli, dessa maneira “o capitalismo é apresentado, assim, como um gigantesco mecanismo produtor de bens de consumo que, irrefreável em sua expansão, encontraria dificuldades de realização crescentes para seus produtos” (MAZZUCHELLI, 2004: 176), ainda na mesma página, “colocada nesses termos, a questão da demanda efetiva se converte na falácia da insuficiência estrutural da demanda, comum às versões empobrecidas de Keynes e Kalecki”.

Kautsky viveu o momento em que o progressivo estreitamento do mercado mundial pela dinamização do imperialismo entre as potências de então levou ao embate armado. Porém, com o entendimento de que a guerra era apenas uma das possíveis formas de solução dos problemas da acumulação capitalista, Kautsky acreditava que a disputa entre as grandes potências pela divisão dos mercados do mundo, poderia ser substituída por outra forma de relações capitalistas. Defendendo que somente alguns setores das classes capitalistas se beneficiam das guerras, seria, portanto,

possível a formação de uma aliança capitalista que modifique a correlação de forças e impeça a deflagração dos conflitos. Analogamente aos negócios privados, em que os capitalistas vinham se acostumando, há décadas, com a substituição da feroz competição por formas cooperativas como trustes e cartéis; pensava que seria possível que este comportamento fosse emulado pelas grandes potências, sob a forma de um “ultra-imperialismo”. (FRANCO, 2011: 16)

Segundo Kautsky, o que Marx havia dito sobre o capitalismo também era verdadeiro para o imperialismo: monopólio cria competição e a competição cria monopólio. Para Kautsky poderia ocorrer a “tradução da cartelização” para a política externa (KAUTSKY, 1914): a competição das grandes empresas, grandes bancos e multimilionários obrigaram os grandes grupos financeiros, que absorviam os menores, a chegarem a noção dos cartéis. Da mesma forma, o resultado da Grande Guerra entre as grandes potências imperialistas poderia ser uma “federação dos mais fortes”, que renunciavam à corrida armamentista. Ainda assim, o ultra-imperialismo poderia eliminar (ao menos temporariamente) o flagelo da guerra, mas não as contradições do capitalismo que apontavam para sua impossibilidade em Kautsky. Apesar de utilizar os exemplos dos cartéis e trustes como paralelo à possibilidade de uma “santa aliança dos imperialistas”, e de ter sido um dos primeiros a apontarem para a monopolização, na análise do socialdemocrata alemão carece uma maior qualificação acerca do capital financeiro.

Rosa Luxemburgo

Outra autora envolvida nesse debate clássico foi Rosa Luxemburgo, com contribuições para a razão das crises, para o imperialismo e, acima de tudo, sobre a impossibilidade tendencial do capitalismo. Logo de início, Mazzucchelli (2004: 164/165) deixa claro quais são as principais teses de Rosa Luxemburgo

Nos marcos de uma “sociedade capitalista pura” tornar-se-ia inviável a realização da mais-valia destinada à acumulação, de maneira que a sobrevivência do capitalismo estaria, desde o início, condicionada à contínua incorporação dos “mercados externos”. A expansão de tais mercados –

representados pelos países e áreas não capitalistas e pelas despesas militares – esbarraria, entretanto, em limites intransponíveis, seja pela exaustão do “espaço não capitalista”, seja pela insuportável exacerbação dos conflitos resultantes da progressiva militarização dos Estados. Esta seria a razão decisiva das crises, do imperialismo e da própria necessidade objetiva do socialismo, que surgiria, portanto, como um desdobramento inevitável de contradições que impossibilitariam o funcionamento econômico da produção capitalista.

Assim, o imperialismo se constitui, para Rosa, “na expressão política do processo da acumulação de capital em sua luta para conquistar os meios não capitalistas que não se encontram ainda esgotados” (Luxemburgo, 1967: 346 em MAZZUCHELLI, 2004:169). E continua Mazzucchelli (2004: 171/172)

No mais, a visão de Rosa dos “mercados externos”, das crises, do imperialismo e da “objetiva necessidade” do socialismo surge marcada por seus defeitos de origem. A expansão externa decorreria não do caráter progressista e universal do capital, mas de uma suposta limitação particular: a “impossibilidade de realização da mais-valia”. As crises não adviriam da natureza instável do investimento, mas da consideração abstrata do conflito entre produção e consumo. As desproporções deixariam de captar uma dimensão relevante das crises de realização dinâmica, e se converteriam num “retorno a Say” apreendendo apenas desarranjos momentâneos e “crises parciais” da produção capitalista. O imperialismo não representaria uma nova etapa do capitalismo, senão que configuraria uma “expressão política” da “luta para conquistar os meios não capitalistas”. A demonstração da possibilidade do capitalismo não seria o passo prévio para o estudo de suas contradições, mas o substrato teórico das práticas revisionistas. E o socialismo, por fim, surgiria não propriamente como uma possibilidade inscrita nos desdobramentos das lutas políticas, mas como uma necessidade inexorável decorrente da própria impossibilidade econômica do capitalismo, e apenas antecipada pela “rebelião do proletariado internacional”.

A essência “apocalíptica” de Rosa tem até alguma justificação na situação política e sua contraposição “às “harmonias burguesas” que impregnavam a socialdemocracia” (MAZZUCHELLI, 2004: 172). No entanto, ela não apenas demonstrou em demasia, como fez uma demonstração que se confunde com seu axioma: a impossibilidade do capitalismo “puro”. “Se o capitalismo “puro” é por definição, impossível, sua universalização – e o decorrente esgotamento dos “meios não capitalistas” – determinaria sua própria impossibilidade. Não só são falsos – e idênticos – o suposto e o resultado, como igualmente falsa é a ideia que a demonstração das possibilidades do capitalismo seja correlata a qualquer “harmonicismo”” (MAZZUCHELLI, 2004: 173).

As posições de Kautsky e Rosa aqui brevemente expostas denotam uma ideia semelhante: “o ímpeto da produção capitalista se chocaria com mercados cada vez mais limitados, daí resultando, no mais das vezes, a inexorável tendência ao “colapso””

(MAZZUCHELLI, 2004: 175), seja a “desproporção entre crescimento da produção de bens de consumo e demanda dos mesmos” em Kautsky, seja pela “impossibilidade de realização da mais-valia” de Rosa. Segundo Mazzucchelli (2004: 180), “é apenas com Hilferding e Lenin que se rompe o estado da questão (esgotamento dos mercados), mediante a consideração de novos elementos que permitem caracterizar o monopólio, ou imperialismo, como uma nova etapa no desenvolvimento do regime de produção.”

Hilferding

Apesar de não tratar diretamente do Imperialismo a obra de Hilferding foi de fundamental importância para o debate marxista por ser o primeiro a tratar da importância do capital financeiro, como uma nova forma de capital, dominante na etapa monopólica do capitalismo, que poucos anos mais tarde seria afirmada por Lenin como equivalente ao imperialismo. Se sua análise sobre as crises²⁰, ancorada no movimento dos preços relativos (descartando as visões subconsumista e reelaborando a interpretação das desproporções), não é o forte de sua obra, o oposto se pode dizer sobre a questão do capital financeiro em si. Mazzucchelli (2004: 164) se vale das palavras de Belluzzo e Tavares para atestar a contribuição duradoura da obra de Hilferding: “uma formulação geral que se destina a caracterizar uma etapa mais avançada da concentração de capitais”, na qual o aspecto decisivo é o “papel do capital financeiro no processo de monopolização”.

Olhando para a experiência alemã, Hilferding assinala a crescente participação dos bancos nos negócios da indústria, principalmente pelo fato do banqueiro, a partir de então, “tomar parte na sorte” da empresa em que investe. Com os bancos cada vez mais participando como capital fixo das empresas, os mesmos “tendem a ser tornar hegemônicos na organização do monopólio, ao mesmo tempo em que se reforçam mutuamente os processo de cartelização industrial e centralização bancária²¹.” (MAZZUCHELLI, 2004: 161).

²⁰ Segundo Mazzucchelli (2004: 155/156): “O movimento dos preços relativos se converte, assim, para Hilferding, na chave da compreensão das crises no capitalismo, e toda sua exposição vai no sentido de estabelecer as causas que regulam a variação dos preços nos distintos setores da indústria.” “Deste modo, os setores com maior imobilização de capital fixo tenderiam a permanecer recorrentemente defasados em relação à demanda, o que redundaria numa evolução favorável de seus preços relativos, na transferência de capitais, no “impulso acumulativo” desenfreado, e por fim, nas desproporções.” “A determinação que Hilferding estabelece é clara, portanto: a “diversidade da composição orgânica” conduziria, pelas características técnicas dos distintos setores, a “desequilíbrios na formação de preços”, à disparidade nos ritmos respectivos de acumulação e, daí, às desproporções”.

²¹ Como afirma Hilferding apud Mazzucchelli (2004: 161): “a própria cartelização fomenta a união de bancos, como, pelo contrário, a união dos bancos promove a cartelização” (Hilferding, 1963: 251)”.

Hilferding chama de capital financeiro ao capital bancário que se transforma realmente em capital industrial. Nesse movimento de cartelização industrial e centralização bancária uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital a disposição dos bancos utilizado pelos industriais. É uma forma de capital mais avançada, resultante do entrelaçamento de interesses monopolistas convergentes. “Neste sentido, tal conceito exprime a fusão das formas parciais do capital, característica da etapa monopólica”. Essa etapa, tendo o capital financeiro como forma dominante, é marcada pela atenuação no ritmo de inversões, na exportação de capitais, na anexação colonial e na utilização e fortalecimento do poder do Estado.

Exportação de capital não é consequência de supostas dificuldades de realização do produto. “É assim, do caráter expansionista do capital financeiro, que resulta a tendência à anexação das regiões mais distantes, a violência colonial e a instrumentalização do Estado às políticas imperialistas” (MAZZUCHELLI, 2004: 162). Essa instrumentalização do Estado é importante para que se garanta o mercado nacional via protecionismo e engendre, com isso, a conquista dos mercados exteriores. Necessita, portanto, de um Estado “politicamente poderoso que não tenha necessidade de tomar em consideração os interesses opostos de outros Estados, necessita um Estado forte que reconheça os seus interesses” (Hilferding, 1963: 378 apud Mazzucchelli, 2004: 163).

Mazzucchelli critica a posição de Hilferding, com relação aos limites da cartelização e sobre a “possibilidade de um “cartel geral” com uma capacidade de regulação tão ampla que terminaria por tornar prescindível a existência mesma do dinheiro”, já que tal posição não leva em conta o fato de que o monopólio não só exacerba sobremaneira a concorrência intercapitalista, como leva ao limite a dimensão monetária do regime de produção. No entanto, finaliza Mazzucchelli (2004: 163) a análise do marxismo de Hilferding, concedendo sua importância sobre a “regulação antagônica” prevalente no capital financeiro.

O capital financeiro põe progressivamente a disposição da produção social em mãos de um pequeno número de associações capitalistas; separa a direção da propriedade, e socializa a produção até o limite que pode atingir dentro do capitalismo. Deste modo, de acordo com a sua tendência, o capital financeiro significa a criação do controle social sobre a produção; porém é uma socialização em forma antagônica, já que o domínio sobre a produção social permanece em mãos de uma oligarquia.

Lenin

Se Hilferding deu contribuição fundamental para entendimento da dinâmica do capital financeiro na etapa monopólica do capitalismo, Lenin foi talvez o que melhor sistematizou esse novos elementos que permitem caracterizar o monopólio, ou imperialismo, como uma nova etapa no desenvolvimento do regime de produção. Lenin rejeita a hipótese de estreitamento dos mercados apontando para o fato de mercados serem criados pelo próprio avanço da acumulação, fundado no caráter determinante do investimento na dinâmica capitalista. Com isso, e baseado na verificação da importância dos mercados de meios de produção (ao invés dos de bens de consumo), Lenin rechaça a visão subconsumista das crises e repudia as profecias sobre a impossibilidade do capitalismo pela “limitação dos mercados”²².

Assim, a superprodução passa a se explicar não porque a insuficiência estrutural de demanda deixe de ser “compensada” por qualquer razão, mas sim porque a instabilidade do investimento engendra numa crise de realização dinâmica que não se confunde com qualquer tipo de limitação a priori da demanda. Do mesmo modo, as desproporções deixam de ser reduzidas a meros desarranjos episódicos incapazes de burlar a Lei de Say, e se convertem numa dimensão fundamental da superacumulação.²³

E o imperialismo “deixa de ser resposta “às crescentes dificuldades de realização”, para se situar no âmbito do próprio caráter progressista da produção capitalista, que determina a inevitável ampliação extensiva e intensiva dos espaços de valorização.” (MAZZUCHELLI, 2004: 177/178) O imperialismo surge da tendência ilimitada ao aumento da produção (que Lenin identifica, juntamente à limitação do consumo, como as principais contradições da acumulação capitalista). Ou seja, se para outros autores aqui elencados isso era um fenômeno que denotava uma suposta limitação particular do capitalismo – a impossibilidade de realização do produto – para Lenin era algo que brotava do próprio caráter progressivo do capital.²⁴ A busca do mercado externo, portanto, não era uma tentativa de escapar à estreiteza dos mercados domésticos, senão uma própria busca de extensão ilimitada da produção capitalista – tendência identificada por Lenin.

Essa necessidade de buscar novos mercados no exterior, também em oposição à exposição de Kautsky e Rosa, de maneira alguma servia para demonstrar a impossibilidade do capitalismo. Pelo contrário ela servia para demonstrar a força e progressividade de um sistema

²² MAZZUCHELLI, 2004: 141.

²³ MAZZUCHELLI, 2004: 177.

²⁴ MAZZUCHELLI, 2004: 145.

engloba todos os países do mundo em uma grande unidade econômica²⁵. Se a busca por mercados externos deriva da tendência de expansão ilimitada do capitalismo e seu caráter progressista²⁶, a compreensão do processo de internacionalização do capital deve envolver a consideração de determinações históricas. A determinação histórica mais importante captada por Lenin foi a estruturação do capital monopolista e o fato dessa estruturação significar uma nova etapa no desenvolvimento capitalista, portanto, não podendo ser definido como Rosa apenas como a “expressão política do processo de acumulação de capital”²⁷. Para Lenin (citado em MAZZUCHELLI, 2004: 149)

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que tomou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu assinalada importância a importação e exportação de capitais, se iniciou a repartição do mundo pelos trustes internacionais e terminou a repartição da terra entre os países mais importantes.

Porém, da mesma forma que as tendências do capital trazem consigo contradições imanentes, essa nova etapa do capitalismo traz consigo elementos contraditórios, principalmente derivados da dominância do capital financeiro. Segundo Lenin, o característico do imperialismo não é o capital industrial, e sim o capital financeiro, que para ele é a fusão das distintas formas de capital, uma vez que já se constituíram independentemente e se estruturam monopolicamente. A principal contradição dessa etapa

Resulta aí do fato que a socialização alcança seu ponto mais elevado (abrangendo a totalidade dos processos produtivos, o processo do trabalho, os mercados, o Estado etc.) exatamente quando a concentração da propriedade privada chega ao limite. Vale dizer, o monopólio explicita de modo contundente a subordinação do social ao privado, no sentido de que a estruturação da vida social se vê regulada, em última instância, pelo movimento das massas centralizadas de capital. Isso significa que o monopólio exacerba a privatização das relações sociais. E, reversamente, é também então que se socializam as relações privadas, no sentido de que é apenas então que se completa a socialização do capital, o que significa que o capital passa a ser propriedade de muitos, estando seu controle submetido ao domínio de poucos. A privatização das relações sociais e a socialização das relações privadas constituem, assim, a contradição característica do monopólio (MAZZUCHELLI, 2004: 150)

²⁵ “A necessidade de buscar um mercado exterior não demonstra a impossibilidade do capitalismo, e sim o contrário: esta necessidade demonstra de modo palmar a obra histórica de progresso do capitalismo, que destrói o isolamento e o caráter fechado dos antigos sistemas econômicos (e com eles a estreiteza da vida espiritual e política daquelas épocas), agrupando a todos os países do mundo em uma grande unidade econômica” (Lenin, 1966a: 518 citado em MAZZUCHELLI, 2004: 145)

²⁶ “O Imperialismo aparece como um desdobramento espontâneo dos avanços do capitalismo: “o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das propriedades fundamentais do capitalismo em geral” (Lenin, 1970: 764)” (MAZZUCHELLI, 2004: 149).

²⁷ MAZZUCHELLI, 2004: 178.

Essa predominância do capital financeiro reforça os resultados, que também são sua condição: a concentração da produção, o fortalecimento dos bancos, a exportação de capitais e a repartição do mundo entre as “associações de capitalistas” e as grandes potências. Com isso, ocorre a interpenetração do capital bancário e do industrial, que passam a abranger o próprio Estado, “consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda sociedade um tributo em proveito dos monopolistas” (Lenin, 1970: 734 citado em MAZZUCHELLI, 2004: 151). Dado o grau de concentração a que chegam as economias nacionais, os capitalistas repartem o mundo, não por perversidade, mas como única forma de obter lucros. Assim,

A internacionalização torna-se inevitável, ampliando o circuito da reprodução do capital: a conquista dos mercados, a busca de matérias primas, a colocação lucrativa e a disputa por áreas de influência revelam, assim, que “o capital financeiro é uma força tão considerável, tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e de fato subordina, inclusive os Estados que gozam da independência política mais completa” (Lenin, 1970: 759).²⁸

Esse imperialismo de Lenin tem duas consequências importantes: 1) por essa imbricação e subordinação dos Estados ao capital financeiro, a luta intercapitalista é engendrada, podendo assumir formas de “luta pacífica e não pacífica”, em um contexto de relações recíprocas entre a economia e a política internacionais. 2) “O monopólio não suprime a concorrência, senão que a repõe num nível mais elevado: não se trata mais da livre competição no âmbito de mercados industriais agora oligopolizados, mas sim do confronto de blocos de capital internacionalizados que se enfrentam através, e por sobre, os Estados nacionais.” (MAZZUCHELLI, 2004: 152) Nesse contexto, o imperialismo de Lenin é oposto ao ultra-imperialismo de Kautsky. Se para Kautsky existe a possibilidade de “união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles”, para Lenin, “a dominação do capital financeiro, ao invés de atenuar a desigualdade e as contradições da economia mundial, o que faz é acentuá-las”²⁹.

Acentuadas também são as crises no contexto dessa nova etapa monopólica. Segundo Mazzucchelli (2004: 152, a partir de Lenin)

“O monopólio que se cria em vários ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de toda a produção capitalista em seu conjunto” (Lenin, 1970: 712). O que se tem, assim, é a emergência de novos “elementos de desproporção entre as distintas partes da economia, elementos de caos e crises”, que, segundo Lenin, convertem “a supressão das crises pelos cartéis numa fábula dos economistas burgueses” (Idem, ibidem)

²⁸ Em MAZZUCHELLI, 2004: 151.

²⁹ Lenin em MAZZUCHELLI, 2004: 152.

Finalizamos nosso percurso do debate clássico com duas longas citações de Mazzucchelli que atestam para o caráter não de impossibilidade do capitalismo monopólico, mas de seu papel como uma estrutura de transição.

Por fim, Lenin qualifica o imperialismo de “capitalismo parasitário” ou em “estado de decomposição”. Isto significa que a progressividade característica deste regime de produção se torna problematizada com o advento do monopólio, o que resulta da predominância da “oligarquia financeira”, do controle dos mercados, e da possibilidade econômica de se “conter artificialmente o progresso técnico”. É nesse sentido que o “monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e se encontra no ambiente geral deste”, por suas próprias características monopolistas passa a viver “em uma contradição constante e insolúvel com dito ambiente geral” (Lenin, 1970: 774). É assim que, por exemplo, através da administração dos preços, “desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico” (774). É assim, também, que a apropriação continuada de ganhos fictícios, financeiros, tende a operar na mesma direção, aumentando “a importância relativa das rendas procedentes dos juros e dos dividendos, das emissões, das comissões e da especulação”, e conferindo um caráter marcadamente rentista à vida do sistema. O “parasitismo” e a “decomposição” representam, portanto, a própria negação das “propriedades fundamentais do capitalismo em geral”, o que, entretanto, não deve ser confundido com uma suposta tendência à estagnação, à “depressão crônica” ou ao “colapso”. A reprodução ampliada e o desenvolvimento das forças produtivas tornam-se, no monopólio, mais problemáticos, o que em absoluto significa sua impossibilidade. (MAZZUCHELLI, 2004: 153)

E, ainda, o trecho que fecha o livro de Mazzucchelli (2004: 180), que atesta que nesse sistema monopólico,

Assume assinalada importância o desenvolvimento do capital a juros e do sistema de crédito, que, em conexão com o processo de centralização do capital, passa a determinar a transformação das relações de concorrência, a ampliação das modalidades de valorização do capital, a alteração na forma de manifestação das crises e o agravamento da instabilidade característica do regime de produção. É assim que o monopólio, ao exacerbar as tendências iminentes da produção capitalista, torna absolutamente explícita a estreiteza dos limites privados do processo de socialização, revelando os traços característicos de uma estrutura de transição.

Frederico Mazzucchelli finaliza seu livro apontando o que seriam os “vícios e virtudes” das análises sobre o capitalismo empreendidas por alguns daqueles, cada qual a seu modo, que buscaram desenvolver a construção marxista, principalmente a partir do momento de passagem a uma fase monopolista do capitalismo, com a qual se relacionava o conceito de Imperialismo. A partir da leitura de referido fechamento da obra e confronto com o que o autor dispõe em sua introdução como sua hipótese (passagem disposta na segunda nota de rodapé do primeiro capítulo), podemos inferir que os “vícios” a que Mazzucchelli se refere é a “tentativa obsessiva em “aplicar” os resultados teóricos de Marx ao “movimento real do capital”, sem

mediações de qualquer índole, sejam teóricas ou históricas.” O título de sua obra alude ao fato de o capital só poder ser compreendido como uma “contradição” que está em “processo”, ou seja, é um conjunto de contradições imanentes ao capital, mas é o processo histórico no qual o desenvolver dessas tendências redundando no estabelecimento de novas formas estruturais de existência. Ainda, como afirma o autor, a “hipótese é que “movimento real do capital” torna-se incompreensível, quer com o abandono, quer com a consideração exclusiva de suas determinações gerais.” (MAZZUCHELLI, 2004: 5).

Capítulo 2 – O Segundo Debate Brenner

Passamos, neste capítulo, à discussão das obras de Robert Brenner, notadamente *The Economics of Global Turbulence*. De forma alguma podemos negar o valor histórico da obra de Brenner: apresentamos seu trabalho louvando principalmente duas “virtudes” de sua visão, mas apontando para uma questão principal que parece ser seu “vício”. A primeira dessas virtudes diz respeito à forma como caracterizou a competição capitalista e como observou seu desenrolar, a segunda, resultante da primeira, foi fazer uma crítica com relação a inviabilidade do capitalismo a partir da impossibilidade de se eliminar as crises de superacumulação. O seu vício teria sido se manter aferrado à consideração exclusiva dessa determinação geral do capital e ter minimizado o impacto de transformações fundamentais do capitalismo global: principalmente o ganho de autonomia do capital fictício, a transformação da relação dos EUA com as outras potências capitalistas (sobretudo na questão de seu endividamento), e como esses dois movimentos se relacionaram.

Por outro lado, apresentamos uma argumentação crítica a de Brenner (aqui concentrado em Panitch e Gindin) que falha pelo outro lado da constatação de Mazzucchelli: abandonar as determinações gerais do capital. Dando muito peso ao papel estatal, e principalmente às capacidades e interesses do Estado americano, esses autores enfatizam as mudanças ocorridas a partir dos anos 70 (e é realmente essa sua “virtude”), principalmente na afirmação do papel americano como tutor do processo de expansão capitalista. Podem escapar de um determinismo econômico, criticado em Brenner, mas caem em um determinismo político quase teleológico, quando as importantes transformações dos anos 70 aparecem praticamente como um resultado de um projeto político-econômico estabelecido ao fim da Segunda Grande Guerra.

Essa é uma das questões centrais que informam esse trabalho: como decisões políticas e desenvolvimentos das forças produtivas se articulam, quer dizer, por exemplo, até que ponto a decisão dos países produtores de petróleo de aumentar os preços gerando liquidez – os petrodólares – e a decisão dos EUA de subir os juros foi fundamental ao desenvolvimento das forças produtivas subsequente ou este ocorreria de toda forma, devido às determinações estruturais do capitalismo? E ainda, em que medida a capacidade de organização e pressão das classes trabalhadoras e outros movimentos sociais a partir do final dos anos 60 foi importante na “busca” pelo capital de saídas que aceleraram a denominada globalização.

2. 1.: A interpretação de Brenner

Constatando que a partir de 1973 foi inaugurado um período de baixo crescimento e aumento da turbulência econômica, marcado por recessões e retorno de devastadoras crises financeiras ausentes desde a crise de 1929; e buscando oferecer uma interpretação unificada da trajetória de desenvolvimento material que se desenhou como um boom após a Segunda Guerra Mundial, uma transição de boom para recessão (do meio dos anos 60 até o meio dos 70) culminando em uma longa recessão, ou diminuição de atividade, desde então, Brenner almeja uma análise que se distancie da tendência em identificar o trabalho (como categoria oposta ao capital) como fonte da mudança de longo boom para longa recessão. A partir do argumento (que se beneficia do olhar retrospectivo) de que mesmo a derrota do trabalhismo entre os anos 70 e 80 não determinou uma restauração da vitalidade do sistema, o autor refuta a pressão do trabalho sobre o capital como o motor dessa inflexão na curva de desenvolvimento capitalista do pós-guerra³⁰.

Sob o imperativo de integrar a teoria e a história comparativa, e a partir da premissa de que a taxa de lucro é o determinante fundamental da taxa de acumulação das firmas de um sistema econômico, e, portanto, o determinante em última instância da vitalidade do capitalismo, Brenner enxerga na trajetória da taxa de rentabilidade a possibilidade da interpretação unificada proposta sobre esse pouco mais de meio século (1945 – 2000) de história econômica. De maneira simplificada seu argumento é de que o que permitiu a inauguração do boom pós-guerra, entre 1930 e fim dos 40, foram elevadas taxas de lucro que se mantiveram nos 20 anos seguintes. O que determinou o fim do boom e início da crise foi uma aguda queda na lucratividade para as economias avançadas como um todo. O que determina a continuidade dessa crise e a persistência de uma longa recessão é o fato de não ter havido uma recuperação da taxa de lucro em termos sistêmicos³¹.

Para integrar a teoria e a história comparativa, a análise de Brenner se dá em três níveis. Em um primeiro nível, mais abstrato, o autor busca a explicação teórica do conceito marxista da tendência de queda na taxa de lucro. Segundo Brenner, em meio à anarquia e competitividade da produção capitalista, os capitais individuais devem cortar custos para

³⁰ BRENNER, 2006: prefácio.

³¹ *Id.*

sobreviver introduzindo novo capital fixo (tecnologias mais eficientes), ameaçando seus lucros³² e em última instância sua própria existência. O resultado sistêmico é, por um lado, um desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas. Mas, por outro lado, não permite que empresas com métodos de produção de mais alto custo já cristalizadas em suas plantas realize (no sentido de realização de lucro) seus investimentos em capital fixo, porém devido aos custos desse capital fixo investido (*sunk capital*) as mesmas empresas também não saem do mercado. Isso determina uma supercapacidade, e em retorno, uma lucratividade reduzida³³.

Essa teorização em abstrato precisa se unir à evolução da trajetória concreta do pós-guerra, para que Brenner possa concretizar sua premissa de uma interpretação que integre a teoria e a história comparativa. O link conceitual para essa integração deve ser também encontrado na dinâmica do capital fixo e traz uma racionalidade a partir da qual se espera que a expansão capitalista tenha a forma de um desenvolvimento desigual, como consequência da interação entre, de um lado, blocos de capital de desenvolvimento anterior, mais avançados tecnológica e socioeconomicamente e politicamente dominante, e de outro lado, blocos de capital de desenvolvimento mais tardio que são mais atrasados e subordinados politicamente, mas ainda sim capazes de explorar as vantagens potenciais desse mesmo desenvolvimento tardio (baixos salários, baixos custos), cultivando novas regiões menos desenvolvidas.

O ponto de partida para a ideia de desenvolvimento desigual é que o investimento tende a ocorrer em ondas, ou blocos. Assim, hipoteticamente, blocos de capital “mais antigos” tendem a dominar seus próprios mercados, desencorajando contendores; os blocos emergentes, repelidos dos mercados daqueles blocos mais desenvolvidos, acabam lucrando com o desenvolvimento de novas regiões e a exploração da nova força de trabalho separadamente do bloco anterior; e, finalmente, os capitais dos blocos de desenvolvimento tardio passam a desafiar aqueles de desenvolvimento anterior combinando inputs de baixo custo e tecnologias tão ou mais avançadas, determinando uma intensificação da competição intercapitalista que mitiga a capacidade de grandes massas de investimentos em capital fixo de serem realizadas, levando a supercapacidade e ao declínio da taxa de lucro.³⁴

³² Uma vez que, independentemente da produtividade técnica do capital fixo novo, o investimento é realizado sem garantia da realização da produção e da expectativa de rentabilidade que o enseja, de ocupação da capacidade ociosa que produz. O custo vem antes da recuperação (incerta) do mesmo.

³³ BRENNER, 2006: xx.

³⁴ BRENNER, 2006: xxi.

Com esse link conceitual em mente, Brenner busca, por fim, no último nível de análise, a construção de uma narrativa convincente da evolução econômica internacional desde a II Guerra Mundial. Com isso, no movimento das rodas da história, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial houve uma simbiose, subscrita pelo Estado americano, entre um bloco mais antigo nos EUA – caracterizado por liderança tecnológica, evolução socioeconômica mais avançada, e posição hegemônica internacional de seu estado e classes capitalistas – e blocos de desenvolvimento mais tardio na Europa ocidental e no Japão – marcados por tecnologias “copiadas”, evolução sócio econômica mais retardada e posição hegemônica (subordinada) de seus estados e classes capitalistas – que se desenvolveram a priori separadamente do primeiro bloco (EUA). Os de desenvolvimento tardio garantiram seu dinamismo por meio de uma orientação mercantilista voltada para exportação de manufaturas, possibilitada por seus capitalismo “estatizados” e organizados. O bloco de desenvolvimento anterior atingiu sua vitalidade por meio de um livre mercado, orientação globalizada em termos de investimento direto estrangeiro e internacionalização financeira, possibilitadas pela predominância internacional de seu Estado, para não dizer de seu militarismo e imperialismo.³⁵ A crise veio quando, com competição internacional intensificada, trazendo fortes pressões baixistas nos preços, a valorização de capitais fixos existentes foi obstada. A supercapacidade determinada por essa competição e pressão baixista nos preços determinou, por sua vez, uma queda na rentabilidade do sistema.

Para a consecução de seu objetivo de explicar as origens e evolução do longo *downturn* por meio de uma análise das causas e efeitos das mudanças na rentabilidade, Brenner inicia seu trabalho com uma crítica às chamadas Teorias *Supply-Side*, que segundo o autor atribuem a longa crise e a falha em se recuperar da mesma às pressões crescentes dos trabalhadores sobre os lucros, conhecido como *Profit Squeeze*. Colocar essa responsabilidade sobre os ombros da classe trabalhadora é complicado em alguns sentidos. Primeiro, por um lado, atribui a essa classe um poder superdimensionado sobre sua capacidade de influenciar o desenvolvimento capitalista. Segundo, por outro lado, joga a “culpa” da crise sobre a classe que mais sofreu com ela e seus encaminhamentos³⁶. Para o autor de EGT, os argumentos de tal viés

³⁵ *Id., Ibidem.*

³⁶ Brenner mesmo (BRENNER, 2006: xxviii) atesta que desde 1973 até 2000 o crescimento médio anual dos salários reais foi um redondo zero. Esse não crescimento foi indispensável para o capital, em vistas da paralela diminuição do crescimento da produtividade, o indicador em última instância do dinamismo econômico, ou da ausência do mesmo.

teórico seguem o seguinte esquema: como a pressão do trabalho aumentou, o crescimento das remunerações diretas ou indiretas ultrapassou a produtividade, determinando o início da longa crise. Então, como falharam os esforços para diminuir a pressão do trabalho, falharam as tentativas de rebaixar as remunerações diretas e indiretas o suficiente para cobrir o declínio no crescimento da produtividade, perpetuando, assim, a crise³⁷.

Para Brenner, os economistas *mainstream* explicarem a longa crise em termos da impossibilidade da taxa de crescimento dos salários de cair em linha com a produtividade em declínio é algo não muito surpreendente, tendo em vista sua crença implícita no mercado como um mecanismo autossuficiente e autorregulado de alocação de fatores. Para essa linha de pensamento, também oposta à defendida nessa dissertação, os maiores problemas da economia são de fontes exógenas ao mercado: tanto como uma consequência de demasiada interferência política, que impedem os “mecanismos de mercado” de fazerem os ajustes econômicos necessários ou como consequência de uma falha no progresso técnico, cujas origens são separadas do funcionamento da economia³⁸. O que surpreende Brenner é a própria esquerda, por outros caminhos, chegar à mesma conclusão dos analistas do *mainstream*. Assim, o autor critica o que chama de visão “clássica” da teoria do *Profit Squeeze*, bem como o que enxerga como “visões contemporâneas mais elaboradas”³⁹. A primeira, alinhada com as posições de Glyn, Armstrong e Sutcliffe, seria o que ele chama de *profit squeeze* do pleno emprego, por cuja teoria, em suma, a oferta de trabalho (e matéria prima) não acompanha o crescimento da demanda resultante dos investimentos feitos, levando a maiores custos de trabalho (e commodities), que passam a interferir com uma rentabilidade satisfatória. Já na segunda, que Brenner relaciona à Escola Francesa da Regulação e da SSA, a “força” ou poder da classe trabalhadora não foi somente resultado de mercado de trabalho próximo do pleno emprego, mas também da operação de certos arranjos institucionais específicos historicamente e políticas governamentais colocadas em prática no pós-guerra. Nessa interpretação a crise tem sua origem nas “contradições do keynesianismo”. Ou seja, as soluções para o problema da demanda efetiva são tidas como responsáveis pela crise, pelo lado da oferta. De acordo com a teoria das “contradições do keynesianismo”, o sucesso em garantir o crescimento econômico se provou paradoxal no longo prazo por que a operação desses mesmos arranjos que garantiram o crescimento (garantiram a

³⁷ BRENNER, 2006: 7.

³⁸ BRENNER, 2006: 15.

³⁹ BRENNER, 2006: 16/17.

expansão da demanda que sustentou o boom pós-guerra) tiveram o efeito de modificar o balanço de forças sócio-políticas e de mercado em favor do trabalho, e de maneira mais geral dos cidadãos, e contra o capital⁴⁰. Para Brenner, no entanto, o pleno emprego pode levar a uma significativa queda na rentabilidade, mas para o autor esse *squeeze* não pode ser explicativo de uma queda na taxa de lucros que produziu uma longa crise⁴¹.

Brenner busca oferecer uma interpretação alternativa com ponto de partida na natureza não planejada, não coordenada e competitiva da produção capitalista, e na falta de preocupação e inabilidade dos investidores individuais privados em conhecer os efeitos de suas estratégias de busca por lucro na rentabilidade de outros produtores e da economia como um todo. Com isso em mente, a crise não é resultado da pressão vertical dos trabalhadores sobre o capital, mas da supercapacidade e superprodução que resultou da intensificada e horizontal competição intercapitalista. A realidade vivida que permitiu a Brenner essa conclusão foi o processo de desenvolvimento desigual das economias capitalistas avançadas no pós-guerra, manifesto no baixo crescimento da economia líder dos EUA (de desenvolvimento mais antigo) em relação à acelerada expansão das economias seguidoras do Japão e da Alemanha (de desenvolvimento mais tardio), e posteriormente da Ásia.

A sequência da queda da rentabilidade poderia ser interrompida e a rentabilidade restaurada somente quando meios de produção de alto custo e baixo lucro fossem expulsos de linhas de produção afetadas pela sobre-capacidade, superprodução e rentabilidade reduzida, e realocadas com sucesso em linhas com altos lucros⁴². Porém, baseado na premissa de que os investimentos são realizados em bloco e no disposto no parágrafo anterior sobre a inabilidade dos investidores individuais privados em conhecer os efeitos de suas estratégias de busca por lucro na rentabilidade dos outros produtores e da economia como um todo, a dinamização da competição exacerba os problemas de supercapacidade e superprodução que levam à queda da rentabilidade do sistema. As empresas do bloco de investimento mais antigo, pegadas de surpresa pelas novas empresas cortadoras de custos, buscarão formas de defender seus mercados e contra-atacar acelerando seus próprios investimentos em inovação e mobilizando, assim, ainda mais capital fixo. A adoção dessa estratégia por parte das empresas primeiramente afetadas pelos altos custos

⁴⁰ BRENNER, 2006: 17.

⁴¹ Uma coisa é uma eventual pressão conjuntural dos salários sobre rentabilidade (deixando de lado argumentos kaleckianos por conta da possibilidade de vazamento de demandas por importações em uma economia aberta); outra coisa é uma desaceleração longa depois que a pressão salarial foi contida.

⁴² BRENNER, 2006: 26.

tenderá a fazer com que as inovadoras redutoras de custo busquem reduzir ainda mais seus custos, piorando, assim, a já existente supercapacidade e superprodução⁴³.

Novamente embasado no conceito de blocos de desenvolvimento e na vulnerabilidade do capital fixo frente a tecnologias cortadoras de custo, Brenner atesta que enquanto a posse de ativos fixos faz com que as empresas existentes “fiquem onde estão” mesmo em face da queda da rentabilidade, a diminuição do crescimento da demanda, expressão do crescimento reduzido do investimento, do emprego e dos salários que inevitavelmente resultam da queda nas taxas de lucro tornam mais custosa ainda a realocação para novas linhas⁴⁴. Nesse contexto, crises de produtividade devem ser entendidas como consequências e não causas dos problemas da rentabilidade⁴⁵. A rentabilidade é afetada pelo mecanismo da competição já descrito. Em contrapartida, vez que a diminuição do crescimento da produtividade significa que um menor lucro será gerado, a não ser que os salários caiam ainda mais que a produtividade, do que anteriormente, o processo de ajustamento da sobre-capacidade e sobre-produção fica dificultado, tornando o retorno da rentabilidade ainda mais difícil de ser atingido.

E, nesse sentido, o crédito (que abundou a partir dos anos 70) colaborou para aprofundar ainda mais o cenário negativo à rentabilidade sistêmica. Por facilitar a sobrevivência de empresas com baixos lucros (que muitas vezes por serem maiores e já estabelecidas têm ainda mais facilidade de acesso ao crédito) o crescimento dos empréstimos tendem a exacerbar a sobre-capacidade e a sobre-produção, retardando o retorno da rentabilidade, aumentando a instabilidade e a vulnerabilidade a rupturas econômicas⁴⁶.

Passada essa introdução conceitual sobre o raciocínio de Brenner, seguimos o autor⁴⁷ na tentativa de demonstrar que os mecanismos apresentados estão por trás dos processos por meio dos quais a economia do pós-guerra passou de um longo boom para uma longa crise, por meio de um padrão específico e histórico de desenvolvimento desigual e competição internacional. E foi essa competição, entre um bloco de desenvolvimento mais velho (antigo, os EUA) e um mais novo (tardio, a Europa Ocidental e o Japão), que determinou tanto as

⁴³ BRENNER, 2006: 35.

⁴⁴ *Id.*, *Ibidem*.

⁴⁵ BRENNER, 2006: 37.

⁴⁶ BRENNER, 2006: 36.

⁴⁷ Esse raciocínio se encontra ao fim do primeiro capítulo (BRENNER, 2006: 37 – 40).

características do longo boom quanto a natureza da longa crise a que deram origem⁴⁸. Durante a era inicial de desenvolvimento do pós-guerra, o “velho” bloco dos EUA e o emergente bloco da Europa ocidental e do Japão experimentaram caminhos de crescimento (*paths of growth*) que não só eram altamente desiguais, como também separados, especialmente em um aspecto crucial.

Até o início dos anos 60, os produtores domésticos americanos se mantiveram confinados ao mercado interno e conseguiram se defender contra seus rivais além-mar, ao mesmo tempo em que mantinham crescentes taxas de IED no resto do mundo⁴⁹. Ou seja, se defendiam comercialmente e se projetavam financeiramente. Enquanto as economias de Alemanha e Japão mantinham altos níveis de crescimento, atingindo altas taxas de investimento e de crescimento da produtividade, especialmente industrial, por meio de elevadas taxas de crescimento das exportações (*export led growth*). Esse crescimento ocorreu inclusive capturando mercado dos produtores americanos.

Apesar dos produtores nos EUA terem perdido grandes fatias das importações mundiais, tal perda teve, inicialmente, pequeno efeito no desempenho agregado da economia americana, dada a restrita dependência dos produtores americanos ao comércio mundial e sua continuada dominância em seus próprios mercados domésticos. De toda forma, os altos ganhos do comércio para o sistema como um todo superaram as restrições ao crescimento a que os líderes econômicos estavam sujeitos devido ao declínio de suas competitividades e à restrição do mercado americano aos produtores internacionais.

Governos americanos no pós-guerra podiam perseguir dois requisitos que eram geralmente compatíveis: garantir a estabilidade e segurança do sistema capitalista internacional, e os interesses de suas próprias multinacionais e bancos. A principal forma de ajuda aos produtores domésticos por parte do governo americano era por meio de um subsídio a demanda pela construção de um novo e pesado setor estatal, fortemente orientado ao militarismo (Keynesianismo militar). Os subsídios à demanda envolviam déficits orçamentários keynesianos

⁴⁸ Foi o caminho de desenvolvimento (path of development) relativamente devagar do bloco dos EUA que foi em grande medida responsável para o padrão geral de desenvolvimento do pós-guerra, primeiro durante o boom e depois durante o declínio. (BRENNER, 2006: 43).

⁴⁹ Como nos recorda Brenner, sob sua premissa dos blocos de desenvolvimento, o dinamismo do boom e seus determinantes não foram distribuídos de maneira equânime. O bloco de desenvolvimento mais antigo, os EUA tendia a repelir novo investimento dentro do seu espaço e os novos blocos de desenvolvimento (Japão e Alemanha) tendiam a atrair. Esse raciocínio de Brenner parece denotar que a repulsão de novos investimentos nos EUA se dava por uma saturação do mercado doméstico. Não nos parece que o capital tenha saído dos EUA por falta de oportunidade dentro do território e capitalismo estadunidense, e sim que tenha saído justamente em busca de novas e diversificadas oportunidades, como que no cumprimento das tendências iminentes expansionistas do capital. Nesse sentido, Europa Ocidental e Japão tiveram suma importância na atração desses investimentos uma vez que lá estavam as maiores oportunidades e a fronteira do desenvolvimento.

e, sem sombra de dúvidas, aumentou a estabilidade melhorando a confiança dos negócios. Apesar de para Brenner essa não ser a causa da crise vindoura, o movimento de trabalhadores nos EUA, mesmo tendo sido enfraquecido pela burocratização durante a guerra e a repressão política após o fim da mesma, se manteve forte e militante o suficiente para pressionar as remunerações para cima, especialmente em momentos que ciclos altistas empurravam o desemprego para baixo, como no momento da guerra da Coreia⁵⁰.

Enquanto o foco das empresas em solo americano no próprio mercado doméstico tenha historicamente representado a força incomparável das indústrias domésticas dos EUA, seu crescente confinamento (crescentemente militarizado) a esse mercado no quarto de século após a II Guerra Mundial manifestou suas crescentes fraquezas. A partir do início dos 60, especialmente como consequência das reduções das barreiras comerciais dos fins dos anos 50, o crescimento do comércio acelerou de forma espetacular e inesperada. Os produtores industriais americanos passaram a sofrer cada vez mais, nos seus mercados domésticos e internacionais, a crescente pressão das exportações de baixo custo e preço dos blocos de desenvolvimento tardio, especialmente do Japão. Mas vale ressaltar que a capacidade dos alemães e japoneses de capturar mercados dos EUA só puderam se materializar devido à disposição dos governos americanos de tolerar não só a abertura de seu mercado à penetração, mas até mesmo certo declínio da sua competitividade industrial em favor dos interesses militares e de hegemonia política, da estabilidade econômica internacional, e da rápida expansão das MNCs e bancos americanos⁵¹.

Essa foi a exacerbação da competição, assinalada por Brenner, que levou, pelos mecanismos já explicados, à uma crise de rentabilidade iniciada nos EUA e que por sua continuação (da competição internacional) se tornou sistêmica e desde então não foi revertida. Muitas empresas americanas que mantinham rentabilidade reduzida no total de seus investimentos de capital tentaram manter seu *market share*, garantindo, pelo menos a taxa de lucro pelo seu capital circulante.

Os problemas de produtividade da indústria americana cada vez mais baixa em termos relativos foram exacerbados pela escalada inflacionária a partir de 1965, provocada pelo rápido aumento dos déficits governamentais, acomodadas por uma política monetária lassa. O rápido aumento da taxa de crescimento do salário nominal que ocorreu não forçou os preços para

⁵⁰ BRENNER, 2006: 45.

⁵¹ BRENNER, 2006: 50.

cima; de fato, esse aumento não foi rápido o suficiente para prevenir a queda do crescimento do salário real. Não obstante, tentando (sem sucesso) “correr atrás” do aumento da taxa de crescimento dos preços ao consumidor, gerados pelas políticas fiscais e monetária, os trabalhadores buscaram o aumento dos salários nominais, que ajudou a aprofundar o problema inflacionário⁵². Mantendo-se fiel a seu objetivo de refutar as teorias *supply-side* como explicadoras da crise, Brenner argumenta que a aparente explosão da militância do trabalho e do salário nominal de 1965 a 1973 deve ser entendida como respostas atrasadas, por parte dos trabalhadores, ao espetacular crescimento da rentabilidade de 1958 a 1965, ao declínio do crescimento do salário real entre 1958 e 1973, e à aceleração da inflação a partir de 1965⁵³, que havia se acelerado com o aprofundamento dos gastos com a guerra do Vietnã.

Como consequência da inabilidade das indústrias americanas em manter os custos em linha com seus concorrentes internacionais, os EUA sofreram uma crise de comércio exterior no fim dos 60, início dos 70. A recuperação da competitividade dos preços dos exportáveis atingida pelos produtores americanos na primeira metade dos 60 se configurou apenas como temporário. Em 1970, próximo aos acordos Smithsonian, as indústrias japonesas já eram mais competitivas internacionalmente do que suas concorrentes americanas. Isso significava que podiam colocar no mercado internacional produtos a preços mais baixos do que aqueles praticados por seus rivais americanos⁵⁴. Até 1965, a economia americana tinha sido marcadamente “fechada em si mesma”, um reflexo de sua competitividade superior, bem como dos altos custos do transporte transoceânico. Isso mudou rápida e completamente a partir do meio da década de 60. Entre 1965 e 1970 houve forte entrada de importações industriais. Para evitar perder *market share*, os produtores americanos tiveram que abdicar de subir preços na mesma proporção que subiam os custos. E foi, essa entrada de produtos de baixo custo e baixo preço no mercado mundial o responsável pelo relativo baixo crescimento dos preços industriais no período, e por consequência da resultante queda da taxa de lucros.

Novamente, Brenner não nega que tenha havido uma erupção da militância do trabalho entre 1965 e 1973, mas essa foi um efeito, e não uma causa, da queda da rentabilidade e da tentativa dos empresários em cortarem custos. Representou uma tentativa por parte do

⁵² BRENNER, 2006: 111/112.

⁵³ BRENNER, 2006: 102.

⁵⁴ BRENNER, 2006: 112/113.

movimento trabalhista organizado de reverter seu declínio e contra-atacar a ofensiva dos empresários.

Enquanto isso, entre 1969 e 1973, como parte do mesmo processo de competição intensificada que derrubou a taxa de rentabilidade nos EUA, a explosão dos superávits em conta corrente de Japão e Alemanha e o déficit corrente americano – catalisados pelo aumento a níveis recordes do déficit federal dos EUA – precipitaram o colapso do sistema de Bretton-Woods e com ele uma forte desvalorização do dólar, causando uma dramática reestruturação dos custos internacionais em favor dos produtores americanos. Os rivais americanos viram seus custos de produção efetivos subirem frente os custos americanos, e não podiam mais vender com suas antigas taxas de lucro. O marco e o yen se valorizaram massivamente frente o dólar, e, como resultado, parte do ônus do declínio da rentabilidade foi desviado da economia dos EUA e a crise internacional se estendeu para a Alemanha e o Japão. Porém, apesar da diminuição da taxa de acumulação na Alemanha e no Japão, a mesma taxa não se recuperou nos EUA⁵⁵.

Os processos de ajuste requeridos para acabar com a crise de rentabilidade, também já identificados em parágrafos anteriores, não foram efetivos em nível suficiente. Ao invés de deixar suas linhas de produção de alto custo, as empresas produtoras americanas, impulsionadas por desvalorizações ainda mais profundas do dólar, conseguiram melhorar sua rentabilidade e competitividade levando a cabo uma forte onda de investimentos durante os anos 70 e radicalmente reduzindo o crescimento de custos de salários, diretos e indiretos. Frente a bens americanos mais baratos no mercado mundial – devido à queda do valor do dólar – e dado o crescimento mais lento da demanda internacional, os produtores no Japão e na Alemanha enfrentaram uma intensificação do mesmo tipo de pressão de preços que seus concorrentes nos EUA haviam sentido e a mesma pressão baixista sobre seus lucros. Foi o transbordamento sistêmico da crise de rentabilidade que afetara os americanos primeiramente.

Mas, novamente, ao invés de realocar recursos, eles também aceitaram taxas de retorno reduzidas e buscaram continuar produzindo como antes, auxiliados nisso pelo contínuo suprimento de empréstimos disponíveis por meio de instituições financeiras altamente acomodáticas. Intensificaram a guerra competitiva, exacerbando a sobre-capacidade e a sobre-produção, com consequências sistêmicas altamente destrutivas. Dessa maneira, o processo de desenvolvimento desigual, que antes opunha os blocos de investimento dos EUA (Velho) ao

⁵⁵ BRENNER, 2006: 122.

Europeu ocidental e Japonês (mais novo), continuou com a entrada no jogo da Ásia do leste. Agora eram os blocos mais antigos e agora mais equânimes (não mais tão desiguais) dos EUA e da Europa Ocidental e Japão, frente ao bloco mais recente representado pelos países do leste asiático, que viriam a se tornar os tigres asiáticos.

Para Brenner, o fato de a economia americana não ter sucedido em recuperar o *market share* internacional que perdera durante os anos 50, e que as empresas produtoras americanas continuavam a dirigir uma parte cada vez maior de seus investimentos para a produção no exterior, mostrava que a economia americana não tinha garantido nenhuma “autotransformação”⁵⁶. No entanto, tal assertiva nos parece questionável. Com o privilégio da retrospectiva, olhando a posição mais contemporânea do capitalismo americano, não teria esse fato justamente demonstrado que, talvez, realmente, a economia americana não tenha garantido nenhuma autotransformação, mas não teria ela garantido uma transformação, para seu privilégio e de seu capitalismo, da natureza de sua relação com o resto do mundo capitalista?

Com as grandes quedas na competitividade e na rentabilidade, durante a segunda metade dos 60, para manter a economia em movimento, o governo acelerou aquilo que já era um programa de estímulo substancial que geraria aceleração do aumento de preços e consequente crescente desequilíbrio internacional. O aumento da demanda resultante do aumento dos déficits governamentais não tinha a capacidade de estimular o crescimento da oferta doméstica (lembramos que os produtores estavam frente a uma taxa de lucros em queda, portanto não conseguindo o retorno sobre seu capital fixo e assim não investindo em novas linhas), ao contrário, determinava aumentos de preço e de importações cada vez mais rápidos. Resultados foram devastadores para a posição internacional dos EUA e do dólar⁵⁷.

Ao mesmo tempo em que os EUA estavam evitando uma crise cíclica, mas também impulsionando a inflação por meio de crescentes déficits federais e dinheiro fácil, a Alemanha e o Japão passavam por fortes recessões (Alemanha em 1966-67 e o Japão em 1965). Essas crises cíclicas diminuíram drasticamente o crescimento dos custos e preços em ambos os países. Com a competitividade então melhorada, essas economias entraram imediatamente em dinâmicos *booms*

⁵⁶ Brenner parece considerar essa “autotransformação” somente em termos tecnológicos e da competitividade industrial. As transformações na organização da empresa e do próprio sistema financeiro são incontestes. Mesmo com relação à tecnologia, nos parece que houve uma importante mudança de padrão tecnológico com o estabelecimento de outras indústrias como os polos mais dinâmicos de acumulação.

⁵⁷ BRENNER, 2006: 124.

liderados pelas exportações, que trouxeram superávits recordes nas contas correntes e, em última instância, o forte aumento da pressão inflacionária importada dos EUA⁵⁸.

Com o desequilíbrio evidente das contas externas dos maiores estados capitalistas, o mercado monetário⁵⁹ inevitavelmente exerceu pressão baixista sobre o dólar e alta sobre o marco e o yen. No início de 1968, após ataque a libra, os especuladores novamente atacaram o dólar, colocando em xeque todo o sistema monetário internacional baseado no dólar. Os EUA conseguiram, para seu benefício, evitar o colapso total de Bretton-Woods parcialmente desmontando-o, acabando com a conversibilidade privada do dólar. Nos mercados privados, portanto, se constituía um sistema baseado puramente no dólar, uma moeda fiduciária.

Em 1968, com a moeda alemã fortalecida, fluxos especulativos, principalmente vindos do Euromercado, atingiram níveis recordes pressionando por nova valorização do marco. Com isso, dólares inundaram a economia alemã em busca dos marcos (que iriam se valorizar), inchando a oferta de dinheiro. Mal a economia se recuperara de uma recessão e já estava aos poucos sofrendo de inflação importada. Conseguiram tolerar a situação por algum tempo, mas, seguindo uma nova onda especulativa, no fim de 1969, o marco foi novamente revalorizado, problematizando a continuidade do crescimento das exportações alemãs e o próprio *boom* germânico.

A negativa de Nixon em implementar política monetária restritiva (representado na célebre frase “somos todos keynesianos agora”) deixava claro para o mundo que os EUA não se responsabilizariam pelo problema da exportação da inflação. Países que desejassem evitar a enxurrada de dólares e a resultante inflação deveriam valorizar suas moedas. Nixon sabia que valorizações por parte de seus rivais aumentariam a competitividade americana, a rentabilidade de suas exportações e reduziria a pressão dos importados sobre a economia americana.

Alemanha e Japão passaram a defender suas moedas tentando uma política monetária para restringir o crédito e segurar a inflação por meio do aumento das taxas de juros. Com juros altos na Alemanha e no Japão, enquanto caíam os juros nos EUA, movimentos especulativos de fuga do dólar aumentaram ainda mais o déficit do BP americano. Reservas mundiais explodiram determinando um processo inflacionário internacional incontrolável.

⁵⁸ *Id., Ibidem.*

⁵⁹ Os tortuosos movimentos do mercado monetário a partir de 1968 são descritos por Brenner (2006) entre as pp. 125 e 129, das quais segue a explanação a seguir.

Quando EUA soltava as rédeas da política monetária (e o Bundesbank aumentava sua taxa de redesconto para resfriar a economia), dinheiro internacional inundava a Alemanha atrás dos marcos para explorar o diferencial de juros, perpetuando a inflação. Assim, o “keynesianismo” de Nixon causava a inflação no resto do mundo. Com a Alemanha e o Japão acumulando dólares a taxas que tornavam impossíveis o controle da liquidez e inflação, os Acordos Smithsonian não eram mais plausíveis. Dessa maneira, os preços estavam prontos para estourar os limites superiores.

Em fevereiro de 1973, a aceleração da inflação nos EUA detonou uma nova crise cambial, e os EUA e seus aliados logo acordaram um aprofundamento da desvalorização do dólar em 10%. Mesmo assim, as autoridades americanas deixaram claro que não estavam comprometidas a garantir a nova paridade, e por consequência, nem mesmo a manutenção de um sistema de câmbio fixo, trazendo a baila a ameaça da instabilidade econômica internacional. As nações avançadas lutaram para tentar manter as novas paridades, mas, em menos de um mês, em face de fluxos especulativos cumulativos, os países capitalistas avançados formalmente abandonaram o sistema de câmbio fixo⁶⁰. Moedas do bloco Europa/Japão se valorizaram e dólar se desvalorizou, dando folego para a indústria americana.

O resultado da crise monetária internacional, iniciada pela intensificação da competição internacional que levou a um declínio na rentabilidade e déficits externos crescentes nos EUA, foi a relativa recuperação da competitividade americana, garantindo uma melhora da rentabilidade e equilíbrio internacional. No entanto, o impacto nas economias alemã e japonesa da valorização de suas moedas que marcou a desintegração do sistema de Bretton-Woods foi o oposto, e eles agora passavam a sofrer com o ônus da crise mundial da rentabilidade.

Com isso, a partir de 1973, a situação começaria a se inverter. O fato de a crise ter se desenvolvido com a expansão japonesa e alemã às expensas da indústria americana, levando aos superávits externos desses países e ao déficit externo americano – forçaram valorizações do yen e do marco frente ao dólar que não tardaria em determinar um realinhamento dos custos relativos. Como essa crise não precipitou, necessariamente, a mudança para novas linhas de produção, o problema sistêmico subjacente persistiu: uma superoferta de capacidade industrial e produtos resultando na pressão baixista sobre os preços e que rebaixavam o retorno sobre os estoques de

⁶⁰ As discussões internacionais diplomáticas que levaram ao total abandono da tentativa de manter o câmbio fixo podem ser conferidas nos documentos da série Foreign Relations of the United States. (FRUS) em UNITED STATES, 2009: 1 – 132.

capital. Mas, com o movimento de realinhamento monetário, agora eram os produtores japoneses e alemães que deveriam sacrificar suas taxas de retorno se quisessem manter suas vendas⁶¹. A economia mundial falhou em se recuperar entre 1969 e 1973, mas os efeitos de seu declínio agora eram divididos de maneira mais proporcional em termos internacionais.

Reduções da rentabilidade agregada de forma continuada trouxe aumento da instabilidade, mas não levaram a uma grande depressão devido ao massivo crescimento do endividamento público e privado (Crédito), possível em grande medida pela enorme expansão da tomada de empréstimos pelos governos, que preveniu que períodos de maior recessão saíssem do controle. Esses mesmos mecanismos que permitiram a economia mundial evitar uma depressão prolongou a crise porque não permitiu o *shakeout* de empresas de alto custo e baixo lucro, especialmente na produção industrial, que seria requisito para a recuperação da rentabilidade agregada. A partir do fim dos anos 70, a mudança de um padrão de criação de dívida keynesiano para uma restrição de crédito monetarista e a austeridade intensificada acelerou a destruição de capital redundante, especialmente na indústria, mas simultaneamente tornou a necessária alocação dos investimentos em novas linhas ainda mais difícil.

A partir da metade dos anos 80, sob uma nova rodada de forte desvalorização do dólar frente o marco e o yen, iniciou-se uma mudança dos polos mais competitivos da produção industrial em favor dos EUA e contrária a Alemanha e Japão. Enquanto nos EUA o crescimento se mantinha baixo, a rentabilidade de fato voltou a crescer, especialmente próximo ao meio da década de 90. Isso ocorreu por que o crescimento dos salários foi mantido baixo efetivamente e o dólar se manteve fortemente desvalorizado frente às moedas da Alemanha e do Japão.

Com isso, a sobre-capacidade e sobre-produção foram perpetuadas e exacerbadas pelo mundo capitalista avançado ao passo que praticamente todos os países capitalistas avançados se orientaram cada vez mais fortemente em direção a um modelo de crescimento baseado em manufaturas exportáveis em face de mercados domésticos que cresciam cada vez mais lentamente.

Nesse contexto de uma evidente crise de rentabilidade, especialmente na indústria, e uma inflação que acelerava, os eventos dos anos 70 vieram apenas a exacerbar o quadro da economia mundial daquele momento. Como bem nos recorda Brenner, a crise do petróleo a partir de 1973 não pode ser considerada o estopim das crises dos setenta (BRENNER, 2006: 145), mas

⁶¹ BRENNER, 2006: 142.

de fato, com a impossibilidade de salários e tecnologias serem ajustados ao crescimento dos custos em energia, as taxas de lucro caíram ainda mais e a inflação acelerou. À crise inflacionária se seguiu uma forte deflação que trouxe mais uma queda na rentabilidade e a maior recessão desde a depressão dos 30, já que frente à escalada da inflação os governos tinham poucas opções a não ser pisar no freio, aumentando as taxas de juros e limitando a oferta de crédito. Assim, desde 1973, rentabilidade não se recuperou; estoque bruto de capital na indústria cresceu muito menos; caiu a produtividade do trabalho; caiu a taxa de crescimento do salário real; caiu demanda para investimento e para consumo; cresceu o desemprego; diminuiu o crescimento do comércio internacional. Ao mesmo tempo o mundo capitalista avançado ficou sujeito a séries de crises cíclicas substancialmente mais profundas e longas do que qualquer outra crise desde os anos 30 (BRENNER, 2006: 145/146).

Apesar de Brenner excluir qualquer possibilidade explicativa do papel da pressão dos trabalhadores sobre o lucro industrial, uma ofensiva dos empregadores sobre a classe trabalhadora foi tentada como forma de reavivar a rentabilidade manufatureira. Assim, entre os anos de 1965 e 1973, o trabalho (como categoria social) foi obrigado a ajustar (e ajustou) seus retornos para baixo, não passo a passo e continuamente, mas de forma abrupta e cada vez mais forte (BRENNER, 2006: 147). A ofensiva dos empregadores foi forte e bem sucedida em seus termos. Mas essa ofensiva tinha capacidade limitada de determinar o fim da longa crise já que a fonte do problema da rentabilidade não estava em uma má distribuição de poder ou renda em favor do trabalho, mas sim na continuidade da falta de um ajuste para a sobre-capacidade e sobre-produção do setor industrial que foi responsável pelo início da mesma (BRENNER, 2006: 153).

Durante os anos 70, a política expansionista norte-americana não somente era fundamental para manter a economia dos EUA em trajetória de crescimento, mas para garantir uma demanda indispensável para as firmas alemãs e japonesas dependentes de exportações. Assim, a habilidade dos produtores alemães e japoneses em atrair apoio dos financistas e se manter no negócio, a despeito da reduzida lucratividade, apenas exacerbou o problema sistêmico da sobre-capacidade e sobre-produção industrial. Segundo Brenner, a sobre-capacidade e sobre-produção persistiram devido à saída insuficiente (não houve um *shakeout* efetivo) e à redinamização da competição internacional (fator causador do problema) com a entrada continuada de novos *players*, representado pelo emergente Leste Asiático. Nesse contexto de subsídio à demanda baseada em endividamento, industriais nas três maiores economias

capitalistas tiraram vantagem dessa nova fase para melhorarem sua situação e crescer. Assim, favorecidos por um baixo crescimento dos salários reais, desvalorização do dólar, taxas de juros reais baixas, os produtores americanos lançaram-se em um esforço (durante a década) para fortalecer a competitividade industrial e retomar a rentabilidade (BRENNER, 2006: 184). Ao mesmo tempo, industriais no Japão e Alemanha mantiveram suas trajetórias de expansão *export-led*, mesmo diretamente exacerbando a supercapacidade e superprodução aceitando reduções na rentabilidade manufatureira.

Essas políticas expansionistas, no entanto, não trouxeram resultados positivos – que poderiam ter inibido a coalizão de interesses domésticos e internacionais contrários ao keynesianismo. Com a não recuperação da lucratividade em queda e em face à escalada inflacionária, o apoio às políticas de sustentação da demanda estava em declínio e a força política da classe que as sustentava, o movimento trabalhista, se esvaindo. Assim, os próprios EUA agora eram obrigados a aceitar um programa de estabilização. Liderados por Paul Volcker, os governos dos capitalistas avançados abriram mão do keynesianismo, se voltando para um aperto de crédito monetarista e medidas de contenção de custos pelo lado da demanda. A nova austeridade macroeconômica reduziu o subsídio à demanda baseado no endividamento que havia mantido a economia em expansão frente à persistência da supercapacidade e superprodução, e tornou uma nova recessão mais profunda inevitável (BRENNER, 2006: 186).

Pelo raciocínio de Brenner, uma forte recessão seria suficiente para um *shakeout* efetivo que pudesse eliminar empresas de altos custos e baixos lucros, forçando, portanto, a recuperação da rentabilidade sistêmica. No entanto, apesar de entre 1974 – 5, 1979 – 82 e no início dos 90 o mundo capitalista avançado ter passado por recessões mais severas do que quaisquer outras desde os anos 30, depois das quais o nível de desemprego era geralmente maior e a taxa de crescimento da produção menor do que após as crises passadas. Se não fosse pela expansão sem precedentes do endividamento tanto público quanto privado em resposta a essas recessões, a economia mundial não teria conseguido evitar uma depressão. No entanto, a mesma expansão que garantiu níveis módicos de estabilidade também desencorajou a recuperação⁶². Impedindo a escalada de uma recessão mais profunda – e mantendo a possibilidade de sobrevivência das empresas de altos custos e baixos lucros que perpetuaram a sobre-capacidade e

⁶² A expansão do crédito manteve a economia em crescimento no curto prazo, mas também impediu a redução nos custos agregados da produção e a melhora dos mark-ups sobre os custos que eram necessárias para a recuperação da rentabilidade no longo prazo. (BRENNER, 2006: 184)

a sobre-produção e não permitiu a recuperação dos lucros – o subsídio à demanda através da criação keynesiana de dívidas e a crescente monopolização do capital, que inviabilizava guerras de preços, prolongaram a queda (*downturn*). Segundo Brenner, o keynesianismo tornou a queda mais suave e prolongada (BRENNER, 2006: 157) e ajudou a perpetuar a falta de dinamismo subjacente à economia ao não permitir maiores aumentos no crescimento da produtividade e dos preços e, portanto, da lucratividade. (BRENNER, 2006: 169).

Apesar da instauração do Neoliberalismo no início dos anos 80 parecer denotar uma proscricção das medidas keynesianas de estímulo à demanda, Brenner atesta que o subsídio keynesiano à demanda foi o responsável por “salvar a economia mundial” e só esteve de fato fora do jogo entre 1979 e 1982. Reagan teria executado o “maior programa de *pump priming* keynesiano que o mundo já viu” para salvar não só os EUA, mas o mundo capitalista em conjunto, da recessão de 1979 – 82. Com isso, ao deixar claro que iria intervir decisivamente para contra arrestar qualquer crise de liquidez que pudesse causar uma depressão, os EUA ajudaram a diminuir os riscos e assim manter condições favoráveis para a expansão do endividamento privado (BRENNER, 2006: 158). Essa expansão do endividamento, tanto público quanto privado, teve efeitos deletérios sobre a dinâmica da economia mundial: além de inibir o *shakeout* daqueles produtores e linhas de alto-custo e baixo-lucro, contribuiu para a estagnação da economia, para a instabilidade financeira e para a escalada da inflação⁶³.

A crise se aprofundou, quando, ao final dos anos 70, o crédito fácil e keynesianismo deram origem a seu oposto, tornando o monetarismo a palavra de ordem. Durante os anos 80 e 90, os governos reduziram o crescimento de seus gastos, buscaram balancear seus orçamentos e recorreram prontamente ao aperto do crédito. O ambiente restritivo a que essa macroeconomia restritiva levaria poderia ocasionar uma recuperação da rentabilidade com a expulsão do sistema dos meios de produção de alto custo, e com a redução dos custos salariais diretos e indiretos devidos ao aumento do desemprego. Se, nos tempos de keynesianismo o ajuste foi obstado devido a uma demanda agregada subsidiada que mitigava a saída de linhas com sobre-oferta, mas criava um ambiente favorável à entrada em novas linhas; na vigência do monetarismo o *shakeout* foi inibido por que o aperto da demanda agregada forçava saída mais rápida de linhas com sobre-oferta, mas criava um ambiente menos favorável para o investimento em outras (BRENNER,

⁶³ Os estímulos à demanda deveriam evocar um aumento na oferta e uma diminuição dos custos, mas em um contexto de rentabilidade em queda, ao invés de estimular mais investimentos e crescimento na produtividade e output, esses estímulos tornavam possíveis aumentos dos preços (BRENNER, 2006: 159).

2006: 160). Nesse contexto restritivo, a demanda por crédito era pressionada pelo aumento do endividamento privados dos trabalhadores que buscavam manter seu padrão de consumo em um contexto de salários estagnados, pelos capitalistas buscando alavancagem para fusões e aquisições, e pelas empresas sem lucro que buscavam fundos para investir⁶⁴. Porém, o FED não podia aliviar a oferta de crédito restrita, vez que tinha que manter taxas de juros elevadas e evitar que o dólar caísse para garantir a continuidade dos empréstimos do exterior necessários para o fechamento do déficit fiscal, déficit fiscal esse que tinha como objetivo a estabilidade doméstica e internacional funcionando como um subsídio keynesiano à demanda (BRENNER, 2006: 161).

Finda a dura recessão de 1979 – 82, mas mantido o agora persistente problema da sobre-capacidade e sobre-produção, as empresas, assistidas pelos governos, se engajaram em esforços para restaurar sua lucratividade por meio de uma obsessão por redução de custos, principalmente custos diretos e indiretos do trabalho, e transformação de suas formas de fazer negócio. Exemplos desses esforços, segundo Brenner (2006: Prefácio), foram: o assalto às organizações trabalhistas; Neoliberalização da economia global desregulando os mercados de trabalho e commodities, privatizando empresas estatais, e liberando o setor financeiro anteriormente reprimido, ao passo que forçava a abertura de mercados para commodities, IED, serviços financeiros e capital de curto prazo para os países menos desenvolvidos; Transferência de capital de linhas produtivas de alto custo e baixo lucro, principalmente para serviços financeiros, voltando-se cada vez mais à especulação; Aceleração do IED com o intuito de realocar a produção para regiões do outrora terceiro mundo buscando combinar uma força de trabalho de baixo custo, mas cada vez mais especializada e bem educada nas melhores técnicas existentes, ao mesmo tempo em que buscavam lucrar pela rápida entrada e saída de *Hot Money* desses novos mercados-abertos para ativos financeiros.

O neoliberalismo para Brenner, portanto, não aparece como resultado de uma transformação substancial na economia mundial na direção da superação das restrições colocadas pelo excesso de competição, mas como tentativas espasmódicas de lidar com o persistente problema de redução da lucratividade. Mas, todas essas medidas não foram suficientes para restaurar o dinamismo econômico e falharam em prevenir a piora da performance das economias capitalistas avançadas. O resultado foi um dinamismo decrescente acompanhado de crescente instabilidade, principalmente com a desregulação do setor financeiro. Com isso houve o retorno

⁶⁴ Id. Ibid.

das crises financeiras que haviam estado ausentes durante o boom do pós-guerra. A economia mundial foi novamente marcada por inevitáveis e devastadores quebras, pontuadas por cada vez mais duradouras séries de bolhas financeiras baseadas em dívidas e que geravam booms especulativos. No entanto, ao invés de crises que “sacudam o sistema”, nós temos testemunhado a continuação, por mais de três décadas, de taxas de lucro persistentemente reduzidas, que significaram a constante queda da vitalidade econômica em escala global, concomitante a bolhas de ativos e implosões financeiras cada vez mais destrutivas, e crises cíclicas cada vez mais severas.

Como já aludido, no raciocínio de Brenner, uma séria crise ou depressão poderia determinar a eliminação de meios de produção de alto custo e baixo lucro, revertendo assim o problema da queda da rentabilidade, porém, essa crise (ou depressão) não veio a ocorrer uma vez que os governos dos capitalistas avançados, liderados crescentemente pelos EUA, garantiram a disponibilidade de titânicos volumes de crédito, direto e indireto, privado e público, para empresas e domicílios para absorver o “superávit” da oferta sobre a demanda, especialmente nos “downturns” cíclicos que periodicamente ameaçavam a estabilidade. Ou seja, por um lado não houve uma crise severa o suficiente para um efetivo *shake out*, por outro com a gestão do *bubblenomics* houve outro mecanismo que podia garantir a recuperação da rentabilidade geral, mas que não resolveu os problemas estruturais que geram tendência de baixo crescimento ou estagnação. Assim, para Brenner vivemos, desde o início dos anos 70 uma crise contínua, consequência da paradoxal persistência de sobre-capacidade crônica no setor manufatureiro internacional, que foi responsável pela persistência de taxas de lucro reduzidas na produção. Taxas de lucro reduzidas, responsáveis, por sua vez pelo crescimento também reduzido do PIB, do investimento, da produtividade e aumentos salariais.

Para Brenner (2006: xxviii), a manifestação definitiva da contínua debilidade da economia pode ser inferida das tendências no nível de vida, bem como da distribuição de renda. Segundo seus dados diminuiu a concentração de renda de 1928 (pico) até 1973, e desde então aumenta. Com relação ao nível de vida, a taxa de pobreza diminuiu e a renda familiar aumentou até 1973, depois disso a primeira parou de diminuir e a segunda cresceu muito timidamente. Portanto, durante a longa crise, os ganhos melhoraram para os ricos e as grandes corporações as expensas dos trabalhadores e dos pobres, especialmente por ter sido acompanhado por tão baixo

crescimento. Com isso, a economia tem funcionado decrescentemente bem, mas para os ricos cada vez mais satisfatoriamente.

O que Brenner bem nos apresenta é uma crítica da viabilidade do capitalismo. Veremos, a seguir, com algumas discussões preliminares, como para Panitch e Gindin (que também denunciam essa própria (in)viabilidade do capitalismo) isso acaba se transfigurando em crítica dos Estados Unidos e do impacto distributivo da “solução” que os mesmos deram para supostamente, em efetivo, superar a crise de rentabilidade.

2.2.: O Debate pós EGT

Se Robert Brenner já havia atraído a atenção de acadêmicos da esquerda com a sua incitação e participação ativa no debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo; com o lançamento de “Economics of Global Turbulence” (EGT), em 1998⁶⁵ pela *New Left Review*, sob o impacto da crise asiática que, para muitos analistas, ameaçava se tornar uma crise global do sistema capitalista, Robert Brenner inaugurou o que se poderia chamar de debate Brenner II. Se o primeiro havia sido sobre dita transição, o segundo se centrava no debate sobre a economia global no pós-guerra, principalmente na explicação do longo *boom* entre 1950 e 1973 e da longa crise/recessão (*downturn*) desde então. Para os editores daquela edição, Brenner poderia ser o “sucessor” de Karl Marx, por sua capacidade de “explicar as leis de movimento da economia global”⁶⁶.

Os comentários que se seguiram igualmente o louvavam e criticavam pelo mesmo motivo: sua análise sobre o papel da competição. Apesar de em sua grande maioria reconhecerem o mérito de Brenner em sua análise da competição, o criticam por dar um peso explicativo que essa categoria sozinha não pode carregar. Brenner reputa as explicações marxistas tradicionais e as da “Social Structures of Accumulation” como tendo praticamente nenhum mérito explicativo. Assim, a contribuição de Brenner é importante para entender o desenvolvimento econômico do pós-guerra, mas fica perdida na ênfase quase cega que dá à centralidade do acirramento da competição internacional. Os insights de Brenner sobre a natureza não-planejada e anárquica da competição capitalista são de grande valia se incorporados a uma análise mais abrangente da

⁶⁵ Apesar de lançado em 1998, aqui utilizamos o formato livro, editado em 2006 pela Verso Books.

⁶⁶ CHENG, 2000.

totalidade histórica da economia global no pós-guerra, que leve em conta as complexas interações entre diferentes contradições do processo de acumulação – incluindo as dinâmicas do conflito capital-trabalho (CROTTY, 1999: 16). Podemos inferir que em Brenner os trabalhadores são apenas espectadores passivos na dinâmica do processo de acumulação de capital (CROTTY, 1999: 6).

Para Brenner, seu mérito é justamente explicar a dinâmica de desenvolvimento do pós-guerra a partir de uma única variável independente, qual seja a competição internacional. Seria isso mérito ou uma tendência forte a um economicismo exagerado? Com sua análise, Brenner falha em não enfatizar devidamente a mudança qualitativa na estratégia levada a cabo pelo capital e o Estado no fim dos 70, inícios dos 80.

Crotty, um dos primeiros a iniciarem o debate com Brenner, além de ter sido o que inicialmente levantou esse questionamento sobre a falta de ponderação no argumento contido na EGT – uma análise arguta sobre a competição, mas com um peso explicativo maior do que pode carregar –, buscou fazer a defesa de sua abordagem metodológica execrada por Brenner, aquela da SSA. Segundo Crotty a SSA é jogada por Brenner na vala comum das explicações *supply-side* como se nela estivesse ausente qualquer análise do lado da demanda. Por exemplo, em trabalhos anteriores, o mesmo Crotty enfatizou o papel das políticas monetárias restritivas e da política fiscal na diminuição do ritmo de crescimento da demanda agregada do fim da expansão que contribuiu para o achatamento dos lucros (CROTTY, 1999: 7), o que não é característico de uma explicação unicamente *supply-side*.

Apesar de questionar alguns dos dados de Brenner⁶⁷ e principalmente sua periodização, Crotty concede que a teoria “brenneriana” sobre a competição destrutiva poderia ser usada para complementar e fortalecer, ao invés de substituir, as teorias tipo SSA para a duração da crise. Assumindo que o início da crise ocorreu da forma que descreveram os teóricos da SSA: falha da taxa de lucros em se recuperar, nos 70, explicada pelo colapso do sistema de Bretton Woods e explosão da instabilidade nos mercados de câmbio que isso gerou, a aceleração da inflação iniciada com os dois choques do petróleo, macro políticas de austeridade levadas a cabo em resposta à escalada inflacionária, permanência de alguma força defensiva por parte dos trabalhadores, e crise de endividamento. Se os insights de Brenner sobre a natureza da competição estiverem corretos, e Crotty acredita que estão, as principais empresas manufatureiras

⁶⁷ Para dados que contradizem Brenner (provando o aumento do custo do trabalho – unit labor costs) ver Crotty, 1999: 5/6.

ao redor do mundo, especialmente aquelas fortemente ligadas ao comércio internacional, deveriam ter reagido a essa era de lucros em queda e crescente incerteza mais ou menos da maneira descrita por Brenner. Ou seja, uma fase destrutiva da competição capitalista será iniciada por uma longa e profunda queda na taxa de lucros, independente de sua origem – um *profit squeeze* baseado na ideia de Exército de Reserva (argumento da SSA), competição comercial excessiva, ou qualquer outra coisa (CROTTY, 1999: 15). Mas ao acentuar o papel unívoco da competição internacional, Brenner não permite a possibilidade dessa integração explicativa.

Apesar de ser descrito como uma análise marxista há uma completa ausência de algumas ferramentas conceituais caras aos marxistas⁶⁸ baseadas na dicotomia entre valor de uso e valor de troca dentro do capitalismo: a apropriação capitalista da mais valia, da qual o trabalho dos trabalhadores é sua única fonte; e a busca incessante dos capitalistas por levar o trabalho de fato consumido pelos seus trabalhadores (trabalho concreto) a um nível próximo, senão menor, do que o trabalho socialmente necessário (trabalho abstrato) (CHENG, 2000)⁶⁹. Assim, ao invés de localizar a origem da queda das taxas de lucro nessas batalhas de classe, Brenner coloca a competição entre capitais como a causa primeira do problema.

Uma das críticas à análise de Brenner veio de uma corrente marxista que tende a ser cética com afirmações de que o sistema capitalista está passando por uma crise irremediável e de que os EUA é uma potência imperial em declínio desde os anos 70. Segundo Sam Gindin (2001: 344), passar a ênfase do conflito de classe (ferramenta por excelência da análise de Brenner sobre a transição do feudalismo para o capitalismo) para as contradições da competição denotam um recuo analítico do materialismo histórico em favor de um economicismo de esquerda. Para Gindin, um acadêmico e militante da esquerda, isso nos deixa com duas opções não palatáveis: esperar passivamente pelo colapso auto infligido do capitalismo, ou depender – inocentemente – do desenvolvimento de um super estado internacional para estabilizar a competição. Podemos

⁶⁸ Segundo artigo no periódico online australiano Greenleft (CHENG, 2000), John Bellamy Foster aponta para o fato de Brenner ter um foco exagerado na super-competição em detrimento da análise crítica da luta entre capital e trabalho assalariado. Já David McNally critica ausência de análise do valor marxista. A resposta de Brenner reconhece que a exploração do trabalho é a única fonte de mais-valia, e mesmo sendo a luta de classes significativa para a distribuição da renda, não existe razão para supor que o mecanismo conducente à crise econômica e estagnação seja buscado diretamente na relação capital-trabalho. Com isso, admite estar longe do marxismo tradicional nessas questões.

⁶⁹ Uma das formas principais com as quais os capitalistas aumentam a extensão de sua apropriação sobre a mais valia é pela intensificação do processo do trabalho. As formas mais abertas de se conseguir isso são pela aceleração da produção, menos salários, jornada estendida e precárias condições de trabalho. Uma maneira mais encoberta, mas não menos importante é no aprofundamento da mecanização do processo produtivo (aumento da composição orgânica do capital) (CHENG, 2000).

adicionar ainda a solução pela qual os EUA, UE e Japão deveriam conjuntamente concordar em coordenar sua produção e dividir os mercados de forma mais equânime (CHENG, 2000).

Esperando muito da “competição” (como categoria analítica), Brenner mina alguns de seus argumentos que poderiam ser valiosos ao mesmo tempo em que ignora ou subestima algumas das mais importantes mudanças no capitalismo (crítica já feita por Crotty e sinalizada em parágrafos anteriores). Com redução do papel de classes a coadjuvante há um estreitamento e distorção da significância do Estado baseado em classes. Assim, também introduz um viés economicista na análise (GINDIN, 2001: 345).

As principais críticas de Gindin a Brenner são justamente o uso exagerado da competição como categoria analítica (coadjuvado por um conceito de competição relativamente frágil), a negligência da importância do papel das classes e as mudanças no balanço de forças, da importância das mudanças do Estado e principalmente do Estado Americano, das transformações fundamentais do capitalismo (das quais o neoliberalismo e a financeirização são as principais) que determinam o significado, para a história econômica, de cada período, bem como determinam novos conjuntos de contradições, de forças e fraquezas.

Segundo Gindin, o conceito de competição de Brenner e sua noção de altos custos fixos são uma base muito “estreita para carregar todo o fardo explicativo” que ele coloca sobre ela. Ainda, apesar de ser importante um melhor entendimento das tendências da taxa de lucro, isso também não é suficiente. Por trás do longo upturn e longo downturn de Brenner está uma transição social muito mais profunda. Essa transição envolveu uma mudança histórica no balanço geral de forças de classe contra o trabalho, bem como uma mudança interna à classe capitalista; a emergência de forças produtivas qualitativamente novas; mudanças nas estruturas internas e no papel dos Estados, assim como de sua relação com o mercado; e o desenvolvimento de uma nova forma de imperialismo. Quando esses elementos são apropriadamente desvelados, o ponto de inflexão (turning point) de nossa era aparece de maneira diferente daquela identificada por Brenner (GINDIN, 2001: 344). Mas Gindin louva o trabalho de Brenner principalmente por ter gerado um debate interno na esquerda, um debate voltado para si mesmo. Ao invés de se manter o tom moralista e defensivo contra as interpretações da direita, o debate iniciado por Brenner pode fornecer a oportunidade de um retorno à discussão sobre as fraquezas analíticas dentro do próprio marxismo.

Gindin não busca substituir uma explicação baseada na competição com uma baseada em classe e resistência. A dinâmica capitalista é a interseção de competição e classe, como cada uma – através da economia, da cultura e do Estado – influencia, permeia e é limitada pela outra. Ou seja, Gindin também não está do lado de certa perspectiva marxista, para qual a competição só tem a ver com a distribuição do *surplus*, mas não com a dinâmica capitalista em si, totalmente determinada pelo conflito de classe.

A prioridade que Brenner dá a competição está baseada no seu argumento histórico de que a emergência do trabalho assalariado generalizado não foi uma causa, mas um resultado das dinâmicas do capitalismo nascente. Mesmo que aceitemos que Brenner capturou precisamente a essência de como o capitalismo emergiu em primeiro momento, repetimos a indagação de Gindin a Brenner: não seria ahistórico argumentar que a natureza do capitalismo em seus estágios primordiais se mantém a mesma, mesmo depois da entrada, de fato e de direito, da classe trabalhadora na História? Por que, mesmo após a chegada da competição e das classes (e do Estado Moderno), deveríamos privilegiar um sobre o outro, ao invés de investigarmos como elas se determinam mutuamente? (GINDIN, 2001: 345/346)

Mas a marginalização das classes é especialmente problemática quando olhamos para as grandes mudanças sociais. O entendimento da natureza dessas mudanças necessita de um panorama muito mais expandido do que as contradições da competição. As respostas do capital, durante os anos 60, não podem ser entendidas somente olhando para os lucros, salários, inflação, a saída acumulada de capital americano para a Europa, o primeiro déficit comercial americano, uma ameaça de corrida contra o dólar, ou qualquer outro fator econômico. O senso de caos nos círculos das elites – o espectro de perder o controle no exterior e a legitimidade interna – só pode ser explicado se os fatores econômicos forem combinados com a resistência e turbilhão social que vieram a caracterizar os anos 60. (GINDIN, 2001: 347)

Isso inclui o papel do trabalho. No contexto do fim dos anos 60, o argumento de Brenner de que as lutas da classe trabalhadora eram muito localizadas para terem um impacto sistêmico não se sustenta. Ações generalizadas não eram uma necessidade incondicional – ações esporádicas em alguns países representativos poderiam criar um nervosismo entre a classe dominante que ia além do efeito imediato sobre a distribuição da renda entre as classes. O contexto social, afetando as expectativas tanto dos trabalhadores quanto das corporações, também contribuiu para o hiato entre a diminuição do crescimento da produtividade e a diminuição do

crescimento dos salários, aumentando assim os custos unitários do trabalho e prolongando a crise de lucratividade. Como Brenner reconhece, mas falha em integrar na sua análise, independente da explicação para o início de qualquer crise séria, a busca capitalista por uma tentativa de superação da crise e seus determinantes sempre envolverá alguma forma de ataque à capacidade do trabalho (como categoria) de influenciar a acumulação (GINDIN, 2001: 347). Se para Brenner o neoliberalismo aparecia como uma tentativa de reverter o persistente problema da supercapacidade e superprodução engendrados pela dinamização da competição, para Gindin o neoliberalismo emergiu como uma correção, restauração e extensão dos ventos criativos da competição capitalista.

Entre outras coisas, isso envolveu mudanças particulares nas estruturas internas e papel do Estado. As mudanças no papel do Estado não significaram, como querem as explicações do *mainstream*, uma cessão de poder do Estado ao mercado. A influência dos mercados aumentou, mas isso ocorreu em conjunto com mudanças igualmente importantes nas estruturas dos Estados e com a expansão de algumas burocracias tecnocráticas. (GINDIN, 2001: 349)

O que é muito significativo sobre a corrida competitiva que Brenner descreve com tantos detalhes é que os americanos não só estavam liderando a corrida, o Estado americano estava dando as regras do jogo. As especificidades dos desafios competitivos a hegemonia econômica americana não podem ser entendidas se não forem claramente localizadas dentro da perspectiva mais ampla da história da mudança da natureza do imperialismo americano. (GINDIN, 2001: 350). Analisando os custos fixos (como limites a competição), Brenner retorna as firmas individuais (as unidades de capital), contudo o verdadeiro limite a competição não era gerado ao nível da firma, mas sim ao nível do Estado, e não por causa dos custos fixos, mas por causa de determinantes sócio-políticos da política estatal.

Durante os primeiros anos do pós-guerra, o Estado americano aceitou – depois de alguma contestação da fração financeira do capital americano – alguns arranjos para facilitar a rápida reconstrução e industrialização da Europa e do Japão. Isso incluía abrir espaço econômico, político e social para o desenvolvimento da Europa e do Japão. Enquanto esses tinham acesso aos mercados e ao crédito americano, o capital e o Estado americano toleraram suas restrições à importação de bens dos EUA, e aos fluxos de capital e investimento direto. Se bem que estas observações estejam corretas, o caráter teleológico da visão de Gindin se mostra ao afirmar que

Bretton Woods era a dimensão formal disso e deveria ser visto como um regime temporário para a recuperação do que como parte de uma nova ordem. (GINDIN, 2001: 351)

Ao fim dos 50, o primeiro estágio do período pós-guerra chegava ao fim e questão passou a ser como os EUA conseguiriam gerenciar a relação com uma Europa e um Japão renovados ao mesmo tempo em que continha as expectativas domésticas e do terceiro mundo. Àquele momento, nenhuma solução técnica ou social estava à disposição para resolver o conflito que se desenvolvia entre suas responsabilidades imperiais e domésticas, e uma medida desse impasse era justamente a continuidade da queda dos lucros. A solução eventual, e possivelmente também conjuntural, levou praticamente duas décadas para ser posta em prática. Durante essa transição, os EUA hesitaram entre ignorar a necessidade de mudança em seu papel global durante o início dos 60, se negar a aceitar disciplina econômica e limites a suas próprias ações do fim dos 60 a metade dos 70, seguido por um período de incerteza, experimentação e debates que finalmente levaram a uma estratégia coerente que emergiu ao fim dos 70 (GINDIN, 2001: 351).

Com a competição se intensificando no fim dos 60 e “o mercado” sugerindo (pelo raciocínio de Brenner) que grande parte da capacidade produtiva americana deveria ser posta de lado por que era relativamente não competitiva, não era de se esperar que os EUA aceitassem esse julgamento. O Estado americano, respondendo parcialmente às pressões domésticas do capital e do trabalho, agiu sob a convicção de que as responsabilidades globais americanas estavam ligadas à manutenção de uma forte base industrial. (GINDIN, 2001: 349)

Imperialismo dos EUA com o primeiro mundo representava “um novo tipo de imperialismo não territorial que foi implementado não através do jugo direto da metrópole, nem mesmo por subordinação política de um tipo neocolonial, mas por meio da “reprodução induzida da forma da potência imperial dominante dentro de cada formação nacional e seu Estado.”” (GINDIN, 2001: 354)⁷⁰. Para Gindin, o novo imperialismo não pode ser definido em termos de categorias padrão tais como a saída de valor ou surplus, ou medido pelo comércio, fluxos de capital e crescimento – os EUA passaram por períodos tanto de superávits como de déficits comerciais com a Europa e Japão; passou de um credor para um devedor, e em termos gerais cresceu em um ritmo menor do que esses outros.

Os desafios impostos por Europa e Japão foram aspectos inerentes da asserção do poder americano no contexto do novo imperialismo. Esses desafios aos EUA foram parte de um

⁷⁰ Expressão de Poulantzas, autor assumidamente importante para a análise de Gindin e Panitch.

processo – quase sempre desigual e nem sempre previsível – que integrou a Europa e o Japão a uma ordem mundial que reproduzia a dominância dos EUA e americanizava seus rivais. (GINDIN, 2001: 354) Enquanto a evolução na direção de uma Europa unificada seria uma resposta à hegemonia americana, ela nunca contestou o poder americano. Jogando o jogo pelas regras americanas levou a uma penetração ainda mais profunda de raízes sociais e políticas americanas na Europa. (GINDIN, 2001: 355)

O problema para o capital durante os anos 60 não era tanto a ausência de soluções, mas sim a existência de constrangimentos sociais – doméstica e internacionalmente – que limitava a liberdade do capital de desenvolver e aplicar soluções possíveis. O projeto neoliberal, liderado pelo Estado americano, era precisamente para lidar com esses constrangimentos e disso uma nova força emergiu. Com relação aos outros Estados, a forma particular que o imperialismo assumiu nessa era não somente comprometeu suas capacidades de desafiar os EUA, mas também mitigaram qualquer ambição para o mesmo (GINDIN, 2001: 356).

Em termos domésticos, o neoliberalismo disciplinou o trabalho (e também contribuiu para disciplinar o próprio Estado americano a balancear seu orçamento), a rentabilidade geral pode ser restaurada mesmo com a competição sendo mais forte do que qualquer momento anterior e com a persistência da superacumulação, e os líderes econômicos americanos se mantiveram confiantes de que os EUA poderiam – em contraste com o período anterior – confortavelmente atrair todo o capital necessário para compensar o déficit comercial.

Passando por alto do que acontece ao nível das unidades de capital, Brenner ignora um dos desenvolvimentos mais importantes do pós-guerra: a extensão das estratégias corporativas do comércio (lembrando que B.W. era designado para criar um ambiente propício ao livre comércio) para os investimentos diretos internacionais que, juntamente com os fluxos financeiros que se seguiram e eventualmente foram além desses investimentos, foi popularmente identificada como “globalização”. Ademais, a competição ocorrendo por meio de investimento direto contradiz o núcleo do argumento de Brenner, que se baseia em uma combinação de novos entrantes (geralmente via comércio) e saída limitada (devido aos altos custos fixos) que levam a excesso de capacidade e, portanto à diminuição dos lucros médios. Se um elemento definidor desse período é a mobilidade geral do capital – isso é, a habilidade do capital de vir e ir – então um argumento já fraco sobre a saída inadequada é ainda mais invalidado. O *Outsourcing* e a

descentralização produtiva contradizem os argumentos de Brenner com relação à falta de saída de certas funções devido à rigidez dos custos fixos.

A mudança do capital para fora do setor industrial saturado em direção a serviços privados de baixa produtividade de fato diminuiu o crescimento médio da produtividade em geral, mas também demonstrou a capacidade do capital americano de encontrar (e então “racionalizar”) novas fontes de acumulação de capital.

Ao mesmo tempo em que relega a segundo plano as mudanças no balanço de forças de classe e na natureza da relação do Estado com a economia (e principalmente dos EUA), Brenner acentua as fraquezas do capitalismo contemporâneo como se elas mesmas não fossem as contradições próprias do capitalismo. Assim, o boom pós-guerra foi uma exceção à tendência geral, qual seja a de que o sistema capitalista é marcado por instabilidade e crescente diferença de renda.

Segundo Gindin, é um equívoco catalogar as fraquezas do capitalismo sem também notar sua intrigante (e amedrontadora) proficiência atual em reconfigurar mercados de trabalho, revolucionar as forças de produção e comunicação, integrar o mundo espacialmente e comodificar todos os aspectos da vida cotidiana. É exagerado repetir as citações das contradições do capitalismo depois de praticamente 30 anos experimentando a alta capacidade do capitalismo de rebaixar as expectativas dos cidadãos a um nível que nunca imaginamos possível, e conter a oposição democrática mesmo quando o capital subordina o Estado liberal cada vez mais às prioridades da acumulação. Podemos negar o dinamismo de um sistema que – nos tendo como testemunha – com tanto sucesso reestruturou o mundo “a sua imagem e semelhança”? (GINDIN, 2001: 359/360).

Brenner fica indignado em como alguns analistas podem chamar de dinâmica uma economia que, por um quarto de século, tem sido incapaz de aumentar padrões de vida porque não é capaz de aumentar a produtividade. No entanto, vale lembrar que, da perspectiva do capital em si, a medida do sucesso do capitalismo não é “justiça” e melhorar padrões de vida – a não ser que isso afete a própria capacidade do capitalismo de expandir as condições da, e remover as barreiras à, acumulação⁷¹. Aqui parece haver uma diferença entre os autores que, interessadamente, os unem a uma mesma perspectiva: Brenner busca denunciar a inviabilidade do capitalismo a partir da “medida de sucesso” por excelência do capital que é a lucratividade,

⁷¹ O que justamente era o caso no período dos 30 gloriosos.

com isso, as sementes da crise já estavam postas no aparente sucesso do pós-guerra. Já Gindin, denuncia o capitalismo por sua capacidade de submissão social e sua continua expansão (mesmo que em ritmo mais lento) a despeito das insustentáveis contradições que põe em movimento em nossa vida cotidiana.

Na ausência de um movimento político para desafiar as raízes das tendências de crise do último quarto de século, falhas aparentes na economia só tem servido de sinais – e sido instrumento crucial – da bem sucedida reestruturação do capitalismo, que tem sido capaz de conter custos salariais ao mesmo tempo em que garante o efeito integrativo de um consumo individual mais elevado (GINDIN, 2001: 358). Nesse sentido não só houve uma mudança de consumo público para privado, mas o mesmo passou a depender cada vez menos de lutas solidárias por melhores salários e cada vez mais de esforços e crédito privado, provido pela explosão das finanças.

Segundo Gindin, para Brenner, o fato de a finança estar capturando uma porção cada vez maior do *surplus* geral significa que está desviando fundos do investimento produtivo e, portanto, prejudicando a produtividade, o crescimento e, em última instância, a própria força do capitalismo. Porém, a ascensão das finanças à liderança veio com pouco conflito interno à classe capitalista. A aquiescência do capital a essa mudança de liderança estava baseada na perda de momento por parte do setor industrial como o líder anterior e nas soluções “mais promissoras” que a finança oferecia (GINDIN, 2001: 357). Por outro lado, além de determinar a forma de “reestruturação estatal dentro de uma nova integração internacional capaz de conservar a valorização capitalista, cada vez mais dependente das formas financeirizadas, a finança foi o instrumento ideal para o neoliberalismo devido a seu potencial de agir como um guardião da disciplina capitalista, Se em momentos anteriores o capital fora forçado a concessões (programas sociais, aceitação dos sindicatos) que limitavam o processo de comodificação, o capital financeiro podia usar as ameaças implícitas na sua nova liberdade para colocar as coisas de “volta nos trilhos”. Finanças ofereciam a alternativa de estímulo (onde antes era garantido por política fiscal e déficit público) pela expansão do crédito privado – dando suporte ao consumo individual ao invés do coletivo e reforçando, ao invés de atenuar, desigualdades existentes (GINDIN, 2001: 357).

Se a crise capitalista setentista foi mesmo uma crise do capital (e essa dissertação defende que foi), cujas causas passaram por, mas não podem univocamente serem atribuídas, à

competição internacional; a partir das reestruturações levadas a cabo durante o correr da década e início da seguinte, o Capital parece ter encontrado ao mínimo uma forma conjuntural de contornar sua crise, a crise do capitalismo⁷². Para Gindin, o capital continua convencido como sempre que os próximos anos serão de desapontamento para os pessimistas. “O capital entrou no novo século com um sorriso no rosto” (GINDIN, 2001: 360), no sentido de continuar proficiente em “reestruturar o mundo a sua imagem e semelhanças”, rebaixando as expectativas dos cidadãos a um nível que nunca imaginamos possível, e contendo a oposição democrática mesmo quando o capital subordina o Estado liberal cada vez mais às prioridades da acumulação. Contornar a crise, no entanto, não significa eliminar as contradições capitalistas do jogo da economia mundial, nem mesmo eliminar a tendência de baixo crescimento, muito pelo contrário, significa a superação de algumas, a reposição de outras e a criação de novas.

Para Brenner a era de ouro do capitalismo terminou há cerca de três décadas atrás e estamos vivendo em uma era de capitalismo em crise. Já para Panitch, Gindin e Konings, de forma um pouco exagerada, da perspectiva do capital a era de ouro é agora. É claro que o capitalismo financeiro tem permitido um descolamento do crescimento da riqueza financeira frente a riqueza real, com o capital gozando assim de uma capacidade de expansão. No entanto, apesar dos resultados mais devastadores das crises serem sentidas pelas camadas subordinadas, o próprio capital é problematizado quando sobrevém a crise e não só esse descolamento é evidenciado, mas acima de tudo quando se evidencia a fragilidade da base real sobre a qual supostamente deveria se assentar a valorização fictícia. A forma particular que o dinamismo do capitalismo exhibe em sua fase corrente – poder econômico ao lado de desigualdade extrema e comodificação – sugerem potencial tanto para militância econômica quanto para a construção de novos movimentos para desafiar a capacidade do capitalismo de atender as necessidades humanas. Assim, Gindin e Brenner provavelmente concordariam que, quando analisamos o capitalismo como uma totalidade, podemos ousar questionar sua legitimidade. Brenner aponta para esse ponto ao verificar a impossibilidade do capitalismo de cumprir sua promessa de melhora dos níveis gerais de vida, a partir da impossibilidade de superação de sua tendência a queda dos lucros. Já para Gindin e Panitch, a posição é mais sociológica, sendo que o que está em jogo não é essa ou aquela desigualdade, falha ou abuso, mas sim a amoralidade do capitalismo; a comodificação da humanidade e da natureza e, portanto, a negação do potencial coletivo; sua

⁷² Brenner já aponta para esse caráter “conjuntural longo” da crise dos anos 70.

centralização de poder econômico, social e político – nacional e internacionalmente – e consequente corrupção de qualquer democracia popular. (GINDIN, 2001: 361).

Em artigo de 2005, Martijn Konings, ligado a Panitch e Gindin, reitera as críticas feitas por Gindin com relação às causas e significado da crise dos anos 70, também sem relegar o construto de Brenner sobre o papel da competição internacional à falta de importância. Porém, segundo Konings, o que falta em Brenner é a percepção de que diferentes países participam em níveis diferentes e formas qualitativamente diferentes na formação da economia mundial; ocupam posições estruturalmente diferentes na mesma; e são afetadas de formas diferentes pelas pressões que dela emanam. Na corrida competitiva de Brenner é esse elemento de assimetria constitutiva e viés embutido no coração da economia global que fica perdido em sua análise.

Portanto, frente a isso, o argumento de Brenner de que o desequilíbrio entre dependência de altos níveis de endividamento e uma bolha no mercado de ações; e, performance cada vez pior (rentabilidade, investimentos industriais e a Balança comercial⁷³) está tornando a economia dos EUA cada vez mais vulnerável à possibilidade de fuga de capitais e desmonte econômico não se sustenta, uma vez que ignora o papel das instituições estatais, dos agentes políticos, lutas sociais e dos desenvolvimentos financeiros do período pós-guerra. Se mantendo apegado à dinâmica da competição, Brenner falha em perceber que a partir dos anos 70 (fim dos 70) os EUA conseguiram transformar seu endividamento de uma responsabilidade para um ativo, transformando-o em uma força ao invés de uma fraqueza, desenvolvendo uma extraordinária capacidade de alavancagem frente a seus credores. O aumento do endividamento dos EUA tornou outros países mais (e não menos) vulneráveis às vicissitudes do Sistema Financeiro americano e da dinâmica específica do Dólar.

Sem essa análise, corremos o risco de inferir que um aumento sem precedentes na aquisição de ativos americanos pelo resto do mundo, como consequência do boom impulsionado por dívidas e déficits, deixou a economia americana teoricamente (teoricamente sim, mas na prática não) vulnerável ao mesmo tipo de fuga de capital, depreciação de ativos e pressão sobre a moeda que destruiu o Leste asiático, é deixar de lado uma constatação essencial sobre as diferentes posições ocupadas pelos EUA e pelo Leste asiático na economia internacional. São tão diferentes que os EUA podem inclusive gerar crises localizadas esperando que vá resultar em

⁷³ A decisão dos investidores de possuir ativos americanos (ou denominados em dólar) são claramente afetadas por diferentes considerações do que meramente o estado da conta corrente ou do setor industrial.

pesados fluxos de capital financeiro para os EUA (KONINGS, 2005: 204). Até se beneficiando, assim, de crises alheias.

Mantendo-se apegado à dinâmica da competição como fator explicativo do *boom* e do *downturn* (e da sua persistência), e tornando sua análise extremamente mecânica e unidimensional, Brenner enxerga os aspectos da economia contemporânea que muitos veem como os arautos de uma nova economia (o neoliberalismo, a financeirização e a demanda baseada no endividamento) ou de um novo regime de acumulação, como tentativas espasmódicas de contra arrestar um destino inevitável (o declínio). Ou seja, não é uma transformação da economia para lidar com o problema de superacumulação e baixo crescimento que o caráter da competição enseja, mas uma tentativa de contra arrestar os efeitos da mesma, sem eliminar o aumento da concorrência já apontada pelo autor em EGT.

Portanto, são mudanças que introduzem novas contradições, resultados de estratégias distintas perseguidas em arranjos institucionais específicos, que não podem ser pré-julgadas medindo-as com uma noção ideal de como a acumulação capitalista deve proceder. Konings não busca desconstruir toda a argumentação de Brenner, mas como os autores da SSA, busca uma maior abertura para a análise de como os agentes usam e manipulam as estruturas institucionais com as quais se defrontam. Não perceber a natureza dessa mudança é não perceber as novas contradições que estão em jogo. Buscar encapsular o marxismo na análise da performance da taxa de lucro manufatureira é tentar dar um “ponto final metodológico” na teoria marxista e não permitir que apareça sua maior virtude: a de ser um projeto que ainda está inacabado.

Brenner, por sua vez, nesse debate, busca se defender de algumas das críticas contra a EGT em artigo de 2005 (BRENNER, 2005). Se em Konings, imperativos econômicos globais são produtos de dinâmicas engendradas dentro de configurações institucionais específicas, mas acima de tudo de arranjos institucionais específicos do Estado americano; para Brenner (2005: 222/223) os EUA mantiveram a iniciativa em construir e reconstruir a economia política internacional, mas nunca foram capazes de escapar às pressões contraditórias que emanavam seja de sua dependência na “saúde” de seus rivais e competidores que derivava da interdependência econômica, ou dos conflitos internos determinados pelos diferentes interesses capitalistas envolvidos. Portanto, segundo Brenner, ao contrário das afirmações de Konings, as instituições e políticas internacionais que poderiam possivelmente ser impostas pelos EUA estavam em última instância a mercê de e subordinadas às determinações estruturais da economia de mercado global,

incluindo os EUA. Com isso, apesar do argumento contrário de Konings, para Brenner, o exercício do poder dos EUA na formação e reprodução das instituições da ordem econômica global era decisivamente constringido pelos requisitos da reprodução econômica do sistema capitalista como um todo, portanto, dos requisitos de *profit-making* de suas partes constitutivas.

Porém, mais interessante do que a réplica contra os argumentos de Konings (e Panitch e Gindin) sobre as causas da crise dos anos 70 (já que Brenner parece se recusar a discutir isso lançando tais autores na vala comum das explicações *supply-side*), é o fato de o autor lançar mais luz sobre outros debates possíveis para o marxismo a partir da EGT. Tal debate gira em torno da questão do imperialismo e da posição americana na economia política internacional. Podemos considerar o papel americano no capitalismo contemporâneo como o de uma potência imperial? Sendo negativa ou afirmativa a resposta a essa pergunta, o papel americano na economia política internacional está em declínio? Também independente de se consideremos a posição americana como imperial ou não, existem capitalismos que se configuram em reais desafios à hegemonia, ao imperialismo, ou de maneira mais neutra, à posição americana na economia política global?

Buscaremos respostas, mesmo que não exatamente conclusivas, para esses questionamentos no decorrer dessa dissertação. Agora, antes de seguir, porém, nos cabe uma tentativa de síntese sobre o debate relativo às causas da crise dos 70, bem como do significado de Bretton-Woods, sua crise e derrocada para a economia política internacional e para o poder dos Estados Unidos da América.

De acordo com Brenner, o argumento de Konings para a eclosão da crise capitalista dos anos 70 foi a resistência da classe trabalhadora, associada à ascensão de movimentos sociais, que colocou um fim ao boom pós-guerra ao promover uma forte queda nas taxas de lucros da metade dos 60 até metade dos 70, em um contexto de uma crise de produtividade (BRENNER, 2005: 211). Realmente, identificar as causas de uma crise apenas nesse conflito vertical entre capital e trabalho é demasiado forçoso. Sendo uma crise de caráter internacional, devemos ter em mente em como esses conflitos verticais em planos domésticos colocam os Estados uns frente aos outros. No entanto, também buscar os nexos causais apenas no conflito horizontal da competição capitalista parece um exagero na direção oposta. É possível uma explicação que leve em conta tanto as relações verticais quanto as horizontais dentro do processo de acumulação capitalista? Isso traz alguma incongruência lógica para a análise?

Ambos os autores (e seus grupos associados) parecem concordar que ao fim dos anos 60 o que se desenhava era uma crise do capital, com início indicado pela queda da taxa de lucros, primeiramente nos EUA e depois espalhada pelas outras potências capitalistas. Sendo a taxa de lucro (e naquele momento principalmente a taxa de lucro industrial) o motor do capitalismo, tal argumentação soa sensata. E essa mesma taxa de lucro pode estar sobre pressão tanto da competição internacional quanto da resistência da classe trabalhadora. Ademais, o conflito vertical pode ser reforçado pela pressão horizontal e vice versa, em um mecanismo que se retroalimenta e sem dúvida pressiona os lucros⁷⁴, colocando óbices ao desenvolvimento do capital e, portanto, o capitalismo a beira da crise. Ou seja, o *profit-squeeze*, nesse caso, é o capital sendo realmente espremido pela competição internacional que força os preços para baixo, por um lado, e pelo outro, pelo aumento de custos, tanto causado pela inflação que começava a dar as caras, mas fundamentalmente, naquele momento, pela pressão dos trabalhadores por aumentos de salários. O que Brenner busca pontuar é uma questão de causalidade. Para ele, em princípio, pelos mecanismos já expostos, os preços caem, forçando uma queda dos salários a qual os trabalhadores resistem. A crise se torna mais latente quando o capital não tem para onde escapar: acuado pela competição internacional trazendo pressão baixista sobre os preços, não consegue rebaixar os custos do trabalho (forma de manter o lucro) devido à resistência da classe trabalhadora.

Ao fim dos 60, o governo preferiu não impor políticas de estabilização necessárias (que haveriam de ser recessivas) para retomar a rentabilidade manufatureira, reticentes pelas consequências políticas possíveis frente a uma classe trabalhadora demandante dos benefícios do capitalismo em momento de forte expansão, e frente a uma classe capitalista que não aceitaria os desmontes de uma recessão forçada. A solução seria manter a economia crescendo com o apoio de déficits keynesianos, que por sua vez exacerbaram o problema da inflação e do declínio do dólar, aprofundando, assim, a crise. Portanto, nos anos 70, não só tínhamos uma crise do capital americano representado por uma crise dos lucros, mas uma crise de inflação crescente (reforçada pelos gastos dos governos e pela tentativa dos trabalhadores manterem suas expectativas com a redução do dinamismo do boom pós-guerra) que gerava uma crise internacional do dólar, colocando os pilares de Bretton-Woods em cheque. Com o fim de Bretton-Woods, declarado, de fato, de forma unilateral pelos EUA em dois atos (fim da conversibilidade do dólar em 1971 e

⁷⁴ Aqui, portanto, um *profit-squeeze*, mas não necessariamente por motivo da pressão vertical dos trabalhadores sobre o lucro.

desvalorização do dólar em 1973), o mundo foi levado a um padrão dólar-dólar e o problema da supercapacidade e superprodução, que atingiu a rentabilidade do capitalismo americano, exportado para Europa, acompanhado de inflação.

Ainda evitando impor ajustes estruturais à sua economia e se aproveitando de um dólar agora totalmente livre de constrangimentos (especialmente de balanço de pagamentos), os governos americanos colocaram a hegemonia econômica estadunidense (principalmente na sua representação embutida no poder internacional do dólar) sobre um “teste de stress”. A exportação da inflação e a guerra especulativa contra moedas, permitida pelo câmbio flutuante e fluxos financeiros cada vez mais liberalizados, e acentuada pela desvalorização do dólar gerou crescente oposição internacional à política americana de negligência benigna. Nem o Japão, nem a Alemanha, nem os parceiros comerciais europeus, nem os exportadores de petróleo poderiam aceitar uma desvalorização indefinida do dólar, e aos fins dos anos 70, com o dólar sob forte pressão, estavam buscando alternativas ao dólar como veículo principal das transações internacionais (BRENNER, 2006: 185/ 186). Essa pressão coincidiu com a dos banqueiros internacionais americanos – que se pressionavam, ainda não dominavam a política – que não só se incomodavam com a crescente instabilidade dos mercados monetários, mas viam qualquer ameaça ao status do dólar como moeda chave como uma ameaça a seus negócios. Dando alta prioridade à defesa dos interesses de seus banqueiros internacionais (foi sob esse espírito que, durante os anos 60, restringiram as exportações de capital para defender o dólar, buscaram compensar as mesmas negligenciando a regulação do mercado de eurodólar, e eliminaram os controles de capital durante os anos 70) e eliminando a possibilidade de substituição do dólar como moeda chave, a virada veio mesmo no fim da década, quando, liderado pelo líder do FED Paul Volcker, o estado americano reassumiu suas responsabilidades hegemônicas pela revitalização da ordem capitalista mundial impondo um ajuste estrutural à própria economia americana, e retomando o “controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulando em seu proveito os interesses do rebanho disperso” (TAVARES, 1997: 34).

A década de 1970 e principalmente seu desfecho (com o choque dos juros) não pode ser entendido, como é para Brenner, como apenas um momento de inflexão na curva de desenvolvimento capitalista, causado pela dinâmica horizontal da competição entre os diversos capitais nacionais no processo de desenvolvimento desigual. Segundo Brenner não houve

autotransformação da econômica americana para a superação do problema da rentabilidade. Houve uma transformação no balanço de forças a favor do capital e contra os trabalhadores, mas que não foi suficiente para eliminar o problema dos lucros em queda. No entanto, e talvez mais importante e ignorado por Brenner, foi a grande transformação da relação dos EUA com as outras potências capitalistas e a capacidade de reestruturação do próprio capitalismo.

Deixando escapar a constatação dessas transformações fundamentais e se aferrando a trajetória da taxa de lucro industrial, dada sua evidente não recuperação, Brenner defende a ideia de que o capitalismo vive na crise iniciada no fim dos 60 até os dias atuais, e que a crise mais recente é a manifestação da falência de mais uma tentativa de contra-arrestar o problema da rentabilidade em queda. Já, se percebemos a década de 70 e seu desfecho como um momento de importante transição no desenvolvimento do capitalismo, constatamos, como Panitch, Konings, Gindin e outros marxistas, que as contradições que vieram à tona em diversas crises desde o início dos anos 80 são diferentes daquelas que se materializaram na crise dos anos 70. Ou seja, não podemos considerar os eventos contemporâneos de crise no capitalismo como resultados de uma crise contínua desde os anos 70. Esse momento só pode ser entendido se levarmos em conta⁷⁵: a) como o balanço de forças de classe tem se modificado desde os anos 70 (e como continua a mudar); b) o papel das finanças como uma dimensão permanente da disciplina, acumulação e reestruturação capitalista; e, c) a evolução das capacidades dos Estados, acima de tudo liderados pelo Estado americano, de conter e gerenciar crises – não as prevenir, mas as limitar (*Failure containment* e não *Failure prevention*). Nesse sentido devemos reconhecer que a crise dos anos 70 terminou – para o capital – com o choque Volcker e a subsequente derrota do trabalhador e emergência das finanças, e que devemos analisar o presente e suas crises de uma nova maneira, com base nesse novo terreno.

Resta-nos indagar se esse “novo terreno” forneceu, e tem fornecido, possibilidade de um desenvolvimento dinâmico do capitalismo. O debate, ocorrido no alvorecer da recente crise com início representado pela falência do mercado financeiro imobiliário americano, é começado por Gindin que concorda que um “Credit Crunch” poderia causar uma grande recessão,

⁷⁵ Essa argumentação e a que segue sobre o declínio americano e dinamismo do capitalismo contemporâneo foram os últimos registros encontrados sobre o debate gerado pela edição da *Economics of Global Turbulence*. Consta de uma troca de mensagens argumentativas com um posicionamento de Gindin, uma réplica de Brenner, comentários de Leo Panitch e uma tréplica de Brenner, além de comentários anônimos, encontrado em <http://louisproyect.org/2007/12/18/gindin-brenner-and-capitalist-catastrophe/> e <http://louisproyect.org/2008/01/05/follow-up-commentary-on-the-gindin-brenner-debate/>. O debate foi gerado por uma apresentação de Sam Gindin com Robert Brenner no Brecht Fórum, infelizmente, apesar da procura, o vídeo para tal debate está indisponível.

especialmente nos EUA, mas com virulência para se espalhar pelo mundo, no entanto provavelmente não se configuraria como uma crise sistêmica do capitalismo. Sendo o *boom* pós-guerra, na opinião de Gindin, a exceção sobre o desenvolvimento capitalista (marcado, segundo ele, por instabilidade, estagnação e crescente diferenciação de renda) uma crise como a que se desenhava seria mais do que esperado, devido à falha inerente do capitalismo em manter um longo boom por muito tempo. Na argumentação de Gindin, a virada neoliberal dos anos 80 foi bem sucedida em reestabelecer o “dinamismo social” do capital, bem como seu dinamismo econômico. Com certeza ciclos econômicos e crises financeiras serão recorrentes, mas não como uma ameaça sistêmica. Sem alternativa política, com o capitalismo firmemente naturalizado na consciência política, crises são de fato boas desculpas para reestruturação com os seus custos reais sendo facilmente repassados aos trabalhadores.

Brenner argumenta que a economia americana tem experimentado um dinamismo econômico em declínio, desde 1973, baseado nos principais macro-indicadores, década por década, de ciclo em ciclo econômico. Segundo o autor, o ciclo iniciado no ano 2000 refuta qualquer ideia de renovado dinamismo econômico, já que foi o pior comparado com qualquer período desde 1948. Porém, fazer a comparação com o período pós-guerra pode trazer um resultado enviesado, vez que consideramos os anos dourados como um período de exceção (uma exceção “positiva”) ao desenvolvimento capitalista.

Em uma retificação semântica, Brenner aquiesce à mudança do uso do termo crise (para definir o período iniciado em 70) para dinamismo econômico em declínio (talvez a tradução mais elaborada do termo “*long downturn*”) ou ainda longa recessão. O termo crise ficaria relegado às profundas crises econômicas com consequências desastrosas para as populações e seus níveis de vida e no próprio funcionamento das economias periféricas e frequentemente com reverberações financeiras globais. Portanto, para a explicação da persistência da fraqueza e vulnerabilidade econômica necessitamos da interpretação das últimas décadas como sendo a expressão de uma longa recessão.

Acusado de ter abusado do termo “crise”⁷⁶ e previsto uma crise como a de 1929 em “The Looming Crisis of World Capitalism” (1998), Brenner alega que havia deixado de perceber a alta capacidade do efeito riqueza de pressionar para cima o preço dos ativos para garantir a

⁷⁶ Essa acusação, bem como a resposta do próprio Brenner (já posterior à publicação de *Boom e a Bolha*) é encontrada no fórum de discussões Louis Proyect, disponível em: <http://louisproyect.org/2007/12/18/gindin-brenner-and-capitalist-catastrophe/> e em <http://louisproyect.org/2008/01/05/follow-up-commentary-on-the-gindin-brenner-debate/>

demanda necessária para servir de alicerce para a continuidade da expansão econômica⁷⁷. Segundo o autor, o problema subjacente à economia era o crescimento insuficiente da demanda agregada, refletindo a reduzida rentabilidade. Política do FED de inflar essas bolhas de preço de ativos é o que veio substituir a gestão de demanda keynesiana. Isso é a *Bubblenomics* ou keynesianismo de preço de ativos. É esse regime de *bubblenomics* que tem sustentado a evolução da economia global de 1995 ao presente, e Brenner argumenta que o gerenciamento da economia por meio de bolhas é um instrumento de política altamente limitado. Segundo o autor, por exemplo, a crise iniciada em 2007/2008 foi a crise do *Bubblenomics*, causa imediata dos severos problemas enfrentados pela economia americana.

Apesar de não discordarem da análise de Brenner para a trajetória da taxa de lucro, mas acreditando que outros dados podem enriquecer a análise, e, acima de tudo, buscando defender sua ideia de império americano, Gindin e Panitch se armam de constatações que contrapõem a posição de Brenner. Segundo Gindin, a produção industrial americana não está desaparecendo: o volume de bens manufaturados produzidos nos EUA aumentou seis vezes desde 1950. A produção manufatureira continua mantendo sua fatia no produto real da economia americana. Os EUA ainda geram metade da pesquisa e desenvolvimento feita entre as economias capitalistas do G-7. A fatia americana da produção global de bens high tech aumentou de 25% há um quarto de século, para 42% em 2003. (A da China e Coréia do Sul cresceu muito, mas saiu de base muito pequena. Está em 9% e 4%, respectivamente).

Já Panitch elenca um rol de indicativos das bases materiais do império americano com o argumento de fundo de que de qualquer perspectiva histórica, a noção de que o poder de um império pode ser erodido no espaço de apenas algumas décadas não parece provável:

- Taxa de Crescimento Real do PIB americano nos vinte “anos dourados” de 1953 – 1973 foi de 3,8%, enquanto o crescimento dos outros capitalistas avançados era consideravelmente maior. A taxa de crescimento americana entre 1984 – 2004 foi de 3,4%, não somente maior do que qualquer período anterior à era de ouro (1830 – 1870, 1870 – 1913 e 1913 – 1950), mas mais alta do que a dos outros países do G-7 no mesmo período. Segundo Panitch, Brenner utiliza uma periodização (1973 -1996, ao invés de 1984 – 2004) que inclui a década de crise dos 70 – enquanto a preocupação de Panitch e Gindin é com o crescimento econômico

⁷⁷ Brenner faz essa correção em *Boom e a Bolha*.

depois da virada para o neoliberalismo – e exclui as taxas de crescimento relativamente altas do fim dos 1990 e depois da recessão de 2001.

- Crescimento da produtividade industrial americana de 1950 – 73 foi em média 2,5%, bem abaixo do crescimento dos outros países capitalistas avançados. Para 1984 – 2004, essa média subiu para 3,5%, a frente de todas as economias do G-7. Ainda: nos EUA a taxa de crescimento da produtividade industrial esteve a frente do crescimento das compensações ao trabalho.

- em 1981, os EUA gastaram em P&D o mesmo que Japão, Alemanha, Reino Unido, Itália e Canadá combinados. Em 2000 estavam gastando mais que todos os países do G-7 combinados. A fatia americana do mercado global de produção de alta tecnologia (aeroespacial, farmacêutica, computadores, equipamentos de comunicação e científicos) se manteve estável em 32% entre 1980 e 2001, enquanto as da Alemanha caíram metade (para 5%) e do Japão foi cortada em um terço (para 13%).

- O volume de exportações americanas tem crescido desde os anos 80 mais rápido do que a de qualquer outro país do G-7: de 1987 a 2004, o volume anual médio exportado dos outros países do G-7 aumentou entre 4,5% e 5,8%, enquanto a média para os EUA foi de 6,8%. As vendas de corporações americanas no exterior (que não é incluído na balança comercial) foram de \$3 trilhões em 2002, mais do que o dobro de todas as exportações do próprio EUA. A fatia de lucros corporativos após impostos, relativo ao PIB americano, auferida pelas empresas americanas em suas operações domésticas e internacionais está em seu nível mais alto desde 1945.

Aferrado à persistência do problema da supercapacidade e superprodução, e ainda por cima correndo o risco de ter optado por uma periodização duvidosa, a visão de Brenner para as últimas décadas tende para o economicismo e ignora as transformações pelas quais passou a economia política mundial desde a crise dos anos 70. Gindin e Panitch argumentam que, nesse período, os EUA estiveram no centro de um dos períodos mais dinâmicos da história do capitalismo em termos da construção, aprofundamento e penetração-extensão do capitalismo global. Se o período entre 1950 e início dos 70 é chamado de “era de ouro do capitalismo”, podemos dizer que o período iniciado a partir da virada ao neoliberalismo (início dos 80) é a era de ouro do capital. Para Gindin e Panitch é era de ouro do capitalismo global. Os sinais disso, longe da frieza dos dados macroeconômicos, são dentre outros: a forma como o trabalho – nas

esferas econômica, política e cultural – e “os comuns” foram mercantilizados cada vez mais; a integração da ex-União Soviética e posteriormente da China; Índia integrada como um novo espaço de acumulação, Europa e países emergentes cada vez mais empurrados para um modelo neoliberal; a poupança asiática (e os lucros do petróleo do Oriente Médio) está prontamente disponíveis para a continuada reprodução do central papel global dos EUA; neoliberalismo internalizado por trabalhadores e organizações trabalhistas, etc.

E nesse contexto, consideremos o capitalismo dinâmico ou não, o que temos que ter em mente é que permanece vulnerável (e na verdade se torna cada vez mais) às crises. Para os “declinistas”, as mesmas são manifestações de uma crise sistêmica e irremediável do sistema capitalista. Porém novamente devemos prestar atenção não só às fraquezas (as crises e instabilidades, nesse caso), mas também às forças do capitalismo, qual sejam sua flexibilidade e o fato da burguesia sempre fazer concessões e ajustamentos para se preservar em momentos de crise. Com a militância trabalhista enfraquecida (em parte porque o trabalhador não quer perder o que tem), capital tem um grande espaço para resolver qualquer crise eminente às expensas dos trabalhadores.

Dessa maneira o capitalismo goza de alta capacidade não só de caminhar trôpego, mas fazê-lo de uma maneira expansiva. E para garantir que os tropeços não se tornem quedas e que se mantenha a capacidade expansiva do capitalismo, nenhum estado tem sido mais importante e ativo como o estado americano. Mas, como argumenta Panitch e Gindin, o Estado americano não é onipotente, mas opera por meio de outros Estados, o que significa que é dependente das condições incertas das relações de classe dentro de diversas formações sociais. Ademais, pelo fato da finança ser tão central na disciplina e desenvolvimento do capitalismo, e por ser inerentemente volátil, crises potenciais sempre estiveram e estarão na agenda. No entanto, podemos, nessas crises, identificar como o estado e a burguesia americana as exploram para aprofundar ainda mais seus interesses globalmente, mesmo que a resolução das mesmas sempre envolveu novas contradições e perigos. Para manter a “coisa” funcionando o Estado americano teve que aumentar sua capacidade para regulação e resgate da economia nesses períodos conturbados. A habilidade do Tesouro Americano de “controlar o contágio e orquestrar intervenções suplementares” em conjunto com a função do FED como “emprestador em última instância” foram crescentemente demandadas ao passo que crises financeiras se tornaram maiores e com maior impacto global.

Capítulo 3 – Capitalismo e Imperialismo

Esse papel americano de contendor de crises e o fato de conseguir sustentar seus fundamentos econômicos⁷⁸ garantindo a manutenção da coesão social interna baseada no consumo e na realização do *American Dream*, mesmo sobre fundamentos aparentemente contraditórios (alto endividamento, déficits correntes crônicos), nos traz ao último conjunto de questionamentos sobre os quais essa dissertação pretende se debruçar. Essas transformações da forma de relação dos EUA com o resto da economia global e no papel do estado americano frente ao processo de expansão do capitalismo podem ser consideradas como uma reconstituição das bases do poder americano no contexto de um novo imperialismo? Em uma primeira abordagem buscaremos uma análise da adequabilidade do termo “imperialismo” para definir a posição dos EUA na economia política internacional. Para isso nos valem do debate entre o próprio Brenner e Panitch-Gindin-Konings, da crítica de Brenner a Harvey e das de Gowan à Panitch e Gindin e Arrighi, e à Teoria do Sistema Mundo. Por fim, essas duas participações de Gowan nos levam ao último ponto do debate: independente da adequabilidade ou não do termo imperialismo, indagamos se existem fontes estruturais de conflitos entre os principais centros do núcleo do capitalismo. Além da referência aos textos de Gowan, cotejaremos o debate com a argumentação entre Panitch-Gindin e Alex Callinicos, bem como a crítica de Panitch a Arrighi.

3.1.: Outros debates relacionados e um breve retorno ao debate clássico

De acordo com Brenner (2005: 220), a ordem capitalista do pós-guerra era dominada por um governo norte-americano imperial que procurava conter o avanço do comunismo e manter o mundo ocidental a salvo para a livre-iniciativa, buscando o sucesso econômico para seus aliados e rivais (dentro da sua zona de influência) como o fundamento indispensável para a estabilidade de tal ordem. Provavelmente nenhum dos autores elencados nesse trabalho negue tal perspectiva, no entanto, as concordâncias se esvaem quando se coloca em debate essa natureza imperial da relação dos EUA com o mundo, principalmente após os anos 70. Apenas por uma classificação esquemática podemos dividir esses autores em alguns grupos: em um extremo se encontra a posição de Brenner, contrária ao uso da expressão para definir a relação estadunidense

⁷⁸ Lembremos que desde o início da década de 80 até antes do início da crise de 2008 praticamente não houve um só ano de crescimento negativo do produto americano.

com o resto do mundo – e principalmente com os outros países capitalistas avançados. Na antípoda dessa opinião se encontra o eixo argumentativo de Panitch-Gindin e seus seguidores que não somente afirmam a existência de um império americano, mas o fato de ser resultado de um projeto político bem claro e articulado no pós-guerra, e aprofundado no último quarto do século XIX, período no qual o império americano foi o pivô de um profundo dinamismo na história do capitalismo em termos da construção, aprofundamento e penetração-extensão do capitalismo global.

Se a crise contemporânea iniciada em 2007/2008, para Brenner, poderia ser considerada o “vale” de uma trajetória descendente da economia dos EUA, como um sinal de uma quebra sistêmica (*Systemic Breakdown*) do capitalismo, no polo oposto, para Panitch e Gindin a mesma fortaleceu o império americano, e a habilidade dos EUA de manter as rédeas durante a crise demonstrou sua centralidade para o funcionamento do capitalismo.

No meio dessas correntes metodológicas praticamente diametralmente opostas, uma miríade de interpretações da dita esquerda acadêmica pode ser relacionada. Não só são marcados pela diferença do uso do termo “império e imperialismo” ou “hegemon e hegemonia” para definir o Estado americano e sua posição no capitalismo global (Arrighi, teóricos da Teoria do Sistema Mundo, Callinicos e Gowan), como também diferem na análise sobre a trajetória hegemônica/imperial estadunidense. Justamente, mais interessante do que a própria discussão da viabilidade do uso do conceito de império é a discussão da dinâmica do poder americano e de seu capitalismo nas relações internacionais contemporâneas. Com esse debate passamos pelas argumentações com relação ao declínio (ou não) da posição estadunidense na economia política internacional; à existência ou não de uma nova rivalidade interimperial, ou de maneira mais neutra (evitando o termo império), à existência ou não de fontes estruturais de conflito que colocam em cheque tanto a posição americana quanto o capitalismo global.

Apesar de citarmos Brenner (no início de dois parágrafos atrás) como aceitando, para o pós-guerra, a operação de um “governo americano imperial”, o autor de EGT considera enganosa a posição de Panitch, Gindin (e Konings) de que exista “um novo tipo de imperialismo não territorial que foi implementado não através do jugo direto da metrópole, nem mesmo por subordinação política de um tipo neocolonial, mas por meio (do que Poulantzas descreveu como) da “reprodução induzida da forma da potência imperial dominante dentro de cada formação nacional e seu Estado.”” (GINDIN, 2001: 354). Segundo Brenner, apesar da penetração das

multinacionais e bancos americanos no coração da Europa e Japão, os capitalismos organizados, estatistas, com os quais as economias dos países europeus e do Japão se desenvolveram com a benção americana, divergiam fortemente com a forma do capitalismo americano, a despeito de adotar muito da tecnologia e técnicas de gestão americanas. Longe de abrirem caminho para um *takeover* econômico, serviram para criar um forte desafio, pelas corporações europeias ocidentais e japonesas, à posição dominante das empresas americanas no mercado mundial. Porém, o próprio autor, na mesma passagem (BRENNER, 2005: 223/224), atesta que os governos europeus ocidentais e japoneses continuaram a aquiescer a uma ordem econômica mundial constituída e reproduzida pela hegemonia americana não por que a implantação das multinacionais americanas as privou de agir coerentemente em seus interesses, mas por que isso era de longe sua melhor opção. Não seria talvez justamente essa a força desse suposto novo imperialismo: fazer com que as ações desejadas pelo Estado imperial sejam vistas pelos outros Estados e governos como a melhor opção? Ou seja, agindo como um bloco monolítico. Parece-nos que a resposta seria positiva se pensássemos no sentido de imperialismo proposto por Gowan (2005), entendido como o controle efetivo dos regimes internos de economia política de outros Estados capitalistas e controle efetivo das ligações da economia com a política e das forças militares e política desses outros Estados com o resto da ordem internacional, e que nos permite compreender a forma com que poderosos Estados capitalistas buscam e atingem uma dominância estável sobre outros Estados capitalistas.

Para negar a validade do uso do termo imperialismo, Brenner busca comparar a forma de exercício do poder estadunidense contemporâneo com a do período de hegemonia britânica, ou imperialismo clássico (objeto também de diversos autores marxistas como Lenin, Rosa e outros) (BRENNER, 2006b). Para Brenner, a forma como o poder era exercido pelos EUA com relação aos outros capitalistas avançados, depois de 1945 não poderia ter sido mais diferente – de fato era virtualmente oposta – da relação entre as forças imperiais da época entre 1884 e 1945. O imperialismo clássico estava ligado com as ideias de monopólio e exclusão, guiados pelo interesse dos capitais nacionais e naturalmente levava a guerra. Já a hegemonia americana, em contraste, está ligada à reprodução e expansão do poder global dos EUA e à realização dos interesses capitalistas norte americanos por meio da implementação de estratégias econômicas e geopolíticas internacionais que, em grande parte, também permitiu a realização dos interesses tanto de seus parceiros como de seus rivais econômicos. Claro que se baseado em domínio direto

e na comparação com o imperialismo do livre-comércio, a projeção de poder americana não pode ser considerada imperial, porém, voltamos a Gowan para afirmar que o termo deve ser relativizado, envolvendo maiores ou menores graus de controle, todavia é necessário para nos permitir compreender a forma com que poderosos Estados capitalistas buscam e atingem uma dominância estável sobre outros Estados capitalistas. O raciocínio de Brenner, nessa questão, dentre outras, é mecânico e baseado na negação: se não se assemelha ao imperialismo clássico, não pode ser imperialismo. O mesmo raciocínio é utilizado de duas maneiras diferentes para negar o conceito de novo imperialismo de Harvey: primeiro, pelo fato de Harvey, segundo Brenner, identificar as origens desse novo imperialismo como sendo pós-1973, e como tendo sido uma resposta à queda na rentabilidade e aos subsequentes problemas na acumulação de capital no núcleo capitalista, do fim dos anos 60 ao presente; uma vez que a rentabilidade (novamente de acordo com Brenner) não se recuperou, esse novo imperialismo não se validou.

O segundo ponto de negação do novo imperialismo de Harvey vem do conceito de “acumulação por espoliação”. Uma das principais características do novo imperialismo que Harvey chama a atenção é o espaço privilegiado para processos análogos ao que Marx chamou de acumulação primitiva, na resposta capitalista global à sobreacumulação e o “*surplus capital*”, e os novos campos que esses processos abriram para o “*profit making*” capitalista como um resultado. Brenner (2006b) acredita que Harvey exagera em classificar como acumulação por espoliação relações em que ocorra uma exploração capitalista clássica. Estender esse termo abriria espaço para colocar nessa categoria qualquer passo que um Estado capitalista possa tomar para politicamente privilegiar seus próprios capitais nacionais às expensas dos de outras economias capitalistas. Assim, negando a acumulação por espoliação, nega o conceito de imperialismo de Harvey.

Em termos de dinâmica do poder americano na economia política internacional, podemos inferir que, para Brenner, a operação dos profundos e liberalizados mercados financeiros americanos, em associação com um padrão dólar-dólar flutuante, trouxe massiva instabilidade monetária e crises seriadas, que corroem o poder econômico internacional dos EUA, portanto também em declínio. Além de apontarem para essa massiva instabilidade monetária e ocorrência de crises seriadas, os argumentos “declinistas” costumam se centrar na suposta perda de dinamismo econômico dos EUA, na diminuição histórica de sua participação no comércio internacional, nos evidentes e surpreendentes graus de endividamento público e privado (e

explosão das finanças em geral), na dependência da poupança estrangeira (com seus investimentos em títulos do governo americano).

Arrighi (1996) é outro autor que compartilha da ideia de declínio hegemônico (prefere hegemonia – como um bom gramsciano – a império) dos EUA. Enfatizando a fusão do Estado e do Capital na construção de um capitalismo global e assim mostrando que a globalização é tanto um projeto, quanto um processo, Arrighi defende que a revolução monetária foi tão bem sucedida porque permitiu aos EUA atingir por meios financeiros o que não tinha atingido (e não atingiria) pela força das armas: derrotar a União Soviética na Guerra Fria, domar o Sul revoltoso e reorientar a economia dos EUA para tirar proveito máximo da financeirização, tanto doméstica, quanto internacionalmente. No entanto, baseado no padrão histórico de desenvolvimento das hegemonias progressas, para Arrighi essa financeirização – ao contrário do que pensa Panitch e Gindin⁷⁹ – é o “sinal de outono” de um regime de acumulação, portanto sinal de declínio da nação hegemônica dentro de dado regime. Tal fase é uma resposta à crise de hegemonia que por sua vez gera novas fontes de tensão que são historicamente insustentáveis. Assim, o momento atual é marcado pela crise crônica e aguda da hegemonia americana, com intensa luta pela sucessão hegemônica. Notemos que em Arrighi a transição dos anos 70 é bem mais marcante que em Brenner. Se para Brenner os últimos 30 anos são resultados da mesma crise de rentabilidade que atingiu os países centrais aos fins dos anos 60, em Arrighi as instabilidades, as crises pontuais e crise crônica da hegemonia americana são resultados tanto das tensões geradas pelas formas de resposta à crise de hegemonia americana dos anos 70, quanto pelo fato dessas respostas não terem representado a solução permanente de tal crise hegemônica. Ou seja, emana de contradições do desenvolvimento histórico do capital, bem como de novas contradições do processo de acumulação geradas e/ou dinamizadas a partir de supracitado momento.

Outra forte corrente metodológica, com a qual Arrighi tem relação (por exemplo, com um conceito de hegemonia ancorado em sistemas de produção e no uso de uma teoria de ciclos hegemônicos), que é também expoente da ideia de declínio hegemônico é a Teoria do Sistema Mundo, construído identificado principalmente com a obra de Immanuel Wallerstein. Tal arcabouço teórico se relaciona com a discussão desse momento dessa dissertação nos dois pontos

⁷⁹ Lembremos que para tais autores a financeirização não é uma “fase” do capitalismo, como analisa Arrighi, mas somente uma das partes do movimento de reestruturação capitalista levado a cabo por mais de três décadas.

propostos: A possibilidade do uso do conceito de império/imperialismo e da possibilidade de seu uso para o papel americano, bem como sobre a discussão da dinâmica do poder americano no capitalismo global (declínio ou não). Para a primeira parte do debate a contribuição da TSM é de cunho axiomático. As premissas adotadas levam a uma impossibilidade teórica de um sistema imperial no centro do capitalismo⁸⁰ e delas (das premissas) deriva uma teoria sobre ciclos hegemônicos que se liga com a segunda parte da discussão proposta (a dinâmica da posição de poder americana na economia política contemporânea).

As premissas das quais partem o argumento da TSM (Segundo Gowan, 2004) para a impossibilidade teórica de um império-mundo são: a) Impérios-mundo e Estados soberanos são necessariamente mutuamente exclusivos, opostos. b) Existe uma tensão estrutural entre capitalistas e Estados que deve ser particularmente forte entre capitalistas e um Estado imperial. A partir dessas premissas deriva a teoria dos ciclos hegemônicos que pode ser resumida em dois componentes:

a) Uma constante busca, por uma pluralidade de potências centrais, pela dominância nos mais sofisticados e desejados produtos capital-intensivo. Hegemonas são as potências capitalistas que atingem a dominância nesse campo produtivo assim se posicionando no topo da divisão internacional do trabalho, penetrando outros mercados dos Estados centrais, recebendo os maiores fluxos de mais-valia e sendo capazes de enquadrar outros Estados centrais no campo econômico.

b) Ação político-militar é vista apenas como apoio ou suporte para essa dominância econômica, protegendo a economia central de ataques externos ou desafios internos e removendo obstáculos para o fluxo de seus produtos pelo sistema (Wallerstein *apud* GOWAN, 2004: 472/473).

Com esses componentes, e totalmente coerentes às suas premissas, o argumento central da TSM é que cada hegemon estabelece um regime internacional de acumulação adequado a sua dominância em um conjunto específico de commodities intensivas em capital, e as outras potências centrais se adaptam a esse regime e, então, iniciam um desafio competitivo dentro do mesmo que pode questionar a hegemonia de um dado capitalismo nacional em um determinado sistema de produção. O regime é, assim, reformulado através de guerras ou disputas

⁸⁰ Aqui não buscamos a análise do caráter imperial da relação do centro com a periferia, mas sim se é possível um sistema imperial dentre as potências centrais (intra-core relations)

“intra-centro”. Para Arrighi, essa potência agora em declínio (desafiada competitivamente) busca na financeirização uma saída para o desafio enfrentado em mercados de produtos. A trajetória enfrentada pelos EUA no mercado de capitais-intensivos a partir dos anos 70 é colocada em paralelo com a trajetória de declínio hegemônico de hegemonias pregressas, e assim, com esse paralelo, Arrighi defende a ideia de declínio da posição americana.

Para Wallerstein (2004: 25), o sucesso dos EUA no período do pós-Guerra criou as condições para que sua própria hegemonia fosse minada. Segundo o autor o primeiro símbolo dessa derrocada (os outros são a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas do onze de setembro) foi a Guerra do Vietnã, que, contemporânea à recuperação econômica e florescimento da Europa Ocidental e Japão,

desferiu um forte golpe na capacidade de os Estados Unidos continuarem a ser a potência econômica dominante no mundo. O conflito foi dispendioso e praticamente esgotou as reservas de ouro dos Estados Unidos, que eram abundantes desde 1945. Além disso, os EUA incorreram nesses custos precisamente no período em que a Europa Ocidental e o Japão viviam fortes retomadas econômicas. Essas condições acabaram com a superioridade dos EUA na economia global. Desde finais da década de 1960 os membros desta Tríade têm sido praticamente equivalentes no nível econômico, cada um melhor do que os outros em determinados períodos, mas nenhum alcançando um grande avanço. (WALLERSTEIN, 2004: 26)

Assim, a vantagem econômica automática dos EUA tinha praticamente desaparecido em finais da década de 1960. Essa vantagem acabara fruto do próprio processo que garantiu o fortalecimento do capitalismo americano fornecendo demanda efetiva mundial para a produção estadunidense, qual seja o plano Marshall. Nesse sentido, podemos dizer que Wallerstein segue uma argumentação que traz consigo alguns dos elementos da teorização de Brenner, principalmente sobre a competição e seu impacto nos lucros (principalmente nos setores produtivos que sustentavam a hegemonia americana). Para o expoente da TSM “o aumento da produção mundial, resultado da recuperação e expansão da Europa Ocidental e do Japão conduziram a um excedente no mercado mundial e um acentuado declínio nos lucros de muitos dos principais setores industriais, como o aço, os automóveis e a eletrônica” (WALLERSTEIN, 2004: 57). Como já dito, essa contradição é, segundo o autor, acentuada e levada ao extremo pela Guerra do Vietnã que juntamente com a revolução mundial de 1968 e o afastamento dos EUA de

um padrão com lastro em ouro⁸¹ sinalizam o momento em que a economia-mundo entra em um longo período de estagnação, no qual os EUA vão tentar de forma política contra arrestar seu declínio econômico e manter-se como potência hegemônica do bloco capitalista.

Paradoxalmente, outro passo na trajetória de declínio do poder americano é o próprio colapso do bloco comunista entre 1989 e 1991. Se poderíamos pensar que o colapso soviético dotaria o hegemon da aliança capitalista de um poder incomensurável dada à falta de oposição, para Wallerstein (2004: 29) o “colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo”.

Para além de significar um declínio do poder americano, o momento iniciado a partir dos anos 70 não representa uma crise de crescimento, mas uma crise da acumulação de capital. De acordo com Wallerstein (2004: 66)

Temos de olhar para as três principais tendências seculares que estão se aproximando das suas assíntotas. Cada uma delas está criando limites à acumulação de capital. Uma vez que a infundável acumulação de capital é a característica definidora do capitalismo como sistema histórico, esta tripla pressão tende a tornar impraticável o motor primário do sistema e cria uma crise estrutural.

Para ele essas tendências são representadas pelo aumento do nível salarial real como porcentagem dos custos de produção que impõe séria pressão sobre os níveis de lucro; a segunda tem a ver com a ecologia e forma como poderemos internalizar os custos de aquisição de materiais; a terceira tem a ver com as pressões exercidas pela tributação. Assim, Wallerstein argumenta que

Schumpeter acostumou-nos há muito tempo à ideia de que o capitalismo não sucumbirá por causa dos seus fracassos, mas sim dos seus sucessos. Temos tentado indicar aqui como esses sucessos (modos de compensar declínios na economia-mundo, modos de maximizar a acumulação de capital) criaram, ao longo do tempo, limites estruturais à mesma acumulação de capital que pretendiam garantir. (WALLERSTEIN, 2004: 75).

Em passagens anteriores dessa dissertação já ficou claro que a posição de Gindin, Panitch e Konings é contrária à ideia do declínio do poder americano, baseado na capacidade do Estado americano de soldar os interesses das classes capitalistas dos diferentes estados a um

⁸¹ Segundo Wallerstein (2004: 57): “A necessidade de os EUA se afastarem do padrão-ouro foi causada pelo fato das despesas político-militares necessárias para fazer valer a hegemonia dos EUA, juntamente com a competitividade diminuída nos mercados mundiais, se revelaram bastante dispendiosas, esgotando o saldo financeiro positivo dos Estados Unidos. Os EUA tinham de começar a trabalhar arduamente em nível político para manter as vantagens econômicas que tinham obtido tão facilmente na fase A, e começaram por apertar de alguma forma o seu cinto monetário”.

projeto de construção, expansão e aprofundamento do capitalismo global. Segundo tais autores, o processo de reestruturação ocorrido como desdobramento da crise de rentabilidade de fins dos anos 60, a partir de início dos anos 80 e até os dias de hoje não só contornou o problema da queda dos lucros, bem como “realizou”⁸² o ambicioso projeto americano para a construção de um capitalismo global, articulado durante a II Guerra Mundial e posto em prática desde então. Tais autores utilizam o termo imperialismo para identificar a relação imbricada entre o capitalismo moderno e o Estado americano que age como um império informal na promoção do livre comércio e livre fluxo de capitais, sendo o Estado que mais se beneficia dessa expansão do capitalismo. Portanto, tais autores defendem não somente que a ideia de imperialismo (mesmo que informal, com uma nova cara, transformado) é válida para descrever a posição americana na economia política internacional, mas que esse império não enfrenta rivalidades no momento corrente. Nessa linha argumentativa, o potencial de conflito não se encontra mais nas tensões entre Estados, mas nas tensões internas a cada um entre as classes capitalistas, aderidas ao projeto americano, e as classes trabalhadoras. Porém, nos parece que a visão de Panitch/Gindin e Konings é por demasiado triunfalista ao não conceder à possibilidade dos Estados refletirem essas próprias tensões internas entre capital e trabalho.

Essa temática da existência ou não de uma rivalidade interimperial foi ventilada em um interessante debate entre Alex Calinicos e Panitch-Gindin, ocorrido entre fim de 2005 e 2006 através de três breves artigos no periódico on-line *International Socialism*⁸³. Em comum as duas posições adotam o termo império/imperialismo, mas partindo de definições diferentes chegam a conclusões diametralmente opostas no que tange à dinâmica da configuração da economia política internacional contemporânea.

Discutindo o renascimento do uso das ideias de império e imperialismo nos primeiros anos do século XXI, Callinicos pretende utilizar a teoria marxista clássica como instrumento indispensável para entender o mundo contemporâneo. Segundo o autor, nas Teorias marxistas clássicas sobre o imperialismo o capitalismo em seu estágio imperialista é definido por duas tendências potencialmente conflitivas: (1) A internacionalização da produção, circulação e

⁸² Panitch e Gindin (2012: 195) utilizam a definição do verbo “to realize” (que em português é traduzido como “perceber”, mas, quando referente a lucros, é realmente “realizar”): “Among the definitions offered by the Oxford English Dictionary for the verb ‘to realize’ are: to bring na ambition to fruition and thus actuality; to complete and orchestrate something and thereby enrich its texture; to become clearly aware of a fact or situation; and especially with regard to property and capital, to make a profit. It is in all of these senses that the ambitious project for the making of global capitalism, imbricated in the American empire and first articulated during World War II, was realized in the last two decades of the twentieth century”.

⁸³ CALLINICOS, 2005; PANITCH e GINDIN, 2006; CALLINICOS, 2006.

investimento; e (2) a interpenetração do capital privado e do Estado nação. Em consequência, uma economia mundial crescentemente integrada se torna a arena para a competição entre capitais que tendem a tomar forma de conflito geopolítico entre Estados. Assim, para Callinicos, a primeira e segunda guerra mundial foram, dessa perspectiva, conflitos inter-imperialistas refletindo antagonismos no coração do capitalismo em seu estágio imperialista. Fiel a essa premissa, mas buscando retificar alguns “defeitos”⁸⁴ das Teorias clássicas, o imperialismo moderno é o que acontece quando duas formas de competição outrora distintas se fundem, como o que ocorreu no fim do século XIX: (1) competição econômica entre capitais; (2) competição geopolítica entre Estados. Com isso, empresta noção⁸⁵ de Harvey e Arrighi de duas lógicas de poder – econômica e territorial para tentar reviver a teoria clássica.

De acordo com Panitch e Gindin (2006), Callinicos define o imperialismo como a “intersecção da competição econômica e geopolítica”, derivada da internacionalização do capital e da interpenetração entre o capital privado e o Estado nação ao fim do século XIX, que foi o berço da fusão das outrora distintas lógicas de poder: competição econômica entre capital e competição geopolítica entre Estados. Essa fusão contraditória continua a definir o imperialismo de hoje. Já o argumento de Panitch e Gindin, descrevendo as diferenças entre um período e outro, é de que houve uma transformação fundamental no imperialismo capitalista na última metade de século, nas seguintes linhas: (1) os laços mais próximos entre os Estados capitalistas eram agora entre o Estado americano e os outros Estados do oeste, ao invés de com os Estados do Sul como na velha era imperial; (2) a internacionalização do capital foi fundamentalmente diferente na segunda metade do século XX do que fora no século XIX e início do XX, baseada agora em investimento direto externo e na corporação multinacional; (3) a interpenetração da produção e da finança na era contemporânea dissolveu a coerência das velhas burguesias nacionais que foram as bases das antigas rivalidades interimperiais; (4) o que Marx, no Grundrisse chamou de “vários capitais” passaram a depender de “vários Estados”; e (5) a internacionalização do Estado refletiu isso em termos das responsabilidades que os Estados aceitaram para gerir as contradições e crises do capitalismo global, ao mesmo tempo tentando fazer seus espaços territoriais se tornarem espaços de acumulação atrativos tanto para as burguesias forâneas, quanto para as domésticas.

⁸⁴ Para Callinicos (CALLINICOS, 2005) os principais defeitos das Teorias Marxistas Clássicas (ele se refere principalmente a Lenin e Bukharin) sobre o imperialismo é a tendência de ver o Estado como um mero instrumento do capital; a dependência à teoria de Hilferding sobre a crise, que a reduz a efeitos de desequilíbrios entre diferentes campos produtivos; e a premissa de que a tendência a um capitalismo de estado é um resultado já atingindo.

⁸⁵ Callinicos afirma em CALLINICOS, 2006 que chegou a essa conclusão sem ter bebido da fonte de Harvey e Arrighi.

Callinicos acusa Panitch e Gindin de serem insuficientemente sensitivos ao stress a qual foi crescentemente submetido esse novo sistema imperial ao fim dos anos 60. Todo seu argumento nesse sentido está baseado na afirmação de que a crise econômica dos anos 70 nunca foi resolvida. No entanto, Panitch e Gindin buscam mostrar como foi através da resolução neoliberal dessa crise que o dinamismo do capitalismo global e o poder estrutural do império americano foram reconstituídos ao longo do último quarto de século. Com relação à crise dos anos 70, Callinicos segue uma abordagem parecida com a de Brenner para criticar os autores canadenses. Segundo o autor, Panitch e Gindin adotam uma perspectiva supply-side, que entende os movimentos da economia capitalista como dependente dos movimentos da luta de classes, para a explicação da crise dos anos 70. Assim, se a balança de força de classe pendeu de volta em favor do capital – como ocorreu de fato, não só nos EUA, mas por todo o mundo capitalista avançado entre 1975 e 1985 – a consequência inescapável seria uma recuperação na lucratividade e um fim para a crise. De acordo com Callinicos, a argumentação e os dados de Brenner são suficientes para rejeitar essa premissa.

Callinicos se engana quando afirma que Panitch e Gindin veem a luta de classe (e a pressão vinda de baixo, dos trabalhadores) como a causa única da crise dos anos 70. Os autores também deixam bem claro que a renovada competição econômica estava na raiz da crise. O ponto principal dos autores é que se tornou impossível qualquer forma de resolução da crise dos anos 70 que não “quebrasse a espinha dorsal” do trabalho (como categoria social), e sem a abertura do mundo para os livres fluxos de capital e reestruturação dos Estados para esse fim sob a nova forma de regra social que é o neoliberalismo. Longe da ideia do “stress” da crise dos 70 ter desfeito essa nova forma de capitalismo imperialista, os autores mostram que a hegemonia americana não só se manteve incontestada como também não surgiu nenhuma forma de rivalidade interimperial precisamente por causa da integração produtiva e financeira que já ocorrera e continuava a ocorrer em meio ao aumento da competição. Foi quando os EUA aplicaram a disciplina neoliberal a si próprio, a partir do Choque Volcker, que a autoridade internacional do neoliberalismo foi estabelecida, emulada e generalizada. Foi isso que resolveu a crise dos anos 70, da perspectiva dos interesses do capital, em contraposição ao funcionamento do capitalismo perante as sociedades.

Callinicos se vale dos dados de Brenner como fonte para afirmar que a crise dos anos 70 ainda está conosco até os dias de hoje. Panitch e Gindin, em nota de rodapé, refutam

veementemente a escolha de dados e periodização utilizada por tal autor. Os dados de Brenner distorcem a realidade e escondem uma crescente nas taxas de crescimento e lucratividade, incluindo os anos de crise da década de 70 e deixando de lado a década após 1996. A figura se inverte se utilizarmos, com mais propriedade, o período do neoliberalismo a partir do ano de 1983 até o presente.

Outra acusação de Callinicos é de que Panitch e Gindin não dão a devida importância aos determinantes econômicos estruturais e dão muita atenção as capacidades imperiais do Estado americano. Panitch e Gindin não negam a argumentação de Callinicos de que existem tendências estruturais à crise no capitalismo que operam por de trás das classes e atores estatais, inclusive concedendo que o desenvolvimento desigual e a volatilidade financeira sob a globalização neoliberal reforçam essas tendências. O que argumentam que não pode ser deixado de lado na análise é a capacidade de gerir e conter crises por parte dos Estados e principalmente por parte dos EUA. Enquanto Panitch e Gindin enxergam a importância teórica de ressaltar a autonomia relativa do Estado em termos do papel que muitos Estados tiveram em fomentar e reproduzir um capitalismo global dinâmico, Callinicos parece ver a importância dos Estados em termos de seu papel na competição geopolítica.

Segundo Panitch e Gindin, a evidência que Callinicos traz para dar suporte a sua ideia de “desenvolvimento de tendências centrifugas dentro do bloco geopolítico ocidental” se mostra muito fraca, especialmente porque sua implicação é sugestiva de um retorno às rivalidades interimperiais. O que apresenta são evidências de preocupação entre algumas elites americanas para prevenir a emergência de rivais efetivos à dominância militar dos EUA. Isso apenas confirma que o Estado americano busca desenvolver mais capacidades para reforçar sua dominância.

Para tais autores, nesse capitalismo global em que capitalistas Europeus acreditam que o neoliberalismo pode continuar forte na Europa somente se continuarem fortemente ligados a um capitalismo global liderado pelos EUA, as maiores contradições e conflitos não estão localizados na relação entre os Estados capitalistas avançados, mas sim dentro desses Estados, ao passo que tentam gerir seus processos internos de acumulação, legitimação e luta de classes. E isso não é menos verdade para o Estado americano, ao passo que tenta gerir e lidar com as complexidades de uma globalização imperial, ao mesmo tempo supervisionando as forças sociais e contradições sociais de sua própria formação social. Com isso coroam seu argumento central de

que as relações de poder assimétricas que emergiram da penetração e integração entre os países capitalistas sob a égide do império informal americano não foram dissolvidos com a crise da Era de Ouro ou com o fim da Guerra Fria, mas sim remodeladas e reconstituídas através da era da globalização neoliberal. No último artigo desse debate Callinicos concorda com posição de Panitch e Gindin de que as pressões centrífugas – a que foram sujeitos os Estados capitalistas avançados quando a crise econômica global os atingiu por volta da metade dos 70 – foram mitigadas pela “integração transnacional da produção e da finança que já ocorrera e continuava ocorrendo em meio a essa renovada competição comercial” entre os EUA, a Europa Ocidental e o Japão.

Acreditando na parcial dissociação da competição econômica e geopolítica que se desenvolveu no mundo capitalista avançado sob a liderança dos EUA durante a Guerra Fria, Callinicos (em argumento semelhante ao de Gowan) busca explorar como a relativa unificação do mundo capitalista avançado sob a hegemonia americana interage com a persistência de formas de competição econômica e interestatal. Mas se para Callinicos, essa persistência de formas de competição econômica e interestatal, associado a determinantes estruturais, projeta ameaça a dominância americana e ao próprio sistema, Panitch e Gindin acreditam que apesar de realmente haver formas de divergências e competições econômica e interestatal, a hegemonia dos EUA, e o próprio capitalismo, continuam de pé por ainda muito tempo.

Para reforçar seu argumento, Callinicos elenca ainda três questões gerais:

1) Poder econômico global é de fato (concordando com Panitch e Gindin) distribuído assimetricamente, mas também pluralisticamente (Como em Gowan e os três grandes nodos – EUA, União Europeia e Japão – que concentram a produção, o investimento e o comércio globais), o que torna inevitável a rivalidade entre os Estados da tríade.

2) Segundo Callinicos, Panitch e Gindin estão certos em afirmar que a existência de diferenças táticas entre os Estados em como perseguir o desenvolvimento e segurança capitalista global não é uma prova de divergências fundamentais dentro do império. Mas, segundo Callinicos o reverso disso também é verdade: o fato de diversos estados capitalistas terem o mesmo regime de política econômica não significa que não possa haver conflitos de interesses entre os mesmos. O fato de muitos estados terem abraçado o neoliberalismo não significa que não haja conflitos de interesses potencialmente desestabilizadores entre eles.

3) Ao fim da Guerra Fria, com os EUA gozando de supremacia ideológica e militar sem paralelos, com o Japão e Europa ocidental nos apertos da estagnação econômica, mesmo Estados fora do campo ocidental como Rússia e China foram muito cuidadosos em não desafiar o poder hegemônico. Callinicos acha que esse estado das coisas pode mudar. O estabelecimento de uma rede contra a teia de alianças orquestradas pelos EUA na Ásia central, e o desenvolvimento do Fórum de Cooperação de Xangai, ligando Rússia e China em uma entidade mais robusta, são desenvolvimentos sugestivos. Assim, a política global contemporânea traz uma complexa combinação de cooperação e rivalidade interestatal.

Panitch e Gindin acusam Callinicos de fazer uma caricatura de seu argumento ao afirmar que chegam à mesma conclusão que Hardt e Negri de que “a competição geopolítica foi em grande parte transcendida no capitalismo contemporâneo”. Isso ocorre, segundo os autores de *The Making of Global Capitalism*, porque Callinicos quer que o conceito de “competição geopolítica” aja como um dublê para a rivalidade interimperial. De forma diametralmente oposta a Hardt e Negri, Panitch e Gindin rejeitam a noção de que as fronteiras estão sendo apagadas e Estados transpassados no capitalismo global, e insistem no ativo papel dos Estados na construção desse capitalismo, e explicitamente dizem que a autonomia relativa dos Estados dentro do império informal americano permite divergências em muitas áreas. Para os canadenses, o erro de Callinicos (e de muitos outros) é buscar “a simples repetição de padrões históricos progressos” que irão sustentar a velha teoria clássica da rivalidade interimperial.

Próximo ao fim de seu primeiro artigo, Callinicos retorna à questão dos fatores econômicos subjacentes que estão alegadamente desfazendo o império americano, focando principalmente no “papel da China em particular, e do capitalismo asiático em geral, de financiar o endividamento americano”. A partir disso, ele traça um paralelo com o fato de a Inglaterra ter se endividado com os EUA durante a Primeira Guerra Mundial, mesmo tendo levado mais de trinta anos para que houvesse uma troca na força líder do capitalismo. Novamente, com esse raciocínio o autor volta para a busca de repetições de padrões históricos progressos. Segundo Panitch e Gindin, isso é particularmente perigoso, pois encoraja os analistas a não terem atenção suficiente à necessidade de uma análise materialista histórica cuidadosa do que mudou na economia capitalista global não só em termos dos nomes dos atores estatais, mas nas relações entre eles no curso do último século.

Na conclusão, Callinicos chega a questionar o Marxismo de Panitch e Gindin por não darem primazia aos determinantes econômicos ao “não enquadrar o desenvolvimento do imperialismo capitalista no contexto das tendências, estruturalmente determinadas, à crise do modo capitalista de produção”, ao que os autores criticados questionam: Em qual base dar primazia a determinantes econômicos significa somente tendências a crise? Nesse sentido, Callinicos falha em discutir argumento teórico e empírico sobre a relação das finanças e do império no capitalismo global, nem a explicação explícita do porquê a relação entre os EUA e a China hoje é tão diferente daquela entre a Inglaterra e os EUA de ontem. De acordo com Panitch e Gindin (2012: 300), o padrão de integração da China ao capitalismo (com câmbio controlado dentre outros) deu mais autonomia com relação aos fluxos financeiros globais, mas a mesma estratégia de desenvolvimento também a tornou mais dependente tanto do mercado consumidor quanto dos títulos do tesouro americanos, além do fato de a integração da China ao capitalismo ter envolvido as maiores entradas de capital e tecnologia, bem como uma forte dependência exportadora maior do que de qualquer outro país de desenvolvimento tardio. Esses fatores internos são de fundamental importância para se entender porque as expectativas de que a China pudesse responder aos crescentes déficits comercial e fiscal americanos se livrando dos seus vultosos ativos denominados em dólar se provaram erradas. Tais déficits e esse aludido desequilíbrio não são sinônimo de fraqueza, mas sim de força integrativa e expansionista do capitalismo, sendo inclusive indicativo da profunda integração ao capitalismo liderado pelos EUA⁸⁶ (PANITCH e GINDIN, 2012: 23).

A explicação de Panitch e Gindin para a habilidade americana de financiar seus vultosos déficits, no último quarto de século, e o argumento de que isso significou força ao invés de fraqueza, tem a ver justamente com a “primazia econômica” que dão à produção e finanças em sua análise, apesar de mostrarem que esses nunca podem ser separados de suas amarras institucionais e de classe. O tipo de “primazia econômica” que figura em suas análises é fundado

⁸⁶ Na visão de Arrighi, o padrão recente de desenvolvimento chinês é visto como não capitalista (ou não necessariamente capitalista) e como podendo oferecer uma alternativa ao capitalismo global liderado pelos EUA. Acreditar que o desenvolvimento chinês faz parte da falência do projeto americano para estabelecer-se como um Estado global denota a não percepção tanto da natureza do império americano, bem como da profundidade da integração da China a globalização liderada pelos EUA. Com relação a natureza do império americano, o erro de Arrighi é acreditar que os EUA buscavam se constituir em um Estado Mundial não só durante o período pós-guerra, mas também pós anos 70 como uma forma de evitar o declínio. Apesar de a construção de um verdadeiro capitalismo global ter sido o projeto do Estado americano desde o fim da Segunda Guerra, esse projeto nunca foi sobre governar o mundo diretamente, nem mesmo delegar essa tarefa a instituições internacionais as quais sujeitaria sua soberania. Tal projeto foi concebido como a construção do capitalismo a partir de tornar o mundo seguro para a acumulação de capital, tornando os outros Estados em capitalistas, com instituições e práticas legais, jurídicas, burocráticas e coercitivas apropriadas. (PANITCH, 2010: 81).

no entendimento que tanto as causas, quanto as consequências das crises econômicas não podem ser discutidas sem levar em conta o balanço de poder entre classes e Estados.

Para encerrarmos o corrente debate e, portanto, o capítulo, convidamos Peter Gowan à discussão. Em dois textos (2004 e 2005) Gowan buscou uma alternativa às visões, por um lado, “declinistas” da Teoria do Sistema Mundo e de Arrighi (GOWAN, 2004 discutindo diretamente com a TSM, incluindo Arrighi e em GOWAN, 2005 com Arrighi) e, por outro, do triunfalismo do império americano esposado por Panitch, Gindin e seus discípulos (Em GOWAN, 2005 o autor coloca frente a frente os constructos de Panitch/Gindin e Arrighi). Com o objetivo de responder à pergunta se existem fontes estruturais de conflito nas relações econômicas entre os principais centros do núcleo capitalista, Gowan (2005) busca uma “terceira via” às teorizações dos dois grupos supracitados (declinistas X triunfalistas). De acordo com o falecido acadêmico, na visão de Panitch e Gindin não existe conflito estrutural e rivalidade entre principais centros. As linhas de conflito estão principalmente entre o trabalho (como categoria social) e o capitalismo global, sendo esse estruturado por um imperialismo americano hegemônico. Ponto mais vulnerável do Império Americano no presente momento está no campo da legitimação política tanto do Império americano em si como dos Estados individuais ao passo que se transformam eles mesmo em receptáculos de uma ordem capitalista global neoliberal. Já a análise de Arrighi, ainda segundo Gowan, enxerga o período atual como marcado pela crise crônica e aguda da hegemonia americana, sendo um período de intensa luta pela sucessão hegemônica.

Para Peter Gowan existem fontes estruturais de conflitos entre os capitalisms do centro tanto no campo da política como no da economia, que geram tensões e rivalidades. No entanto, seu argumento não vai tão longe quanto o de Arrighi ao ponto de um declínio hegemônico terminal dos EUA, sendo possível a eles ainda ter a capacidade de reconstruir e aprofundar sua dominância internacional. Tais fontes estruturais de conflitos possuem dois sentidos: têm sua fonte em características sistêmicas do capitalismo. Mas, também, têm fonte no que podemos chamar, como Gowan, de configuração estrutural da conjuntura presente. Essas fontes estruturais de conflito podem não chegar a uma rivalidade interestatal (rivalidades envolvem um esforço do(s) Estado(s) para ganhar vantagem para si e/ou seu capitalismo sobre outros estados capitalistas por meio de um conflito politizado) se forem conjuntamente gerenciadas, e segundo Gowan são:

- 1) Competição industrial;
- 2) Tensões Estruturais no campo das relações monetárias e gestão macroeconômica.

O autor, apesar de com êxito parcial, também ira explorar se existem fontes estruturais políticas de conflito no centro do capitalismo no momento atual. Segundo Gowan (2005: 2/3) o sistema socioeconômico do capitalismo causa certo tipo de política capitalista, no entanto, eventos econômicos capitalistas não necessariamente causam eventos políticos específicos. No entanto, sendo a propriedade capitalista – o capital – polimórfico, pode ter multitude de formas – dinheiro, uma planta industrial, matérias primas e trabalho, commodities e uma variedade de tipos de papeis (contratos de empréstimo, títulos, ações e etc.) – todos são somente possíveis pelas atividades dos aparatos legais, administrativos e coercitivos dos Estados. Já o poder internacional de mercado dos capitais de um Estado aumentam os poderes políticos de tal Estado. Quanto maior o poder político de um Estado dentro do sistema interestatal, maior a sua capacidade de abrir ou fechar mercados de forma apropriada a favorecer a expansão de seus capitais. Sob esse raciocínio, os Estados mais poderosos dentro do sistema capitalista foram, historicamente, aqueles que estabeleceram regimes de EPI, e fizeram isso em favor da expansão de seu próprio capitalismo.

Com relação aos pontos elencados acima (para os conflitos estruturais no campo econômico), Gowan acredita que, principalmente nos setores *High Tech*, a competição industrial internacional persiste. A partir da crítica ao conceito de retornos decrescentes de escala (prega que haja um retorno crescente de escala) da teoria liberal e neoclássica, e atestando que o máximo de eficiência produtiva está no monopólio, Gowan enxerga a persistência da competição econômica internacional. Mesmo assim, Gowan não aceita o declínio da hegemonia como Arrighi, Brenner e os autores da TSM, mas também não aceita que um império americano já esteja consolidado (sem rivalidades) como Panitch e Gindin.

De acordo com Gowan, uma das consequências de décadas de rivalidade industrial nos setores high tech entre os países centrais é que os EUA não são mais hegemônicos industrialmente. Têm liderança em alguns setores, mas em outros não, existindo, assim, uma verdadeira interdependência entre os três centros no topo da divisão internacional do trabalho. Outra consequência é que devem aumentar as confrontações nessa área enquanto os líderes do capitalismo americano percebem uma ameaça de derrota em setores tão importantes (novos setores estratégicos de crescimento). Gowan afirma que as tensões foram enfraquecidas durante

os 1990 por algumas razões (GOWAN, 2005: 22/23), sendo os impactos da superacumulação mitigados:

1. Avolumado crescimento dos lucros para o setor financeiro dos EUA a partir da abertura de setores financeiros de outros estados e da enorme expansão dos mercados mundiais de dívidas, centrados em NY e Londres.

2. Ascendência americana em telecomunicações e TI

3. Crescimento dos EUA a partir de 1995.

4. A expansão espacial do capitalismo para o velho bloco soviético e as novas oportunidades para os capitalismos centrais no novo centro de crescimento representado pelo Sul e Leste asiático.

Porém, Gowan sabiamente aponta o fato de esses fenômenos serem conjunturais. Ou seja, atenuaram os impactos sistêmicos da crise de superacumulação que se desenhou aos fins dos 60, dando uma capacidade renovada de expansão capitalista, mas não eliminou por completo a contradição imanente do capitalismo tendente a crises de superacumulação. Nem mesmo eliminou o aumento da concorrência apontada por Brenner, que agora se processa em outro nível, em novas indústrias, em novos setores financeiros.

Sobre as tensões Estruturais no campo das relações monetárias e gestão macroeconômica, Gowan identifica a fragilidade da combinação de um dinheiro *fiat* internacional, necessariamente construído politicamente, em um sistema interestatal sem uma autoridade política supranacional. Gowan alega que durante o período dos trinta gloriosos a autoridade supranacional de Bretton Woods foi imposta aos outros Estados pelos EUA, que possuía naquele momento todas as capacidades para impor tais regras. Com a dominância do dólar mantida após fim de Bretton Woods, tendo o poder político americano bloqueado qualquer arranjo alternativo, o resultado foi uma nova fonte estrutural de tendência de conflito na EPI. Essas tendências derivam em primeiro lugar da negação americana em criar condições para taxas de juros mais estáveis para as principais moedas, ou seja, da prontidão do Tesouro americano em jogar o valor do dólar para cima ou para baixo em linha com a gestão dos requisitos macroeconômicos americanos – e somente americanos. Essas mudanças transformam radicalmente as condições macroeconômicas para o resto do mundo, mas na ausência de uma unidade monetária alternativa, os EUA podem esperar manter a dominância do dólar.

Ao mesmo tempo, explorando essa dominância do dólar, as autoridades americanas podem se endividar ilimitadamente sabendo que as dívidas serão pagas em dólar, que por sua vez são “produzidos” pelo próprio Estado americano, permitindo assim que ignorem qualquer constrangimento de conta corrente. Os déficits em conta corrente “amarram” os produtores internacionais a uma dependência de acesso ao mercado americano, e assim dá aos EUA alavancagem sobre a formatação dos regimes internos de economia política para o benefício da expansão dos capitais americanos. Gowan chama isso de “política imperial do dólar” (“Imperial Dollar Policy”). A partir dessa configuração da EPI Gowan traça possíveis cenários, sendo que pode ocorrer de nenhum deles se materializar, mas são possíveis e constituem uma fonte real e estrutural de tensão na EPI:

1) Evolução da economia internacional para três blocos baseados em moedas regionais, ameaçando a dominância do dólar.

2) O estabelecimento de um regime de taxa fixa entre a Euroland e o Leste asiático, reforçando a tendência em (1).

3) Um colapso do dólar em face do qual os outros Estados se neguem a garantir a defesa incondicional do dólar, gerando fortes tendências à imposição de um regime comercial protecionista-mercantilista nos EUA.

4) Uma crise financeira internacional na qual a cooperação entre os centros se desfça.

Como se não bastasse as fontes de conflitos econômicos, Gowan indica uma fonte estrutural de conflito nas relações políticas do centro do capitalismo: a dificuldade da construção de uma identidade política para a nova comunidade de Estados, gerando valores políticos comuns partilhados pelo Estado líder e os Estados subordinados. Esses valores comuns tem o efeito de legitimar a liderança do Estado dominante sobre os subordinados. Foi exatamente esse o sistema utilizado pelos EUA, após o fim da Segunda Guerra, para tornar todo o mundo capitalista em uma única comunidade política sob sua liderança. Com o colapso do bloco soviético esse “império” político foi atingido de duas maneiras: mecanismos protetores foram enfraquecidos e o sistema de valores políticos comuns que legitimam a liderança americana na comunidade foi debilitado. Segundo Gowan, o colapso soviético causou dois sérios problemas à dominância política dos EUA:

1) Reduziu a dependência da Europa Ocidental aos EUA com relação à garantia de sua segurança. Redução essa ocorrida em dois planos: a) Fim da ameaça de guerra com o bloco soviético; e b) fim da ameaça de movimentos esquerdistas radicais à propriedade capitalista.

2) Destruiu a bipolaridade entre Mundo livre – Comunismo totalitarista que gerava os valores políticos que definiam a comunidade política dos EUA.

Por fim, Gowan afirma que se a argumentação de seu texto (2005) está correta, então os argumentos de Panitch e Gindin – de que já temos, no núcleo capitalista, um império americano integrado no qual os EUA lideram um capitalismo global – são prematuros (não significa que não estão corretos, significa que esse império americano ainda pode se integrar mais profundamente). Ao mesmo tempo, a postura de tal artigo também não aponta para um declínio hegemônico inevitável por parte dos EUA, como apontam Arrighi (e Brenner, e os outros teóricos da TSM).

Se no artigo acima analisado Gowan identifica as fontes estruturais econômicas e políticas de conflito no seio do capitalismo, em texto anterior (2004) tal autor discutira diretamente com a TSM, criticando sua teoria dos ciclos hegemônicos, bem como a impossibilidade axiomática de um império-mundo entre os países do *core* capitalista. Apesar de aquiescer (contra a TSM) à possibilidade teórica de um império-mundo e à possibilidade de fato de um império americano nas relações centrais do sistema capitalista, ao contrário de em Panitch e Gindin, os EUA ainda precisam cumprir alguns pré-requisitos pendentes frente às fontes estruturais de conflito.

Com relação à Teoria dos ciclos hegemônicos da TSM, Gowan afirma que a concepção da TSM é perfeitamente coerente internamente, o problema é utilizar um conceito muito restrito para a hegemonia, ancorado em sistemas de produção. É com base nesse conceito restrito de hegemonia que a TSM deriva sua corrente histórica de hegemonias e os padrões cíclicos de sua ascensão e declínio. Como consequência inevitável de sua específica teoria de ciclos hegemônicos, a TSM subestima outros aspectos das relações “intra-centro” e está predisposta em direção a certas expectativas sobre a dinâmica contemporânea. Gowan traça três considerações específicas que derivam dessa postura metodológica da TSM:

1) Diferenças radicais entre as três hegemonias identificadas são subestimadas: tipo de capitalismo, natureza do contexto do centro no qual o hegemom opera e as distintas capacidades políticas dos sucessivos hegemonias.

2) Tende a subestimar a possibilidade de um hegemom com grandes capacidades políticas poder explorar mecanismos de feedback do sistema interestatal diferentes dos tradicionais mecanismos de feedback “intra-centro”, as guerras.

3) Predispõe Wallerstein, Chase-Dunn e Arrighi, em suas análises dos desenvolvimentos contemporâneos dos 80s e 90s, a ver os EUA como tendo entrado em uma fase de declínio hegemônico após sua dominância na produção capital-intensiva para mercados centrais ter sido desafiada pelos capitalismo Alemão e Japonês, durante os 70.

Com relação ao primeiro ponto, Peter Gowan contrasta hegemonias britânica e americana em termos de suas relações de poder com o centro: a relação britânica era marcada por mecanismos de balanço de poder – multipolaridade política. A relação americana desde 1945 é marcada pela unipolaridade política, com os EUA suprimindo o mecanismo de balanço de poder dentro do centro e adotando uma política de “*hub and spokes*” que garantiu que a principal relação política de cada potência central fosse sua ligação subordinada a Washington. Por trás da unipolaridade existe uma série de dependências estruturais dos EUA, por parte dos outros Estados centrais, relativo à segurança política desses.

Segundo Gowan, o argumento central da TSM é que cada hegemom estabelece um regime internacional de acumulação adequado a sua dominância em um conjunto específico de commodities intensivas em capital, e as outras potências centrais se adaptam a esse regime e, então, iniciam um desafio competitivo dentro do mesmo. O regime é, assim, reformulado através de guerras “intra-centro”. Mas existem diferenças marcantes entre as capacidades de criar um regime dos EUA e da Inglaterra. Ambos formataram um sistema de comércio internacional e um regime monetário internacional. No entanto, as diferenças são grandes: sob a dominância britânica, as outras potências centrais aceitavam voluntariamente esse regime (e muitas vezes saíam dos mesmos quando fosse mais prudente). Além disso, a Inglaterra se comprometia unilateralmente tanto com o livre comércio quanto com o padrão ouro. De forma inversa, os EUA não só foram capazes de impor regimes internacionais às outras grandes potências, mas ainda tiveram a capacidade tanto de se colocar acima de seus “próprios” regimes internacionais, quanto de adaptá-los para melhor se adequarem a seus interesses ou para criar regimes completamente novos. Gowan mostra alguns exemplos dessas diferenças:

a) Acordos comerciais: EUA nunca foram um livre-cambista unilateral. Regras de GATT e ONU foram e são constantemente consideradas “injustas” pelo congresso americano e, assim, são desrespeitadas. Ou seja, EUA age com “unilateralismo agressivo”.

b) Relações monetárias internacionais: Apesar de Bretton Woods ter imposto uma disciplina sobre a política do dólar através do lastro em ouro, quando essa disciplina, na opinião do governo americano, se tornou prejudicial aos seus interesses, durante o início dos anos 70, ela simplesmente foi “riscada” por meio de ação unilateral dos EUA, contra a oposição de todos os outros países centrais, e desde então, o sistema monetário internacional passou a funcionar com base em um padrão dólar puro, portanto manipulável pelo governo americano da forma como lhe convier. A simples aceitação de um padrão baseado em uma moeda nacional, sem uma entidade supranacional guardião do lastro dessa moeda, denota certo (ou alto) nível de assimetria na distribuição de poder.

c) Regimes financeiros internacionais: transformou o regime de controle estatal de fluxos financeiros internacionais, que passou a operar na mão de operadores e mercados financeiros privados, colocando NY como centro financeiro internacional, desde o início dos 80. Desde os anos 70, essa transformação também envolveu o efetivo desmonte dos regimes financeiros de seus aliados (com o fim dos controles de capital).

d) Regimes de mercados de produtos e ativos: Esforços para reestruturar mercados, tanto de produtos quanto de ativos, dentro dos outros Estados, alinhando suas leis e instituições com os interesses de expansão dos negócios americanos para esses Estados.

Justamente sobre esses pontos, Gowan afirma que, com relação ao segundo ponto de crítica à TSM, os EUA possuem mecanismos de *feedback* para quebrarem a tendência cíclica de declínio hegemônico: seu extraordinário alcance político-militar e seu poder no sistema financeiro-monetário.

Com relação ao terceiro ponto, sobre o declínio hegemônico americano, Gowan afirma que quando a dominância dos EUA em setores capital-intensivo foi questionada, nos anos 70, os mesmos tinham um vasto leque de instrumentos, derivados de seu poder estrutural sobre o sistema interestatal do centro, com os quais poderiam “contra atacar” seus competidores. Esses instrumentos foram praticamente totalmente ignorados pelo *mainstream* da TSM. Como já citado em discussão anterior, Arrighi, por exemplo, busca na financeirização ocorrida a partir dos anos 70 um paralelo com a trajetória de declínio hegemônico das hegemonias progressas.

Financeirização seria a saída para hegemonos desafiados em mercados de produtos (no caso dos EUA, dos capital-intensivos). No caso americano é justamente o oposto:

- Processo de financeirização iniciado não somente pelo Estado americano, mas pelos capitais americanos.

- Foi parte integrante da construção do regime dólar-Wall-Street como uma arma dos EUA para contra-atacar.

- A liderança americana sobre as relações monetárias e financeiras internacionais alavancou o processo de contra ataque de duas maneiras:

- a) Instrumento de pressão sobre os outros Estados do centro.

- b) Instrumento para prover o Estado americano dos recursos financeiros para o fortalecimento das capacidades político-militares de seu Estado durante os anos 80.

Com esses instrumentos, os EUA conseguiram “se segurar” contra seus aliados competidores e, durante os anos 90, foram capazes de pressionar seus aliados a aceitar os novos setores líderes da indústria capital-intensiva, gerados internamente, como a força propulsora industrial “hegemônica” da nova fase da economia mundial: as indústrias da informação e telecomunicações.

Negando o declínio hegemônico americano previsto pela TSM, Gowan passa a criticar a impossibilidade teórica baseada nas premissas de que Impérios-mundo e Estados soberanos são necessariamente mutualmente exclusivos, opostos; e na suposta existência de uma tensão estrutural entre capitalistas e Estados que deve ser particularmente forte entre capitalistas e um Estado imperial. Para Gowan, em sua concepção de um sistema imperial com forma de controle diferente, a primeira premissa não se sustenta. O sistema imperial proposto pelo autor é baseado em uma forma de controle mais indireta, mas também mais robusta e efetiva, na qual o Estado imperial tem capacidades suficientes para formatar o centro como um sistema de interações que sistematicamente tende a produzir resultados que reforçam o poder e interesses do Estado imperial. Temos exemplo disso em termos de finanças globais: se a estabilidade dos setores financeiros dos outros países do centro está ligada a segurança dos empréstimos feitos para as empresas do Estado imperial e para indivíduos, cuja prosperidade depende de preços crescentes nos mercados de *securities* do Estado imperial, esses outros Estados centrais vão querer o que o governo do Estado imperial quer: uma prioridade para a estabilidade dos mercados financeiros do Estado imperial. Ou se os capitais dos outros Estados centrais enxergam a sua

continuada expansão como dependente do aprofundamento da abertura de “mercados emergentes” na semiperiferia, e se o instrumento mais potente para tal abertura é a manipulação, pelo Estado imperial, dos regimes monetários e financeiros internacionais, então os outros Estados centrais vão querer o que o Estado imperial quer.

Com relação à existência de uma tensão estrutural entre capitalistas e Estados que deve ser particularmente forte entre capitalistas e um Estado imperial, Gowan o classifica como um argumento quase liberal. Ao contrário, existe uma relação simbiótica entre Estados capitalistas e classes capitalistas. Aqui Gowan toma emprestada a afirmação de Braudel de que o “capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.”

Apesar dessas ressalvas metodológicas ao declinismo expresso na TSM, e portanto da consideração da possibilidade dos EUA se consolidarem como um império-mundo capitalista, para Gowan tal sistema imperial ainda não está consolidado e depende da resolução de alguns pontos críticos:

1) Precisa ter a capacidade de agregar um eleitorado estratégico de capitais do centro a seu projeto imperial.

2) Precisa ter e saber usar efetivamente os recursos para organizar seu império como um Império-Sistema e não somente como um Império de comando.

3) Sucesso nos pontos acima deve ser complementado pela sua habilidade de sustentar, no longo prazo, a sua ascendência nos setores capital-intensivo mais dinâmicos.

4) Também deve incluir um conjunto de mecanismos para demonstrar que esse sistema-império é ideal para gerir as relações transnacionais de classe entre classes capitalistas e subordinadas, lidando com futuros movimentos antisistêmicos.

Talvez a maior ausência nos textos de Gowan (2004 e 2005) – e ele mesmo reconhece isso como um *gap* (GOWAN, 2005) – seja uma análise mais profunda das bases de cooperação entre os principais centros capitalistas. Talvez se tivesse explorado mais profundamente os mecanismos de *feedback* ancorados no extraordinário alcance de seu sistema financeiro-monetário (o que parece ser um dos objetivos de seu texto de 2009⁸⁷, “Crisis in Heartland”) essa lacuna seria coberta. As fontes de contradição são estruturais, porém ainda não realizadas. O que resta ao futuro é nos mostrar se essas fontes de conflito se materializarão ou se as bases de cooperação e sustentação imperial serão mais fortes. É essa balança, entre fontes de conflito e

⁸⁷ Aqui utilizada a versão (igual a original) em Konings, 2010.

fontes de cooperação (e não a balança de poder entre os Estados), que vai definir os maiores ou menores níveis de controle informal imperial americano. Se a exacerbação das fontes de conflito se materializar, estamos de fato observando os últimos e trôpegos passos da projeção de poder internacional incontestado por parte dos EUA; e quiçá do próprio sistema capitalista sucumbindo à suas contradições inerentes. Se triunfarem as bases de cooperação, como parecem ter triunfado até hoje, teremos a continuidade de um imperialismo como a capacidade de manter a tutela do processo de expansão do capitalismo a despeito de todos os desafios, crises e contradições (algumas estruturais e outras conjunturais e geradas e geridas pelo próprio Estado dominante).

3.2.: O velho e o novo imperialismo

Talvez o título dessa dissertação, após o percurso até aqui empreendido, deveria sofrer uma pequena alteração: trocaríamos Império Americano por apenas Imperialismo. A ideia de império traz um sentido de submissão e unipolaridade que não buscamos aqui. O que buscamos é a articulação, tal qual fizeram os clássicos (principalmente Lenin) entre o Capitalismo e o Imperialismo. Se, para Lenin, por seu caráter parasitário, o Imperialismo é uma estrutura de transição para a superação do capitalismo (por exacerbar as tendências imanentes do capital); tendo essa superação não ocorrido não podemos pensar que essa etapa superior do capitalismo, caracterizada pelo imperialismo tenha acabado. As manifestações que Mazzucchelli elenca (2004: 180) para essa etapa monopolista, na qual “assume assinalada importância o desenvolvimento do capital a juros e do sistema de crédito, que, em conexão com o processo de centralização do capital, passa a determinar a transformação das relações de concorrência, a ampliação das modalidades de valorização do capital, a alteração na forma de manifestação das crises e o agravamento da instabilidade característica do regime de produção”, não servem coerentemente para descrever os últimos 30 anos? Parece-nos que sim.

Apesar de explicações teóricas distintas para a eclosão das crises, em Brenner é possível perceber uma explicação para a perpetuação da crise que se assemelha com a descrição que Kautsky faz: “O “excesso de capital” assume, então, a forma de capacidade ociosa não planejada com que as grandes empresas passam a se defrontar, e que apenas lentamente se elimina. Isso significa que, uma vez desencadeada a crise, está não mais assume a forma de “uma tormenta que destrói as árvores, mas que depura a atmosfera e refresca os campos”, e sim de uma

estagnação de duração prolongada.” (MAZZUCHELLI, 2004: 139/140). Com um raciocínio semelhante, Brenner afirma, tal qual Kautsky, a impossibilidade de contornar o longo declínio. De maneira análoga a Kautsky, que no afã de demonstrar a iminência da grande “crise geral” do capitalismo, ficou impedido de estabelecer uma reflexão mais sistematizada a propósito da natureza das transformações em curso; Brenner também perdeu de certa forma uma oportunidade de compreensão a propósito da natureza das transformações em curso durante os anos 70.

A dominância do capital financeiro apontada por Hilferding e Lenin é novamente colocada em movimento nas construções que enfatizam a transformação do capitalismo para um padrão financeirizado (Panitch, Gindin, Gowan e até mesmo no declinistas Arrighi), mas infelizmente⁸⁸ a construção de Panitch e Gindin refuta a manutenção de contradições iminentes ao capitalismo, principalmente a tendência a superacumulação. Pelo exposto, tais autores até concordariam que a privatização das relações sociais e a socialização das relações privadas constituem, assim, a contradição característica do monopólio, no entanto, não acreditam que essa tendência, por si só, possa levar a contestação do poder hegemônico americano.

A autonomização contemporânea do capital fictício evidencia que a predominância do capital financeiro reforça os resultados, que também são sua condição: a concentração da produção, o fortalecimento dos bancos, a exportação de capitais e a repartição do mundo entre as “associações de capitalistas” e as grandes potências. Com isso, ocorre a interpenetração do capital bancário e do industrial, que passam a abranger o próprio Estado, “consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda sociedade um tributo em proveito dos monopolistas” (Lenin, 1970: 734 citado em MAZZUCHELLI, 2004: 151).

Apesar de podermos notar esses elementos clássicos nas posições contemporâneas, Panitch e Gindin negam Lenin nas duas consequências importantes do imperialismo, apontadas por Lenin: 1) por essa imbricação e subordinação dos Estados ao capital financeiro, a luta intercapitalista é engendrada, podendo assumir formas de “luta pacífica e não pacífica”, em um contexto de relações recíprocas entre a economia e a política internacionais. 2) “O monopólio não suprime a concorrência, senão que a repõe num nível mais elevado: não se trata mais da livre competição no âmbito de mercados industriais agora oligopolizados, mas sim do confronto de blocos de capital internacionalizados que se enfrentam através, e por sobre, os Estados nacionais.” (MAZZUCHELLI, 2004: 152) Nesse contexto, o imperialismo de Lenin é oposto ao

⁸⁸ Infelizmente, por que a constatação de contradições iminentes enriqueceria seus construtos.

ultra-imperialismo de Kautsky. Se para Kautsky existe a possibilidade de “união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles”, para Lenin, “a dominação do capital financeiro, ao invés de atenuar a desigualdade e as contradições da economia mundial, o que faz é acentuá-las”. A consolidação de um suposto império americano livre de contradições e rivalidades, como quer Panitch e Gindin pode vir de uma leitura específica de Kautsky sobre a união desses “imperialismos do mundo”, suprimindo a luta entre eles.

Nesse sentido, o imperialismo não designaria meramente a política de dominação e conquista de mercados externos pelas potências hegemônicas ou uma “opção” de política do capital financeiro internacional. O imperialismo, para Lênin, e aqui o acompanhamos, seria o capitalismo chegado a sua fase “superior”. É intrínseco ao capitalismo, melhor, é o capitalismo sob o domínio do capital financeiro. Ou seja, não se pode separar imperialismo do capitalismo, tese que costuma desagradar àqueles que se opõem ao imperialismo, mas nem tanto ao capitalismo, acreditando que um capitalismo diferente do dos dias de hoje é possível (SOUZA, 2013: 143).

As discussões centradas na conjuntura atual (no militarismo americano) aproximam-se mais das posições de Kautsky, para quem o imperialismo é uma das manifestações possíveis do capitalismo contemporâneo. De nossa parte, identificamos o imperialismo ao capitalismo contemporâneo. Este, longe de caracterizar-se por certa ordem ao caos, com a concentração/centralização da riqueza abrindo passo às decisões econômicas mais concertadas (como pensava Hilferding), parece estimular a anarquia econômico/financeira mundial, dependendo cada vez mais dos Estados para debelar crises cíclicas e conter movimentos sociais decorrentes do aumento da distância entre pobres e ricos no mundo todo⁸⁹. E a maior interpenetração dos domínios do econômico e do político fortalece aqueles Estados cujo capital que representa tem sólidas posições na economia mundial, aumentando a distância entre os países do Centro e os da Periferia, cujas relações continuam sendo, em grande parte, interestatais.

Como nos recorda Angelita Matos Souza (2008: 7/8),

Hoje, mais do que nunca, os Estados das economias centrais (mas não só) precisam zelar tanto pelos interesses de seus capitais domésticos, como dos interesses do capital imperialista dominante – norte-americano –, na medida em que se encontram todos articulados, em menor ou maior grau, à economia estadunidense. O que vem sendo apontado como enfraquecimento do poder político dos Estados nacionais face aos interesses dos EUA. Pode ser, mas

⁸⁹ SOUZA, 2008: 3.

menos que o exercício de um poder unilateral pela potência hegemônica, assistimos às novas configurações internas aos Estados nacionais, modeladas pelo atual processo de internacionalização do capital financeiro. Dito de outra forma, se mesmos Estados do Centro parecem menos “soberanos”, mais que ao declínio de poder destes Estados diante do poder estadunidense, isso se deve às articulações do capital financeiro internacionalizado dentro de cada Estado nacional. E isto é imperialismo – diferente de Império e/ou colonialismo.

Mas se em teoria é Império, por outro lado não podemos pensar que seu percurso se deu pautado em características homogêneas e perenes, potencialmente inscrita nesse rótulo de imperial. É império em sua natureza, mas o seu movimento enseja configurações e injunções políticas específicas. Novamente a professora Angelita contribui para essa capacidade de modificação do próprio imperialismo e as suas principais peculiaridades contemporâneas:

O imperialismo já passou por várias experiências no seu 1º século e ½ de vida aproximadamente. Das duas guerras mundiais (imperialistas) ao mundo mais “regulado” após Bretton Woods (com o capital financeiro realizando mais investimentos diretos na periferia do sistema) até alcançar a etapa da “financeirização” global nos anos 80/90. Em nenhum momento viveu em paz, mas é certo que na última década o militarismo avançou como nunca desde o pós-guerra; assim como a importação de capitais (o endividamento externo) deixou de ser um traço da periferia “em desenvolvimento” para caracterizar justamente a maior economia do mundo. E hoje, a articulação de interesses intercapitalistas globais – fundamentalmente financeiros – no interior de cada formação social passa pelo financiamento dos déficits americanos, tendo em vista a manutenção do dinamismo da economia americana puxando a economia mundial como um todo. (SOUZA, 2008: 11)⁹⁰

Em todo o caso, o domínio norte-americano sobre o mundo atual levanta a questão do Estado “supranacional”, não no sentido do fim dos Estados nacionais, ou de um poder acima do próprio poder da potência hegemônica, mas da existência de um comando central, cuja capacidade de enquadramento dos sócios capitalistas é fenomenal. Na prática, já estaríamos diante de um mundo organizado sob a batuta de um Estado “mundial”, mas bem longe do fim da concorrência intercapitalista mundial e da paz perpétua - mais próximos, muito provavelmente, do estado de natureza *hobbesiano*. Porém, um “estado de natureza” com centro hegemônico, garantidor do padrão de acumulação atual em âmbito supranacional. Um centro hegemônico com vários trunfos, como os indicados aqui - patamares militar e financeiro incontrastáveis,

⁹⁰ “Eis o ponto central da articulação entre os EUA e o capital financeiro internacional, portanto com o imperialismo: precisamente, sua posição de maior devedor do mundo. Seus principais credores são China, Japão e outros países do leste asiático, mas praticamente todos os países capitalistas têm acumulado reservas em dólar, em parte aplicadas em ações, obrigações e títulos americanos; sem falar nos juros altos praticados nos mercados periféricos, cuja contribuição ao funcionamento do sistema é fundamental. O dispêndio deficitário pelo governo americano, claro, pode e tem sido estimulante à economia americana – o que é bom para a economia mundial -, o problema é a dimensão cada vez mais financeira do endividamento público e a rápida expansão da dívida, muito maior do que a expansão da atividade econômica. Isto, com as despesas militares em alta, cujo efeito sobre a economia é especial, pois estimula tanto os investimentos em bens de capital, como na investigação e desenvolvimento de produtos e criação de novas indústrias.” (SOUZA, 2008: 10)

articulação/dependência das economias nacionais em geral face à economia americana, extensão dos “jogadores” nos mercados financeiros globais.

Considerações Finais

Capitalismo quando visto como uma totalidade deve permitir a identificação de dinâmicas e determinações não só do campo econômico, mas também do social e do político. Quando as transformações do capitalismo contemporâneo são apenas observadas pela ótica de seus determinantes econômicos, nos escapam diversas possibilidades de reinterpretação (uma tentativa, uma aproximação) dessa totalidade. Assim, por exemplo, Arrighi e a TSM, apoiados em um conceito de hegemonia ancorado em sistemas de produção (uma determinação da esfera da existência econômica), e Brenner, se valendo da análise da trajetória da queda da rentabilidade causada pela competição internacional (também uma determinação econômica), não podem fornecer outra interpretação para o último quartel do século XX que não seja a de um período de crise contínua de superprodução. Para os primeiros, por se basearem em uma teoria de ciclos hegemônicos, construída a partir da análise das hegemonias progressas, a financeirização é o sinal de outono da dominação americana e da qual os mesmos vão buscar tirar proveito máximo. Para Brenner, a partir da análise da queda taxa de lucratividade e sua persistência, que responde a “tendência de redução da taxa de lucros” de Marx e é causada pela forma como se desenvolve a competição internacional e o desenvolvimento em blocos, a financeirização é uma tentativa de contra arrear um destino inevitável, a perda de dinamismo econômico e consequente declínio.

Destarte, já descartamos as explicações *mainstream*, para as quais a financeirização, o neoliberalismo e a globalização eram resultados naturais, automáticos e com benefícios simetricamente distribuídos do desenvolvimento do mercado, que agora se veria livre dos constrangimentos e imperfeições geradas pela participação do Estado na economia. Porém, não podemos nos contentar com explicações da esquerda, de viés marxista, que ficassem presas a uma única variável para descrever o padrão de desenvolvimento de mais de 50 anos de História Econômica. E esse é justamente o objetivo expresso de Brenner: uma explicação unificada da expansão capitalista do fim da II Guerra Mundial até os anos 2000. A construção de Brenner é muito importante para a análise da competição internacional e como a mesma colocou em cheque, em primeiro momento, nos EUA, e em seguida no resto do sistema capitalista global, a possibilidade de manutenção de altas taxas de lucratividade.

Mas, deixando de lado importantes elementos de classe (o papel da classe trabalhadora e a sua posterior inclusão na financeirização de uma maneira perversa), da internacionalização das finanças (e como isso significou uma americanização das finanças

mundiais), da construção de regimes monetários internacionais (e como os EUA souberam explorar essa capacidade para solidificar o sistema financeiro internacional ancorado no dólar), da mudança de padrão de acumulação (com a passagem de um padrão fordista para um padrão sistêmico de riqueza financeirizada), na análise de Brenner fica perdida a transformação estrutural pela qual passou a economia mundial a partir dos anos 70, e como o Estado americano não só esteve à frente dessas transformações bem como foi o que mais se beneficiou da nova configuração.

Trazendo alguns desses elementos, buscamos argumentar que ao invés do período de Bretton Woods ter significado o auge da trajetória hegemônica estadunidense, esse período representou o momento em que, a despeito do crescimento e desenvolvimento de outros blocos de capitais que aguçavam a competição, se montaram as bases de sustentação para o aprofundamento da posição de poder dos EUA após os anos 70. Tanto o período dos Trinta Gloriosos quanto a virada neoliberal fazem parte do processo de construção de um capitalismo global. Mas isso não é fruto de um projeto pré-concebido. O nascimento do capitalismo e dos Estados Nacionais foram processos imbricados e o desenvolvimento capitalista sempre envolveu um Estado como “superintendente” das tendências globalizantes do capital. Os EUA assumiram para si essa tarefa de “construção do capitalismo global” após a Segunda Guerra Mundial. A forma como isso foi construído foi determinada tanto pelas próprias tendências globalizantes do capital, como pelas injunções políticas desse processo. A configuração atual do que alguns chamam de Império americano não é realização de uma teleologia, mas é a confirmação da manutenção dos EUA como esses tutores da construção de um capitalismo global.

As bases para a continuidade da construção dessa ordem de livres movimentos de capitais e mercadorias foram desenvolvidas e aprofundadas durante os anos em que vigeu o acordo de Bretton Woods, principalmente pela internacionalização financeira e produtiva do EUA, que espalhava pelo mundo um capitalismo a sua imagem e semelhança (americanização) fortemente atrelado ao dólar e aos movimentos da economia norte-americana. Porém, devemos tomar cuidado para que as discontinuidades da história não fiquem escondidas por trás de um projeto pré-concebido, posto que também correríamos o risco de perder aquilo que apontamos como uma ausência em Brenner: o reconhecimento das profundas transformações pelas quais passou o capitalismo a partir dos anos 70. Muito dessa transformação responde à consolidação do interesse financeiro no topo da hierarquia de interesses do Estado americano de fato só ocorrida

durante referidos anos e que libertou a tendência ao capital fictício. O que pretendemos afirmar é que esse processo de internacionalização do capital americano durante os trinta gloriosos foi fundamental tanto para a capacidade dos EUA de influenciarem as formas das mudanças (afinal, passamos a um sistema monetário internacional que pela primeira vez na história do capitalismo fez da moeda de um estado o “dinheiro” internacional sem aceitar qualquer constrangimento de política na gestão americana do dólar⁹¹) quanto para a profícua capacidade de capitalizar sobre tais transformações. Ao fim dos anos 70, os EUA utilizaram todo esse potencial para reafirmar sua hegemonia, sua capacidade de domínio sobre o sistema internacional, explorando ao máximo em seu benefício um novo padrão de acumulação calcado nas finanças e na consequente expansão do endividamento.

Porém talvez até mais importante do que toda a gama de transformações econômicas que ocorreram nesse momento de afirmação da manutenção dos EUA como tutor da expansão capitalista, foram aquilo que Tavares chamou de “virtudes maléficas” da retomada da hegemonia americana. Com a capacidade de racionalizar a visão dominante (que é a do interesse financeiro norte americano) como a “única possível” isso representou uma marcante vitória político ideológica por parte dos EUA. Com a criação e afirmação de um discurso único como valor de verdade, ocorreu uma verdadeira despolitização de diversos aspectos da vida humana. Aspectos esses, que em nossa opinião não podem ser “despolitizados”, pois sempre envolvem uma dimensão de algum tipo de dominação. Quando a mesma é obscurecida, acaba por ser reforçada.

As relações de poder envolvidas na natureza do dólar como moeda-chave e da financeirização da riqueza como padrão sistêmico também são obscurecidas nesse processo. Se até o fim de Bretton-Woods, diversas nações denunciaram os poderes exorbitantes do dólar e os EUA se viam constrangido por restrições; com a afirmação do poder do dólar e a eliminação das restrições à emissão, ao invés de proliferarem as posições denunciantes do privilégio exorbitante da emissão fiduciária, se aprofundou a dependência em relação à moeda americana que parece ter sido inclusive aprofundada nos diversos momentos de crises. Parte da força dessa tendência tem resposta na despolitização, em todos os níveis, da financeirização. A naturalização da mesma esconde profundas relações de dependência e dominação assimétrica em plano doméstico e internacional. Em termos domésticos, as classes subordinadas têm seus sonhos de consumo garantido pelo endividamento, que, antes de “beneficia-las”, é altamente lucrativo para as elites

⁹¹ GOWAN, 2005: 27.

financeiras. Já nos momentos de crise, são essas mesmas classes subordinadas que sofrem as maiores perdas.

Em termos internacionais, a constatação de que o endividamento americano vem sendo muito mais uma força do que uma fraqueza vale por si para demonstrar a relação de dominação dos EUA com o resto do mundo, a partir da dependência ao sistema financeiro norte-americano. O grau de assimetria de poder é tanto que os EUA podem financiar seu endividamento com a atração de poupança externa, e assim garantir a manutenção da integração de sua população ao *American Dream*, sempre através da subordinação a uma vida devotada a pagar suas dívidas e dependente da valorização fictícia de sua vida financeirizada (sua hipoteca, seus fundos de pensão). Já para as demais nações, como nos aponta Bastos (1996: 105), além de “desfrutar da vigilância do poder financeiro transnacional quanto à ‘confiança’, ‘credibilidade’ e ‘austeridade’ das políticas econômicas governamentais”:

Se tal disciplina não é seguida, a lógica “tutelar” de influência política dos rentistas é a “saída”. Se o país não quiser “fechar as portas” ao sistema internacional, ou ser malvisto pelos aplicadores e investidores internacionais, sua única alternativa a curto-prazo é a “disciplina deflacionária”, isto é, aceitar a lógica “tutelar” dos rentistas. (BASTOS, 1996: 109)

Mas esse pilar fundamental da capacidade dos EUA de se manter a frente dos outros Estados no processo de construção de um capitalismo global também traz contradições próprias: uma, mais específica ligada com os limites próprios do endividamento: até que limite os EUA podem utilizar essa capacidade? Em termos domésticos, o congresso tem disputado os aumentos ou não dos tetos de endividamento e os EUA já tem dificuldades fiscais para empreender duas guerras ao mesmo tempo. Em termos internacionais, a capacidade de endividamento dos EUA depende da existência de uma demanda por seus títulos.

Outra contradição do endividamento americano tem um impacto mais estrutural no imperialismo: a alimentação do capital fictício levada a extremos pela financeirização acentua todas as contradições do capitalismo.

O discurso ideológico neoliberal, sob o véu da neutralidade do mercado, também obscurece o papel ativo dos estados nacionais tanto em seus próprios planos domésticos como em plano internacional. Na arena internacional, são os próprios Estados os responsáveis pelas assinaturas de tratados e convenções que garantam o caminhar em direção a uma ordem liberal em comércio e finanças. Já dentro de suas economias, é o estado que garante a manutenção de espaços favoráveis à acumulação de capital. Acima de tudo, tal discurso negligencia o papel dos

Estados Unidos na manutenção dessa ordem neoliberal, bem como a maneira como os EUA se beneficiam da mesma, inclusive em momentos de crise. Porém, o cuidado é devido para afirmar que os Estados, inclusive o americano, agem dentro dos limites impostos pelo capital.

Com esse processo de despolitização corremos o risco de cair na armadilha de olhar para o capitalismo apenas por suas fraquezas determinadas por suas tendências econômicas. Prestando um pouco mais atenção nas capacidades políticas desse sistema podemos notar sua intrigante (e amedrontadora) proficiência atual em reconfigurar mercados de trabalho, revolucionar as forças de produção e comunicação, integrar o mundo espacialmente e comodificar todos os aspectos da vida cotidiana. Mas devemos atentar, se assumimos que esse imperialismo contemporâneo é a fase mais avançada do capitalismo, que vivemos uma fase de transição. O imperialismo contemporâneo está preso nas contradições dinamizadas pela financeirização, como afirma Mazzucchelli (2004: 7): “O particularismo e a força dos interesses monopolistas não só se opõem ao meio social em cujo interior se movem (com a seqüela do desemprego, da solidão, da miséria, da degradação dos laços sociais etc.), como problematizam a ordenação das condições gerais sobre as quais se assenta a própria valorização”.

Essas seqüelas do meio social são sentidas e vistas por nós em nossa vida cotidiana, mas o capital também é problematizado. A aprofundada autonomização do capital fictício promoveu um descolamento dos estoques de riqueza financeira frente os estoques de riqueza real. E quando sobrevém a crise o capital fica problematizado frente ao processo de “desalavancagem” que é forçadamente submetido por uma necessidade de “digerir” esses vultosos estoques de riqueza financeira.

E com isso, retornamos para o momento histórico recente que ensejou o início dessa dissertação: a crise internacional iniciada em 2007 nos EUA. Segundo Gowan (2010: 69), os efeitos ideológicos dessa crise serão significantes, mas com certeza menos significante do que imaginado por aqueles que acreditam que regimes financeiros são produtos de paradigmas intelectuais ao invés de relações de poder. Dentro dessas relações, muito significativa é a manutenção dos EUA como responsável por superintender a expansão do capitalismo (e seu papel como *lender of last resort* global confirma essa responsabilidade) e o poder do dólar nos circuitos financeiros internacionais. Gowan (2010: 70), por exemplo, enxerga a possibilidade de um fortalecimento do uso do dólar na próxima década. No entanto, uma longa estagnação nos EUA, combinada com taxas de juros muito baixas e um dólar baixo, pode produzir um novo

carry trade do dólar, no qual todos emprestam em dólares para transferi-los pelos mercados de câmbio em busca de ativos de maior valor. Isso geraria uma forte tendência de descolamento das outras moedas com relação ao dólar, mas isso não iria necessariamente minar o elemento central na dominância do dólar, uma questão econômica, política e social: a prontidão dos outros estados em aceitar os pagamentos por seus bens e créditos em *greenbacks*.

Gowan ainda vê outra possibilidade de desenvolvimento alternativo com base em determinação econômica, mas constrangido por questões alheias ao campo: O crescimento da Ásia e sua relação de credora dos EUA, para que possa construir arranjos institucionais internacionais alternativos para a economia mundial, desafiando aquelas do mundo anglo-americano, depende tanto das divisões internas da própria Ásia, como das prioridades estratégicas da China no presente momento.

Esperamos ter demonstrado que, até o presente momento, o processo (ainda em processo) de construção de um capitalismo global continua sob tutela americana. A contemporaneidade é marcada por profundas contradições no campo econômico, mas por uma forte capacidade política das classes dominantes de subordinar suas classes dominadas pelo fio do crédito, e do Estado americano de fazer com que os outros Estados cooperem, supostamente sobre os interesses nacionais de cada um, para o fortalecimento desse processo construtivo. Não negamos a fragilidade desse suposto império americano como um castelo de cartas ou de areia, mas nos parece que o alicerce dos mesmos, por suas bases profundas dentro da sociedade americana e no sistema internacional tem tido força para mantê-lo de pé. Por mais quanto tempo? Por mais quantas crises? Os EUA serão capazes de continuar a explorar a financeirização para renovar o ciclo? O capital fictício pode ser reconstituído? Pela natureza desse trabalho, preferimos deixar tais questões em aberto, para que os historiadores de tempos vindouros, olhando para a totalidade histórica do nosso momento presente, possam nos responder.

Referências Bibliográficas

- ARMSTRONG, P., GLYN, A., HARRISON, J. *Capitalism since 1945*. Oxford: Basis Blackwell, 1991.
- ARONOWITZ, S. "Facing the Economic Crisis", in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BASTOS, P.P.Z. *A Revolta dos Financistas: a Política dos Objetivos Econômicos Nacionais na Era da Transnacionalização Capitalista*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996.
- BELLUZZO, L.G.M. "Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza" in: FIORI, J. L. e M. D. C. TAVARES (Eds.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BELLUZZO, L.G.M. "Finança global e ciclos de expansão". in: FIORI (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BELLUZZO, L.G.M. "Capítulo V – Sistema de Crédito, Capital Fictício e Crise". 2011. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Sistema-de-Credito-Capital-Ficticio-e-Crise/7/17009> acessado em Outubro de 2011.
- BLOCK, F. *The origins of international economic disorder : a study of United States international monetary policy from World War II to the present*. Berkeley: Univ. of California, 1978.
- BRAGA, J.C.S. e CINTRA, M.A.M. "Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob comando americano", in: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder americano*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BRENNER, R. "The Capitalist Economy, 1945-2000: A Reply to Konings and to Panitch and Gindin", in: COATES, D. *Varieties of Capitalism, Varieties of Approaches*. New York: Palgrave, 2005.
- BRENNER, R. *Economics of Global Turbulence*. London/New York: Verso, 2006.
- BRENNER, R. "What Is, and What Is Not, Imperialism?", in: *Historical Materialism* (Vol. 14:4), Leiden, 2006. (2006b).
- BRYAN, D., RAFFERTY, M., MAC WILLIAM, S. "The Global Financial Crisis: Foreclosing or Leveraging Labor's Future?", in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.
- CALLINICOS, A. "Imperialism and Global Political Economy", in: *International Socialism* (Issue 108), Outubro de 2005. Disponível em: <http://www.isj.org.uk/index.php4?id=140> , acessado em Novembro de 2013.
- CALLINICOS, A. "Making Sense of Imperialism: A Reply to Leo Panitch and Sam Gindin", in: *International Socialism* (Issue 110), Abril de 2006. Disponível em: <http://www.isj.org.uk/?id=196> , acessado em Dezembro de 2013.

CARNEIRO, R. "O Dólar e seus Rivais". In: Observatório da Economia Global. Textos Avulsos – n. 1 – Abril de 2010. Disponível em http://www.ieecon.net/arquivos/O_dolar_e_seus_rivais.pdf acessado em Fevereiro de 2013.

CHENG, E. "The Brenner Debate: an unfolding debate about the capitalist crisis", in: *Green Left Weekly*. 28/06/2000. Disponível em: <https://www.greenleft.org.au/node/22038> , acessado em Fevereiro de 2014.

COATES, D. *Varieties of Capitalism, Varieties of Approaches*. New York: Palgrave, 2005.

CROTTY, J. "Review of Brenner's Economic of Global Turbulence". University of Massachusetts, 1999. Disponível em: <http://people.umass.edu/crotty/BR-chllge-ult.pdf> , acessado em Abril de 2014.

EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FABOZZI, F. J.; MODIGLIANI, F. *Mortgage and Mortgage-backed Securities Markets*. Boston: Harvard Business School Press, 1992.

FIORI, J.L. "Formação, Expansão e Limites do Poder Global", in: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder americano*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOHLEN, C. *América Anglo Saxônica de 1815 à atualidade*. São Paulo: Pioneira, 1981.

FRANCO, T. F. *Imperialismo Capitalista em Três Atos: Investigações sobre o capitalismo*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2011.

GINDIN, S. "Turning Points and Starting Points: Brenner, Left Turbulence and Class Politics", in: *Socialist Register* (Vol. 37), 2001. Disponível em: http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/438#.UzA7l_ISaQA , acessado em Novembro de 2013.

GLYN, A. *Capitalism Unleashed: finance, globalization and welfare*. New York: Oxford University Press, 2006.

GOWAN, P. *Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance*. Londrês/Nova York: Verso, 1999a.

GOWAN, P. "The Globalization Gamble: The Dollar-Wall Street Regime and its Consequences," University of North London, Apresentado ao International Working Group on Value Theory 1999 mini-conference, em março 1999. Em: http://www.attacherberlin.de/fileadmin/Sommerakademie/Gowan_DollarWallStreetRegime.pdf acessado em Julho 2012.(1999b)

GOWAN, P. "The American Campaign for Global Sovereignty", in: *Socialist Register*, 2003. London: The Merlin Press, 2003.

GOWAN, P. "Contemporary Intra-Core Relations and World Systems Theory", in: *Journal of World-Systems Research*, X, 2, Verão de 2004. Disponível em: <http://www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/03/jwsr-v10n2gs-gowan.pdf> , acessado em janeiro de 2014.

GOWAN, P. "Economics and Politics Within the Capitalist Core and the Debate on the New Imperialism". Não publicado, 2005.

GOWAN, P. "The Crisis in the Heartland", in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.

GUTTMAN, R. "Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças", in: *Novos Estudos* 82. São Paulo: CEBRAP, 2008.

GREIDER, W. *Secrets of the Temple: How the Federal Reserve runs the country*. Nova York: Simon & Schuster Paperbacks, 1987.

GREIDER, W. "Dismantling the Temple", in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.

HELLEINER, E. *States and the reemergence of Global Finance. From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. SP: Abril Cultural, 1983.

KAUTSKY, C. "Ultra-imperialism". Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>

KONINGS, M. "The United States in the Post-war Global Political Economy: Another Look at the Brenner Debate", in: COATES, D. *Varieties of Capitalism, Varieties of Approaches*. New York: Palgrave, 2005.

KONINGS, M. "American Finance and Empire in Historical Perspective", in: PANITCH, L. e KONINGS, M. (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

_____. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010a.

_____. "Rethinking Neoliberalism and the Crisis: Beyond the Re-regulation Agenda", in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010b.

KONINGS, M. e PANITCH, L. "The Politics of Imperial Finance", in: PANITCH, L. e KONINGS, M. (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

LENIN, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARIUTTI, E. B. "Fundamentos da Hegemonia Estadunidense no Pós-Guerra Fria: tendências gerais". In: José Celso Cardoso Jr; Luciana Acioly; Milko Matijascic. (Org.). *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas (v.II)*. Brasília: Ipea, 2009.

MARIUTTI, E. B. "Ordem e Desordem Internacional: Tendências do Capitalismo Contemporâneo". In: Observatório da Economia Global, Textos Avulsos, Número 9. Campinas: UNICAMP/CECON/IE, Novembro, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. *O capital*, volume III, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo*. 2ed. Campinas: Unicamp. IE, 2004.

PACKARD, V.O. *Estratégia do Desperdício*. São Paulo: IBRASA/IBDC, 1965.

PANITCH, L. "Giovanni Arrighi in Beijing: An Alternative to Capitalism?". In: *Historical Materialism* (18), Leiden: 2010.

PANITCH, L. e GINDIN, S. "'Imperialism and Global Political Economy': A Reply to Alex Calinicos", in: *International Socialism* (Issue 109), Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.isj.org.uk/?id=175>, acessado em Janeiro de 2014.

PANITCH, L. e GINDIN, S. "Finance and American Empire", in: PANITCH, L. e KONINGS, M. (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

PANITCH, L. e GINDIN, S. "The Current Crisis: A Socialist Perspective", in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.

PANITCH, L. e GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism*. London: Verso, 2012.

PANITCH, L. e KONINGS, M. "Demystifying Imperial Finance", in: PANITCH, L. e KONINGS, M. (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

PANITCH, L., KONINGS, M., GINDIN, S., AQUANNO, S. "The Political Economy of the Subprime Crisis", in: PANITCH, L. e KONINGS, M. (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

PARBONI, R. *The Dollar and its Rivals*. London: NLB e Verso, 1981.

PELIAS, M e ZATZ-DÍAZ, I. "The Age of Financialization and the Crisis of the Left-wing Theory: thoughts on the recente work of Gindin and Panitch", in: *Situations: Project of the Radical Imagination* (Vol 2, No 2),

2007. Disponível em: <http://ojs.gc.cuny.edu/index.php/situations/article/view/340> , acessado em Janeiro de 2014.

RUDE, C. “The Role of Financial Discipline in Imperial Strategy”, in: PANITCH, L. e KONINGS, M. (Orgs.) *American Empire and the Political Economy of Global Finance*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

SAFATLE, V.P. “Por uma crítica da Economia Libidinal”. Texto em http://www.eco.unicamp.br/docdownload/DIRECAO/eventos/108/Por%20uma%20cr%EDtica%20da%20economia%20libidinal_Vladimir%20Safatle.pdf acessado em junho de 2012. Campinas: UNICAMP, 2007.

SOEDERBERG, S. “The Politics of Smoke and Mirrors: The G-20 London Summit and the Restoration of Neoliberal Development”, in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.

SOUZA, A. “Imperialismo, dependência e capitalismo associado”, in: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2523&Itemid=230 acessado em junho de 2014.

_____. “Crítica à noção de subimperialismo”, in: *Crítica Marxista*, n.36, p. 143-151. Campinas, SP: IFCH, 2013.

TAVARES, M.C., “A Retomada da Hegemonia Americana”. in: TAVARES E FIORI (org.), *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997

TAVARES, M.C. e BELLUZZO, L.G. “A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano”, in: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder americano*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TURNER, F.J. *The Frontier in American history*. Huntington, NY: Robert E. Krieger, 1976.

UNITED STATES, Department of State. *Foreign Relations of the United States, 1969 – 1976, Vol. XXXI, Foreign Economic Policy, 1973 – 1976*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2009)

VELTMEYER, H. “The Global Crisis and Latin America”, in: KONINGS, M. (Org.) *The Great Credit Crash*. London: Verso, 2010.

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano: Os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.